

RRE REDE DE
BIBLIOTECAS
ESCOLARES

Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares



**Avaliação
do Programa
Rede de Bibliotecas
Escolares**

Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares

Editor Rede de Bibliotecas Escolares – Ministério da Educação
Travessa Terras de Sant'Ana, 15
1250-269 Lisboa
<http://www.rbe.min-edu.pt>
rbe@rbe.min-edu.pt

Design Gráfico Tvm Designers

Janeiro de 2010

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação
PORTUGAL. Rede de Bibliotecas Escolares
Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares /
coord. António Firmino da Costa...[et al.]
ISBN 978-972-742-319-4

I - COSTA, António Firmino da, 1950- , e outros

CDU 371
027
005



Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares

António Firmino da Costa (coord.)
Elsa Pegado
Patrícia Ávila
Ana Rita Coelho

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES)
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
2009

Índice

1. INTRODUÇÃO	9
A Rede de Bibliotecas Escolares	9
A avaliação: objectivos e metodologia	11
2. CONCEPÇÃO	19
Fundamentos e parâmetros principais	20
Novos contextos, novos desafios	28
3. OPERACIONALIZAÇÃO	31
Estruturas de coordenação: o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares e os coordenadores interconcelhios	32
Candidaturas ao Programa: critérios, orientações e procedimentos	34
Sistema de comunicação, informação e divulgação	36
Sistema de acompanhamento e avaliação	38
Recursos humanos para as bibliotecas escolares: as equipas e a formação	40
4. EXECUÇÃO	47
Expansão e desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares	47
Recursos humanos	52
Espaço e equipamentos	63
Recursos documentais e política documental	66
Gestão financeira e organizacional	72
5. RESULTADOS E IMPACTOS	79
As bibliotecas escolares, a leitura e as literacias	79
As bibliotecas escolares, as escolas e as aprendizagens	94
As bibliotecas escolares e as comunidades locais	105
As bibliotecas escolares e o Plano Nacional de Leitura	123
6. CONCLUSÕES	135
Bibliografia	147

1. Introdução



O presente estudo de avaliação externa do Programa Rede de Bibliotecas Escolares foi realizado por uma equipa do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e concluído em 2009.

A Rede de Bibliotecas Escolares

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) é um programa de políticas públicas de grande importância, iniciado em 1996, e com desenvolvimento continuado desde então.

O processo que conduziu ao lançamento do Programa teve origem formal numa série de despachos conjuntos dos Ministérios da Educação e da Cultura. Primeiro foi criado um grupo de trabalho para elaborar um diagnóstico e propostas de acção sobre bibliotecas escolares. O grupo de trabalho era constituído por Isabel Veiga (coordenadora), Cristina Barroso, José António Calixto, Teresa Calçada e Teresa Gaspar. Logo em seguida à apresentação do documento elaborado por esse grupo de trabalho, foi criado o Gabinete da RBE e nomeada a sua coordenadora, Teresa Calçada.

O contexto geral era de grande atraso da sociedade portuguesa, comparativamente com as suas congéneres europeias, no plano dos hábitos de leitura e das competências de literacia da população. Nas escolas portuguesas faltava, entre outros, um elemento fundamental: bibliotecas escolares modernas e agradáveis, bem equi-

padas e com bons fundos documentais, de livre acesso, cujos professores responsáveis tivessem formação específica adequada.

O documento produzido pelo grupo de trabalho, intitulado *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* (Veiga e outros, 1996), partindo da verificação dessa situação, apontava para a criação de bibliotecas escolares segundo parâmetros actualizados e em consonância com as referências difundidas por organizações internacionais como a UNESCO. Propunha não apenas um modelo de biblioteca escolar mas, também, a constituição de uma Rede de Bibliotecas Escolares, abrangendo todo o sistema de ensino público, básico e secundário.

O Programa RBE convidou as escolas a candidatarem-se a apoios para a criação ou renovação de bibliotecas escolares. As candidaturas que vão ao encontro do padrão de qualidade exigente requerido pela Rede são apoiadas, dos pontos de vista técnico e financeiro, pelo Gabinete da RBE.

No primeiro ano de execução do Programa, em 1997, foram integradas na Rede 164 bibliotecas. Hoje, a RBE integra mais de 2000 bibliotecas escolares. Os serviços de biblioteca abrangem já praticamente todos os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. O pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico têm também uma parte muito significativa dos alunos abrangida.

A Rede continua a alargar-se e, ao mesmo tempo, a consolidar e actualizar os recursos humanos, equipamentos, instalações, fundos documentais e acessos informacionais das bibliotecas escolares. A institucionalização recente da figura do professor bibliotecário e a previsão de que, a curto prazo, sejam preenchidos mais de 1500 desses lugares, é igualmente uma demonstração da consolidação da RBE e da sua qualificação crescente.

Mais importante ainda, a RBE está a enfrentar, de maneira reflectida e mobilizada, os novos desafios que as mudanças actuais na sociedade e na escola lhe vão colocando. Isso ficou muito evidente no Fórum da Rede das Bibliotecas Escolares, recentemente realizado (Junho de 2009), com a participação de mais de um milhar de professores bibliotecários – e onde, entre outros temas, os resultados preliminares desta avaliação externa foram apresentados.

A avaliação: objectivos e metodologia

Os estudos de avaliação de políticas públicas constituem um dos mais importantes dispositivos de reflexividade da sociedade contemporânea. São hoje reconhecidos como uma exigência de prestação de contas democrática, por parte do Estado e dos seus agentes, bem como um instrumento indispensável de aprendizagem e aperfeiçoamento dos próprios planos, programas e projectos por meio dos quais se concretizam as políticas públicas.

Há diversos tipos de estudos de avaliação. Variam com a natureza dos programas e projectos, com os objectivos principais de cada avaliação e, ainda, com as concepções teóricas e metodológicas desenvolvidas pelos especialistas dos estudos de avaliação e que estes debatem entre si na procura de aperfeiçoamento para os seus instrumentos, procedimentos e resultados (Stern, 2005).

Não é certamente este o lugar para entrar nessa discussão teórica e metodológica especializada. Mas impõe-se explicitar os parâmetros principais do estudo de avaliação aqui apresentado.

Ele consistiu fundamentalmente numa análise *a posteriori*, realizada mais de uma década após o início do Programa. Nesse sentido, esta avaliação tem, em grande medida, o carácter de balanço do caminho percorrido e dos resultados alcançados. Contudo, a realização do estudo envolveu também uma componente de análise *em processo*, acompanhando de maneira directa as evoluções mais recentes da RBE, a preparação e aplicação de alguns dos seus instrumentos actuais e a reflexão dos seus protagonistas acerca dessas evoluções, do surgimento de novos desafios e da renovação de objectivos do Programa. Esta componente dinâmica, e de certo modo prospectiva, esteve muito presente na elaboração das conclusões deste estudo de avaliação.

Retomou-se no presente estudo uma sistematização dos domínios principais em que pode ser decomposta a avaliação de programas de política pública, já antes utilizada por esta equipa (Costa, Pegado e Ávila, 2008). Tal sistematização inspira-se, ela própria, de maneira mais directa ou mais indirecta, em muitas outras propostas, entre as quais são de destacar as contidas no número temático sobre metodologias de avaliação da revista *Sociologia, Problemas e Práticas* (n.º 22, 1996), o tratado sobre métodos de pesquisa em avaliação, organizado por Elliot Stern (2005), e o guião prático sobre planeamento e avaliação de projectos, da autoria de Luís Capucha (2008). Nesta perspectiva, são analisados e avaliados os quatro seguintes domínios do Programa RBE: *concepção; operacionalização; execução; resultados e impactos*. O relatório está organizado, precisamente, segundo esta lógica.

Convém sublinhar que a avaliação aqui apresentada incide sobre o Programa no seu conjunto e não sobre cada uma das bibliotecas. Estes dois níveis são distintos, embora estejam, como é evidente, imbricados um no outro. Cada BE pode ser objecto de avaliação em si mesma, e, aliás, está em curso o desenvolvimento de um modelo de auto-avaliação das bibliotecas escolares, promovido pelo Gabinete da RBE e aplicado por cada uma delas. No presente estudo, porém, o objecto de avaliação é o Programa Rede de Bibliotecas Escolares.

A elaboração das análises avaliativas a seguir apresentadas apoiou-se nos métodos e técnicas de investigação em ciências sociais. Produziram-se, assim, tanto caracterizações descritivas como análises explicativas e interpretativas. A perspectiva pós-positivista e pós-relativista que adoptamos consubstanciou-se operativamente no recurso à pesquisa empírica teoricamente orientada (Costa, 1999) e à triangulação de fontes e métodos, conjugando análises de *indicadores* (principalmente estatísticos) com análises de *actores* (e dos seus pontos de vista), segundo uma metodologia multi-método (combinação articulada de métodos quantitativos e qualitativos).

Num registo mais concreto e específico, as principais operações metodológicas efectuadas foram as seguintes:

a) a realização e análise de um conjunto alargado de *entrevistas* à Coordenadora do Programa RBE (Teresa Calçada), a técnicos do Gabinete da RBE (Ana Bela Martins, Maria Odília Baleiro, Rosa Martins, Maria Manuela Silva, Fernando do Carmo e João Paulo Proença) e a um conjunto de coordenadores interconcelhios (Helena Duque, Ana Cabral, Elsa Conde, João Afonso, Angelina Pereira, Margarida Toscano, Regina Campos, Maria José Vitorino, Rosário Caldeira, Júlia Martins, Lucília Santos, Graça Barão e Maria João Castro) – relativamente a quem queremos deixar expresso o nosso agradecimento por toda a disponibilidade e colaboração;

b) a análise de um conjunto, também muito vasto, de *fontes documentais* do Gabinete da RBE, em papel e em linha, assim como dos dados de um primeiro *inquérito às bibliotecas escolares*, aplicado pelo Gabinete da RBE em 2001 (a que responderam 501 BE) e de um outro *inquérito em linha às bibliotecas escolares* aplicado pelo Gabinete RBE em 2008, que permitiu a constituição de uma base de dados sobre um total de 1753 BE¹;

c) a aplicação e análise de um *inquérito às escolas registadas no Plano Nacional de Leitura*, aplicado por duas vezes, em 2007 e em 2008, tendo respondido à primeira 2699 escolas e à segunda 828 agrupamentos ou escolas não agrupadas.

¹ Nos quadros de resultados dos inquéritos, apresentados ao longo da publicação, a soma das parcelas relativas às percentagens pode em alguns casos ser de 99,9% ou de 100,1% e não de 100% devido ao arredondamento matematicamente correcto dessas parcelas a uma casa decimal.

Neste inquérito abordava-se o envolvimento das bibliotecas escolares e dos professores bibliotecários nas actividades desenvolvidas pelas escolas no âmbito do Plano Nacional de Leitura;

d) a preparação e análise de um *barómetro de opinião pública*, realizado em 2007 e em 2009, no âmbito dos Estudos de Avaliação do Plano Nacional de Leitura – consistiu num inquérito por questionário a uma amostra representativa da população residente no Continente, com idade a partir dos 15 anos, e recolheu, entre outros aspectos, a opinião dos inquiridos sobre a importância das bibliotecas escolares para o desenvolvimento da leitura no país;

e) a realização e análise de um conjunto de *entrevistas a actores sociais de referência no domínio da promoção da leitura*. Foram realizadas entrevistas a dirigentes das seguintes entidades: Plano Nacional de Leitura (PNL), Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD), Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI), Associação de Professores de Português (APP), Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), União de Editores Portugueses (UEP), Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) e Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais (FERSAP);

f) um conjunto alargado de *estudos de caso* em escolas, bibliotecas escolares, bibliotecas públicas e câmaras municipais. Estes estudos de caso foram concretizados através de visitas prolongadas, e por vezes repetidas, às referidas entidades. As visitas incluíram a realização de entrevistas, individuais e de grupo, a professores coordenadores de bibliotecas escolares, a funcionários auxiliares destas bibliotecas, a outros professores e educadores, a bibliotecários e outros técnicos de bibliotecas públicas, a vereadores e quadros superiores de câmaras municipais. Incluíram, igualmente, conversas informais com outros elementos, como membros dos Conselhos Executivos das escolas, alunos e utilizadores das bibliotecas escolares e, ainda, procedimentos de observação directa e recolha documental, aplicados nas bibliotecas escolares, nas escolas (salas de aulas, salas de professores, espaços comuns) e nas bibliotecas públicas. Foram visitadas 53 entidades, em diversos pontos do país – 19 bibliotecas escolares, 19 escolas, 7 bibliotecas públicas e 8 câmaras municipais. Foram entrevistadas 140 pessoas, sobretudo individualmente mas, por vezes, também em pequenos grupos (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 • Identificação dos estudos de caso

Tipo de Caso	Entidade	Concelho	Entrevistas
Bibliotecas Escolares	Biblioteca Escolar da EB 2,3 de Leça da Palmeira	Matosinhos	Coordenadora da BE/ Responsável pelo Projecto A Ler+; Auxiliar da BE
	Biblioteca Escolar da EB 1/JI da Torrinha	Porto	Coordenadora da BE
	Biblioteca Escolar da EB 2,3 de Paranhos	Porto	Coordenadora da BE
	Biblioteca Escolar da EB 1 de Santo António (Rio Meão)	Santa Maria da Feira	Coordenadora da BE
	Biblioteca Escolar da EBI de São Domingos	Covilhã	Coordenadora da BE/ Responsável pelo Projecto A Ler+
	Biblioteca Escolar da EB 2,3 Serra da Gardunha	Fundão	Coordenador da BE; Auxiliar da BE
	Biblioteca Escolar da EB 1 n.º 3 do Cacém	Sintra	Coordenadora da BE
	Biblioteca Escolar da EB 1 Sofia de Carvalho	Oeiras	Coordenadora da BE
	Biblioteca Escolar da EB 1/JI Vasco da Gama	Lisboa	Coordenador da BE
	Biblioteca Escolar da EB 2,3 Francisco de Arruda	Lisboa	Coordenadora da BE; Auxiliar da BE
	Biblioteca Escolar da EB 3/S Luísa de Gusmão	Lisboa	Coordenadora da BE; Auxiliar da BE
	Biblioteca Escolar da EB 2,3 Luís de Camões	Lisboa	Coordenador da BE
	Biblioteca Escolar da EB1/JI de Santo António dos Cavaleiros	Loures	Coordenadora da BE
	Biblioteca Escolar da EB 1/JI de Arcos	Setúbal	Coordenadora da BE
	Biblioteca Escolar da ES/2,3 Lima de Freitas	Setúbal	Coordenadora da BE/ Responsável pelo Projecto A Ler+
	Biblioteca Escolar da EB 2,3 André de Resende	Évora	Coordenadora da BE; Auxiliar da BE
	Biblioteca Escolar da EB 1/JI n.º 1 de Beja	Beja	Coordenadora da BE
Biblioteca Escolar da EBI com JI de Salir	Loulé	Coordenadora da BE/ Responsável pelo Projecto A Ler+	
Biblioteca Escolar da EBI Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva	Loulé	Coordenadora da BE do Agrupamento Escolar	

Tipo de Caso	Entidade	Concelho	Entrevistas
Escolas	EB 2,3 de Leça da Palmeira	Matosinhos	Responsável pelo Projecto A Ler+; Professora de contacto com o PNL; 13 Professoras/Educadoras (7 da escola e 3 de outras escolas do agrupamento)
	EB 1/JI da Torrinha	Porto	Professor de contacto com o PNL; 2 Professoras (1.º ciclo); 1 Educadora
	EB 2,3 de Paranhos	Porto	Professor de contacto com o PNL/professor de 3.º ciclo; Coordenadora da BE
	EB1 de Santo António (Rio Meão)	Santa Maria da Feira	Professora de contacto com o PNL; 3 Professoras (1.º ciclo)
	EBI de São Domingos	Covilhã	Responsável pelo Projecto A Ler+; 3 Professoras (1.º e 3.º ciclos)
	EB 2,3 Serra da Gardunha	Fundão	Professor de contacto com o PNL; 6 Professores
	EB 1 n.º 3 do Cacém	Sintra	Professora de contacto com o PNL; 10 Professoras
	EB 1/JI Vasco da Gama	Lisboa	Professor de contacto com o PNL; 2 Professoras (1.º e 2.º ciclos); 1 Educadora
	EB 1 Sofia de Carvalho	Oeiras	Professora de contacto com o PNL; 8 Professoras
	EB 2,3 Francisco de Arruda	Lisboa	Professora de contacto com o PNL; 2 Professores (2.º ciclo)
	EB 3/S Luísa de Gusmão	Lisboa	Professora de contacto com o PNL; 2 Professores (3.º ciclo e secundário)
	EB 2,3 Luís de Camões	Lisboa	Coordenador da BE/professor de 3.º ciclo
	EB1/JI de Santo António dos Cavaleiros	Loures	Professora de contacto com o PNL; 2 Professores (1.º ciclo); 1 Educadora
	EB 1/JI de Arcos	Setúbal	Professora de contacto com o PNL; 2 Professoras (1.º ciclo); 1 Educadora
	ES/2,3 Lima de Freitas	Setúbal	Responsável pelo Projecto A Ler+; Professora de contacto com o PNL; Coordenadora das BE de 1.º ciclo do Agrupamento; 2 Professoras (2.º e 3.º ciclos)
	EB 2,3 André de Resende	Évora	Professora de contacto com o PNL; 2 Professores (2.º ciclo)

Tipo de Caso	Entidade	Concelho	Entrevistas
Escolas	EB 1/JI n.º 1 de Beja	Beja	Professora de contacto com o PNL; Responsável do Conselho Executivo; 2 Professoras (1.º ciclo); 1 Educadora
	EBI de Salir	Loulé	Responsável pelo Projecto A Ler+; Professora de contacto com o PNL; 1 Educadora; 2 Professoras (1.º e 3.º ciclos); Encarregado de educação; Auxiliar de Acção Educativa; Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivo Municipal da CM
	EB1/JI de Vale Judeu	Loulé	Educadora de contacto com o PNL; Coordenadora da BE do Agrupamento Escolar
Bibliotecas Públicas	Biblioteca Municipal Florbela Espanca	Matosinhos	Bibliotecária responsável
	Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	Bibliotecária responsável; Responsável do Núcleo Pedagógico da BM/Técnica de Animação Cultural
	Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade	Fundão	Bibliotecária responsável
	Biblioteca Municipal de Oeiras	Oeiras	Bibliotecário responsável
	Biblioteca Municipal José Saramago	Loures	Bibliotecária responsável
	Biblioteca Pública de Évora	Évora	Bibliotecário responsável
	Biblioteca Municipal José Saramago	Beja	Bibliotecário responsável Responsável do SABE

Tipo de Caso	Entidade	Concelho	Entrevistas
Câmaras Municipais	Câmara Municipal de Matosinhos	Matosinhos	Vereador da Cultura
	Câmara Municipal do Porto	Porto	Directora do Departamento Municipal de Bibliotecas; Chefe da Divisão Municipal da Rede de Leitura; Bibliotecária Responsável da BM Almeida Garrett; Directora do Departamento Municipal de Educação e Juventude; Chefe da Divisão Municipal de Promoção da Infância e Juventude; Técnica da Divisão Municipal de Promoção da Infância e Juventude
	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	Vereador da Educação, Cultura, Desporto e Juventude; Adjunta do Vereador
	Câmara Municipal do Fundão	Fundão	Vereador da Cultura
	Câmara Municipal de Loures	Loures	Directora do Departamento Sócio-Cultural
	Câmara Municipal de Setúbal	Setúbal	Responsável do SABE
	Câmara Municipal de Évora	Évora	Vereadora da Educação
	Câmara Municipal de Loulé	Loulé	Director Municipal

2. Concepção

➤ Os programas de políticas públicas podem ser avaliados de vários pontos de vista, e a ênfase avaliativa pode ser colocada em diversas componentes desses programas. Quando a avaliação, como no caso presente, se faz *a posteriori*, depois de um caminho considerável já percorrido, é normal prestar-se sobretudo atenção à avaliação da execução, dos resultados e dos impactos. O Programa foi concretizado? Os objectivos foram atingidos? Que repercussões teve? Simplificadamente, são estas as perguntas avaliativas a que, em geral, se presta mais atenção. E, com efeito, elas são fundamentais, uma vez que incidem sobre aquilo para que, em primeiro lugar, o Programa foi lançado: atingir um conjunto de objectivos. A maior parte deste estudo de avaliação debruça-se justamente sobre estes aspectos, muito em especial os capítulos 4 e 5, assim como alguns dos pontos principais das conclusões.

Porém, nos “bastidores”, por assim dizer, das acções levadas a cabo e dos resultados obtidos, estão dois outros elementos decisivos: a concepção do Programa (pressupostos, fundamentações, orientações, desenho conceptual do Programa) e o seu modelo de operacionalização (sistema de recursos, instrumentos e procedimentos montado para executar o Programa). Sem eles, o Programa não teria rumo nem meios. Neste capítulo, aborda-se a concepção; no capítulo seguinte, a operacionalização.

Para a análise avaliativa da concepção do Programa Rede de Bibliotecas Escolares recorreu-se a um conjunto de operações metodológicas, sobretudo de dois tipos: por um lado, a consulta e análise dos documentos orientadores centrais do Programa e de uma série de outros documentos teóricos, programáticos, informativos e operacionais; por outro lado, um conjunto de entrevistas, designadamente à

Coordenadora da RBE, a vários elementos do Gabinete da RBE e a muitos dos coordenadores interconcelhios da Rede, actuando em várias regiões do país.

Fundamentos e parâmetros principais

Que concepção presidiu ao lançamento do Programa Rede de Bibliotecas Escolares e à sua prossecução? Quais os fundamentos dessa concepção? Qual a sua adequação ao contexto em que o Programa era lançado e aos problemas ou desafios que ele se propunha enfrentar? Em que medida essa concepção informou a concretização do Programa, nas suas vertentes principais? Como evoluíram as concepções orientadoras da RBE ao longo do tempo, perante a realização progressiva do Programa e perante as mudanças entretanto verificadas, não só no contexto escolar mas, também, no contexto social e cultural mais amplo?

O processo de lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares remonta a 1995. No Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95, de 29 de Dezembro, do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, perante a “insuficiência de hábitos e práticas de leitura da população portuguesa”, afirma-se a necessidade de investir numa política articulada de que fizesse parte “o incentivo à utilização do livro nas metodologias de ensino e na organização do tempo escolar, e o desenvolvimento de bibliotecas escolares integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública mais ampla”.

Nesse sentido, foi criado, através do referido Despacho, um grupo de trabalho para analisar e propor medidas neste âmbito. A constituição do grupo de trabalho, definida através do Despacho Conjunto n.º 5/ME/MC/96, de 9 de Janeiro, era a seguinte: Isabel Veiga (coordenadora), Cristina Barroso, José António Calixto, Teresa Calçada e Teresa Gaspar. Do trabalho realizado pelo grupo resultou o relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* (Veiga e outros, 1996). Este relatório constituiu o principal documento de referência da Rede, tanto no seu lançamento, como no seu processo de desenvolvimento desde então.

No relatório fazia-se o diagnóstico da situação existente e respectivas carências, enunciavam-se princípios gerais, estabeleciam-se bases de referência e linhas de orientação para as bibliotecas escolares e desenhava-se, no seu conjunto, o Programa Rede de Bibliotecas Escolares.

Segundo os autores, faltava “um serviço de biblioteca que deveria ser básico, permanente e estimulante”. Até à data, o apoio existente para a criação de BE resumia-se essencialmente a alguns apoios pontuais do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP). Na maior parte das escolas de 1.º ciclo não existia biblio-

teca nem sequer um espaço alternativo com estantes. Nas escolas de 2.º, 3.º ciclos e do secundário o principal problema não era a inexistência de um espaço de biblioteca, mas as suas condições de funcionamento, consideradas bastante deficitárias.

O espaço consagrado à biblioteca escolar era sempre inferior ao necessário e não permitia um funcionamento escolar adequado ao número de alunos. Os equipamentos disponíveis não eram geralmente pensados para utilizações diversificadas e a utilização de equipamento audiovisual era ainda rara. Quanto a equipamento informático, a situação era também bastante insuficiente. O fundo documental era quase exclusivamente constituído por livros, verificando-se carências enormes de recursos de informação. As bibliotecas não possuíam orçamentos próprios, vivendo na dependência de verbas concedidas pontualmente pelas direcções das escolas, também elas obrigadas a gerir orçamentos muito reduzidos. Os recursos humanos que o quadro legal atribuía à organização, gestão e animação das bibliotecas escolares eram manifestamente insuficientes. Quanto ao tratamento do fundo bibliográfico, embora na maior parte das escolas ele se realizasse, os procedimentos de catalogação de documentos não se encontravam normalizados e, regra geral, os catálogos não eram adequados para apoiar a pesquisa bibliográfica dos alunos.

Apesar de todas as dificuldades e carências, referia-se também, no relatório de lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares, o esforço que os professores responsáveis pelas bibliotecas tinham vindo a investir na divulgação das potencialidades das bibliotecas, na dinamização dos serviços que ofereciam e na animação do espaço.

O relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* definia, em seguida, princípios e linhas gerais, inspirados nas orientações da UNESCO, a serem adoptados pelas bibliotecas escolares, a nível dos seus espaços, fundos documentais, equipamentos, funcionamento e gestão. A organização e o desenvolvimento das BE deveriam ser orientados por princípios e regras de funcionamento, como o regime de livre acesso, a existência de diversas funcionalidades com diferentes espaços, para elas, na BE, um conjunto de requisitos relativos ao equipamento, ao mobiliário e ao fundo documental, uma equipa qualificada para gerir e dinamizar a biblioteca, uma dotação orçamental própria e a articulação com outras bibliotecas escolares e públicas.

O conceito de biblioteca escolar, presente no relatório, incluía “os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos (qualquer que seja a sua natureza e suporte) que constituem recursos pedagógicos quer para as actividades quotidianas de ensino, quer para actividades curriculares não lectivas, quer para ocupação de tempos livres e de lazer.”

Os princípios estabelecidos em *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* tinham em vista a realização de determinados objectivos pela BE, nomeadamente: o favoreci-

mento da plena utilização da biblioteca e dos seus recursos pedagógicos, dotando-a de um fundo documental adequado às necessidades curriculares das diferentes disciplinas; a integração dos materiais impressos, audiovisuais e informáticos, e a constituição de conjuntos documentais organizados em função de temas; o desenvolvimento nos alunos, por um lado, de competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação, e, por outro lado, do prazer de ler e do interesse pela cultura nacional e universal; era ainda considerado um objectivo da BE ajudar os professores na planificação das suas actividades de ensino e na diversificação das situações de aprendizagem que orientam. A BE deveria também contribuir para associar a leitura, os livros e a frequência de bibliotecas à ocupação lúdica dos tempos livres.

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares deveria ser lançado pelo Ministério da Educação e deveria proporcionar às escolas um conjunto de recursos, orientações e apoios para o desenvolvimento das suas bibliotecas, e estas deveriam ser incentivadas a candidatarem-se ao Programa, no sentido da criação ou desenvolvimento das suas bibliotecas.

Para atingir estes objectivos, considerava-se necessária a criação de um Gabinete, junto dos serviços centrais do Ministério da Educação, que coordenasse o lançamento, acompanhamento e avaliação do Programa. Era referida a necessidade de mobilizar recursos financeiros e administrativos para apoiar as escolas na criação e desenvolvimento das suas BE. Também era considerada necessária a criação de um enquadramento jurídico relativo às matérias das BE, como o pessoal a elas afecto. Deveria ainda instituir-se, a nível concelhio, em coordenação com o Ministério da Cultura e com as autarquias, um Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) nas bibliotecas municipais. Era necessário incentivar a organização de cursos adequados à formação de professores bibliotecários, de professores em geral e de técnicos de biblioteca para profissionais que viessem a desempenhar funções nas BE. Outro item identificado como indispensável, aquando do lançamento do Programa, para atingir os objectivos estratégicos delineados, prendia-se com a introdução de alterações nas tipologias da construção escolar e no mobiliário.

Nas linhas de orientação técnica e funcional para as bibliotecas da Rede, propostas em *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*, para além de uma tipologia das bibliotecas a integrar na Rede, eram tidos em conta cinco parâmetros principais: recursos humanos e formação, recursos físicos, funcionamento e animação, gestão e apoio da RBE, e Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares.

Relativamente aos recursos humanos e formação, o documento previa a gestão e dinamização da BE por uma equipa educativa com competências no domínio da animação pedagógica, da gestão de projectos, da gestão da informação e das ciên-

cias documentais. Essa equipa deveria integrar o professor bibliotecário, outros professores da escola e ainda técnico(s) adjunto(s) de biblioteca e documentação. Para que os professores respondessem com eficácia às múltiplas funções que lhes são dirigidas na BE, era previsto o desenvolvimento de modalidades específicas de formação. Os professores com formação na área teriam prioridade, face aos restantes, para exercerem o cargo de professor bibliotecário.

No que respeita aos recursos físicos, previa-se que as instalações tivessem uma localização central e acesso fácil, que fossem funcionais e com uma estética agradável. Os principais espaços da BE deveriam constituir um sector de leitura, visionamento, audição e produção, organizado em várias zonas. Para assegurar o funcionamento da biblioteca, eram igualmente previstas uma zona de serviços técnicos e uma zona de armazenagem. Recomendava-se ainda a existência, sempre que possível, de uma sala polivalente e áreas individualizadas para trabalho de grupo. As áreas recomendadas a atribuir aos vários espaços seguiam os princípios estabelecidos pela UNESCO, tendo sido criado um quadro de referência para cada tipo de BE. Quanto ao equipamento, era referido o mobiliário e os equipamentos informáticos, audiovisuais, de fotografia, de cópia e de produção gráfica. Era apresentado um quadro indicativo de equipamentos consonante com o tipo de BE.

Relativamente aos recursos de informação, designados como “qualquer material que possa contribuir para o processo de aprendizagem, para o desenvolvimento cultural, estético e científico e ainda para reforçar o prazer de ler”, recomendava-se que as BE oferecessem os mais variados suportes. As BE deveriam disponibilizar não só livros, como revistas e jornais, documentos audiovisuais, e também informação em formato digital, de imagem e de som, bem como o acesso a bases de dados electrónicas. Referia-se também a importância de uma selecção adequada dos recursos de informação. Eram ainda definidas as quantidades de documentos mínimos necessários para uma BE – um fundo documental mínimo com um número de documentos igual ao número de alunos multiplicado por dez² – mas também a necessidade de permanente actualização dos fundos, a qual deveria ser considerada nos orçamentos das escolas. A constituição dos fundos documentais deveria basear-se nas orientações internacionais, nomeadamente na taxa de crescimento recomendada pela UNESCO para uma colecção, de acordo com o número de alunos da escola.

No que concerne ao funcionamento e animação, por sua vez, previa-se, em primeiro lugar, que a BE funcionasse num regime de livre acesso, para “permitir e encorajar

² Referencial adoptado pela UNESCO (2002), que acrescenta que o número mínimo de livros considerado aceitável, para as escolas mais pequenas, é de 2500 títulos, para permitir uma colecção alargada e equilibrada para todas as idades, níveis de competência e percursos pessoais dos alunos.

a procura autónoma de informação e a sua utilização nos mais diferentes tipos de trabalho e na leitura lúdica”. Indicava-se também que, para além da leitura presencial, a BE deveria facultar empréstimo domiciliário e empréstimos para as aulas e outros locais da escola e, sempre que possível, deveria abrir-se à comunidade. Recomendava-se igualmente que a biblioteca seguisse os procedimentos técnicos da informatização, classificação e catalogação dos documentos. O plano de desenvolvimento e a acção da BE deveriam integrar-se no projecto educativo da escola e, como tal, serem assumidos pela comunidade escolar. As actividades de animação da leitura e da BE eram também consideradas um ponto importante, nomeadamente para desenvolver nos alunos o prazer de ler. Recomendava-se ainda a cooperação entre as diversas BE da mesma área geográfica e de diferentes níveis de escolaridade, fomentando o intercâmbio de recursos e a realização de iniciativas conjuntas de divulgação, animação e formação. Os serviços e condições proporcionados pela BE, assim como as suas actividades, deveriam ser divulgados de forma activa, de modo aos públicos-alvo saberem da sua existência.

As linhas de orientação referiam-se também à gestão da BE e ao apoio da Rede de Bibliotecas Escolares. Considerava-se que o processo de criação, desenvolvimento e gestão da BE deveria caber à escola. No entanto, para as escolas poderem conceber e planear esse desenvolvimento, recomendava-se que lhes fosse disponibilizado um conjunto de incentivos e de apoios por parte de diferentes entidades aos níveis nacional, regional e local. Por último, recomendava-se a criação, nas bibliotecas municipais, de um Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE).

No seguimento da elaboração do relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* foi criado, ainda em 1996, pelo Despacho Conjunto n.º 184/ME/MC/96, o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, coordenado por Teresa Calçada, que havia integrado a equipa responsável pela elaboração desse documento inicial. Tinha já participado, aliás, alguns anos antes, num outro grupo de trabalho, responsável pela elaboração do relatório *Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais* (Moura e outros, 1986), que esteve na base da criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

O Gabinete da RBE ficou responsável pela coordenação do Programa, em articulação com outros serviços do Ministério da Educação e com as autarquias e bibliotecas públicas municipais.

O Programa RBE foi assim lançado, tendo por objectivos principais, como propunha o relatório inicial, a criação de uma rede de bibliotecas escolares abrangendo as escolas de todos os ciclos dos ensinos básico e secundário. Essas BE deveriam seguir os princípios orientadores definidos pela Rede. Seriam, pois, bibliotecas funcionando enquanto centros multimédia, disponibilizadores de recursos em diferentes suportes,

e desempenhando um papel central na formação de leitores e na aquisição e desenvolvimento, pelos alunos, das competências de localização, selecção, interpretação, utilização, produção e difusão de informação (literacia da informação). A RBE deveria ainda fomentar as condições necessárias ao pleno funcionamento das BE, como a fixação e formação dos seus recursos humanos e o apoio técnico a essas equipas.

Em 1997, foram atribuídos os primeiros apoios da RBE a bibliotecas das escolas. O Programa desenvolve-se, desde então, a vários níveis. Um deles é a instalação de novas bibliotecas e a actualização das já integradas, com intervenções e apoios relativos aos espaços, ao mobiliário, aos equipamentos, ao fundo documental e ao software bibliográfico, com fornecimento de estímulo à qualificação e com a disseminação de boas práticas. A actuação do Programa, a este nível, baseia-se no lançamento de candidaturas. A integração das escolas na RBE processa-se através da apresentação, por cada uma delas, no âmbito desse sistema de candidaturas, de um projecto/plano de desenvolvimento da respectiva biblioteca, o qual é apreciado pelo Gabinete da RBE.

O Programa desenvolve-se, ainda, aos níveis da integração das BE no contexto da escola e do sistema educativo, da atribuição de recursos humanos para as bibliotecas integradas na RBE (créditos horários para os professores coordenadores e para a constituição das equipas das BE) e da disponibilização de apoio técnico-pedagógico, realizado pelos elementos do Gabinete, pelos colaboradores no terreno (coordenadores interconcelhios) e pelos SABE. Este apoio técnico-pedagógico vai desde a criação e renovação de espaços e equipamentos à gestão dos fundos documentais, passando pela formação, pelos instrumentos electrónicos de partilha de informação, pelo desenvolvimento de parcerias e outras iniciativas.

A concepção que preside ao documento fundador da RBE, *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*, está em clara sintonia com um conjunto de documentos internacionais de referência neste domínio. Os principais são da responsabilidade da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) e da IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions).

O *IFLA/UNESCO Library School Manifesto* (UNESCO, 1999) pode ser considerado o documento internacional de maior importância no que respeita às BE. Neste manifesto, objecto de diversas revisões e actualizações, são identificados a missão e os objectivos das BE e estabelecem-se os princípios relativos ao financiamento, à legislação e redes, ao funcionamento e gestão e à equipa das bibliotecas escolares. Os governos são instados a criar condições favoráveis à aplicação dos princípios enunciados e os responsáveis pelas bibliotecas são incentivados a aplicá-los.

As bibliotecas escolares são apresentadas pela UNESCO e pela IFLA como recursos ao serviço do ensino que proporcionam informação e ideias fundamentais para a vida na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento, e que desenvolvem nos alunos competências para a aprendizagem ao longo da vida bem como a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se pensadores críticos, utilizadores efectivos da informação, em todos os suportes e meios de comunicação, e cidadãos responsáveis.

A UNESCO e a IFLA identificam vários objectivos para a BE, enquanto parte integrante do processo educativo, consonantes com os que já foram referidos anteriormente no que concerne à RBE, como apoiar e promover os objectivos educativos da escola, criar nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da utilização de bibliotecas ao longo da vida, apoiar os alunos na aprendizagem e divulgar os recursos da BE junto da comunidade escolar e fora dela.

Para atingir estes objectivos é necessário que a BE apresente um perfil como o que é traçado no Manifesto. Segundo esse documento, a BE deve proporcionar a todos os alunos e outros membros da comunidade escolar, aprendizagens e treino de capacidades para avaliar e usar informação em todos os suportes, formatos e meios de comunicação. Uma ideia bastante presente no Manifesto da UNESCO é a mais-valia dos recursos das BE para a aprendizagem, complementando e enriquecendo os manuais escolares e as metodologias de ensino. Assim sendo, os contextos de aprendizagem devem ser alargados às BE. Para que tal aconteça, é favorável a existência de uma política de serviços da BE formulada em articulação com o currículo escolar. É também importante que professores e bibliotecários trabalhem em conjunto e com os mesmos objectivos. De acordo com o documento em causa, “está comprovado que, quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os estudantes alcançam níveis mais elevados de literacia, leitura, aprendizagem, resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação”.

É ainda sublinhada a necessidade de articulação das BE com as bibliotecas públicas e outras entidades, assim como a cooperação com os encarregados de educação e outros agentes da comunidade. É também recomendado, para garantir a eficácia e avaliação dos serviços da BE, que esta seja organizada e mantida de acordo com padrões profissionais. A UNESCO adverte para a necessidade de apoiar a BE através de legislação e políticas específicas e de dotá-la de meios financeiros suficientes para assegurar o seu funcionamento adequado.

Quanto ao bibliotecário escolar, este Manifesto define-o como um elemento do corpo docente, qualificado, responsável pelo planeamento e gestão da BE e apoiado por uma equipa tão adequada quanto possível. Os bibliotecários escolares devem

possuir competências em diversos modos de processamento da informação, ser capazes de proporcionar essas competências a alunos e professores e devem prosseguir a sua formação e desenvolvimento profissionais.

Na continuidade do Manifesto para as Bibliotecas Escolares, e tendo em vista um maior aprofundamento dos princípios e linhas gerais nele especificados, surge um outro documento, *The IFLA/UNESCO School Libraries Guidelines* (UNESCO, 2002). Nele, apresentam-se directrizes redigidas para ajudar as escolas a promover os princípios expressos no primeiro documento mencionado. Essas directrizes incidem sobre a missão e política das BE, os recursos, o pessoal, os programas e actividades e a sua promoção.

Destaca-se, neste documento, o ponto relativo à monitorização e avaliação, integrado nas directrizes sobre a missão e política das BE. Nele são explicitados indicadores-chave a serem utilizados na monitorização e avaliação da prossecução dos objectivos da biblioteca. Recomenda-se que a monitorização e avaliação das BE seja realizada regularmente.

As directrizes difundidas pela UNESCO constituíram-se como um importante suporte para a RBE na definição de linhas de orientação estratégica, técnica e funcional para as BE integradas na Rede. Todas as linhas orientadoras da RBE encontram-se em grande consonância com as directrizes da UNESCO para as BE, que são uma referência neste domínio. A RBE pretendeu, no geral, seguir os princípios estabelecidos internacionalmente para as BE, adaptando-os à realidade portuguesa.

No que respeita a aspectos mais específicos, referentes nomeadamente à instalação, organização, funcionamento e gestão das BE, à formação de professores bibliotecários e outros elementos das equipas das BE, ou ao desenvolvimento de catálogos colectivos em linha, a RBE tem vindo a disponibilizar um conjunto de documentos orientadores.

Muito recentemente, foram elaborados pela RBE alguns novos documentos orientadores para a instalação de BE, resultantes da necessidade de adaptar os princípios das bibliotecas da Rede a alterações concretas no sistema de ensino – por exemplo, o surgimento dos centros escolares e das escolas básicas integradas, ou a modernização das escolas do ensino secundário. Na formação de professores bibliotecários e outros colaboradores das BE, afirmam-se igualmente novas directivas, por exemplo as que enfatizam a importância actual da literacia da informação, nas suas diversas vertentes.

A qualidade de um programa de políticas públicas começa na sua concepção. Uma concepção adequada, por si só, não é condição suficiente para um programa de políticas públicas bem conseguido; mas é, claramente, uma condição necessária. No caso do Programa Rede de Bibliotecas Escolares, foi possível verificar que ele

partiu de um processo aprofundado de concepção – fundamentado, por um lado, nas principais referências internacionais, nomeadamente nos manifestos IFLA/UNESCO para as bibliotecas escolares, e, por outro lado, na formação e experiência pessoais dos membros do grupo de trabalho.

Em termos de balanço avaliativo, importa sublinhar três aspectos: a) a concepção do Programa Rede de Bibliotecas Escolares foi elaborada, com cuidado e profundidade, por um conjunto de especialistas muito qualificados; b) nessa concepção, os parâmetros fundamentais das BE e da Rede foram definidos em consonância com os mais avançados e consagrados referenciais internacionais, nomeadamente os da UNESCO e da IFLA; c) tomando-se como referência fundamental esses parâmetros, houve a capacidade de ajustar a concepção do Programa RBE a especificidades da situação nacional e à diversidade das escolas.

Novos contextos, novos desafios

A concepção tem sido, pois, um dos aspectos fundamentais da qualidade e, em geral, do êxito do Programa Rede de Bibliotecas Escolares. É um programa informado, conceptualizado, reflectido. Além disso, revelou-se também um programa atento aos processos de mudança.

Deste modo, do ponto de vista da concepção do Programa, observa-se uma combinação de continuidade e renovação. A continuidade encontra-se num conjunto de princípios centrais (por exemplo, os padrões de qualidade requeridos às bibliotecas integradas na Rede) e de procedimentos de operacionalização (como as candidaturas e os seus instrumentos). É uma continuidade que se explica em boa parte pelo facto de a concepção inicial, como se viu, ter sido, logo à partida, bastante avançada. A renovação, pelo seu lado, tem a ver quer com a própria concretização da Rede, quer com algumas mudanças relevantes nas circunstâncias envolventes, isto é, na escola e na sociedade.

Desde logo, a própria realização do Programa, implicando que a cobertura de escolas e agrupamentos por bibliotecas integradas na Rede esteja já próxima de completamento, tem vindo a suscitar uma renovação de objectivos e acções.

As modalidades de candidatura à integração na Rede, por exemplo, evoluíram recentemente, das anteriores candidaturas Concelhia e Nacional à actual Candidatura RBE e ao surgimento de uma candidatura de novo tipo, designada Candidatura de Mérito. Esta visa seleccionar e apoiar escolas cujas bibliotecas apresentam experiências mais consistentes e divulgar boas práticas daí resultantes. Já não se trata,

neste caso, de criar bibliotecas escolares e de integrá-las na Rede. Na presente fase, sem descurar a finalização da cobertura do sistema de ensino, a RBE começa a concentrar esforços em direcção a patamares de qualidade mais avançados e a novos ciclos de actualização.

Em termos mais gerais, a concretização da Rede tem vindo a colocar ao Programa novos desafios, aos quais o Gabinete da RBE tem respondido com objectivos renovados. Entre estes contam-se a ampliação, diversificação e actualização dos fundos documentais; a renovação de instalações e equipamentos, em particular de equipamentos de nova geração tecnológica; o alargamento e aprofundamento da formação de professores bibliotecários e das equipas das BE; a densificação da rede de bibliotecas escolares e das redes concelhias de bibliotecas; a constituição de catálogos colectivos em linha; a expansão da Rede para as escolas profissionais do ensino público ainda não integradas na RBE e para as escolas privadas com contrato de associação ao Ministério da Educação; a intensificação de relações com a comunidade envolvente, promovendo colaborações relevantes de maneira sustentável, por exemplo com actividades de educação e formação de adultos, como as do Programa Novas Oportunidades.

Em simultâneo, um conjunto de mudanças intensas na escola e na sociedade (agrupamentos de escolas, centros escolares, áreas de aprendizagem não disciplinares, escola a tempo inteiro, alastramento da cultura audiovisual, implantação das TIC e, em especial, da internet, no quotidiano das crianças e dos jovens e, também, na escola) levam igualmente a alargar e diversificar o âmbito de intervenção das bibliotecas escolares.

Perante as referidas transformações escolares e sociais, o Gabinete da RBE tem vindo a renovar concepções, objectivos e linhas de actuação. Nos documentos de informação, formação e coordenação, têm vindo a tornar-se mais centrais dimensões de actividade das BE relacionadas, designadamente, com a difusão da literacia da informação, com a integração da biblioteca nas aprendizagens curriculares e na vida da escola, com o estabelecimento de redes entre escolas e com outras entidades, com a gestão das BE, com a dotação das bibliotecas de equipamentos informáticos actualizados e com o objectivo de colaboração estreita entre BE e TIC na escola.

Vertentes relativamente recentes do Programa, como o estímulo à criação de catálogos colectivos em linha ou como a difusão na Rede de um processo de auto-avaliação (o qual funciona também como divulgador e formador a respeito destas realidades em mudança e destas prioridades renovadas), são manifestações da nova fase em que a RBE se está a posicionar. A institucionalização recente dos professores bibliotecários e dos coordenadores interconcelhios é um instrumento fundamental da resposta a estes novos desafios e necessidades.

3. Operacionalização

➤ A implementação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares implicou conceber e montar um modelo de operacionalização, assente num conjunto de mecanismos de gestão, organização, acompanhamento e avaliação e divulgação decisivos, a montante, para a execução do Programa no terreno e para alcançar os resultados esperados e produzir os impactos desejados, os quais têm vindo a ser adaptados e aperfeiçoados ao longo dos seus 13 anos de vida.

A avaliação do domínio da operacionalização da Rede de Bibliotecas Escolares passa, pois, pela resposta a um conjunto de questões sobre a concepção desses mecanismos e sobre a sua eficácia. Que mecanismos de coordenação e gestão da Rede foram implementados? Que recursos humanos foram disponibilizados, em termos quantitativos e de competências? Que orientações foram definidas e que procedimentos foram estabelecidos para as candidaturas das escolas (para instalação ou reforço das bibliotecas escolares)? Qual o sistema de informação e comunicação da RBE? Que mecanismos de acompanhamento e avaliação das escolas e das BE foram implementados? Quais as orientações e evoluções sobre os recursos humanos para as BE, tanto ao nível do número e afectações do professor bibliotecário ou coordenador e restante equipa, como ao nível da sua formação?

A informação que sustenta a análise das condições de operacionalização do Programa RBE resulta do recurso a operações metodológicas de dois tipos: por um lado, a consulta e análise de um conjunto vasto de documentos do e sobre o Programa, incluindo legislação, documentos programáticos e operacionais da própria RBE (tais como bases de dados, modelo de auto-avaliação, etc.) e conteúdos do sítio

electrónico; por outro lado, a realização de entrevistas aos actores-chave responsáveis pela sua execução, designadamente a coordenadora do Gabinete, elementos da equipa técnica central e coordenadores interconcelhios.

Estruturas de coordenação: o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares e os coordenadores interconcelhios

Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

O lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares implicou, desde o início, a constituição de uma estrutura específica de coordenação e gestão, o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, criado em 1996, na dependência do Ministério da Educação e com articulação com o Ministério da Cultura. Não sendo uma estrutura orgânica do ME, é apoiado, logística e financeiramente, pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC).

A sua coordenação tem sido assegurada, ao longo dos 13 anos, por Teresa Calçada, uma das autoras do documento de concepção e proposta da RBE. Trata-se de uma estrutura leve e funcionalmente flexível, que integra uma equipa técnica composta, actualmente, por 12 professores (parte deles tendo optado pela carreira técnica), 9 a tempo inteiro e 3 a tempo parcial. Todos eles possuem competências específicas em bibliotecas escolares, bem como experiência de coordenação de BE.

A análise dos conteúdos e dos modos de organização do trabalho desenvolvido no Gabinete merece três comentários. Primeiro, a existência de uma liderança forte, informada e de continuidade, o que tem permitido a expansão da Rede de forma coerente e consistente, sem mudanças bruscas e rupturas nas orientações. Segundo, uma equipa que, em boa parte, é também de continuidade: muitos dos professores do Gabinete já aí se encontram integrados há vários anos, alguns praticamente desde o início. Este é, pois, um factor que tem permitido a acumulação de um património de conhecimento e a implementação de mecanismos e procedimentos de trabalho sustentados em experiências continuadas, assegurando avanços qualitativos consideráveis e evitando retrocessos e recomeços desnecessários. Terceiro, um modo de funcionamento coeso, em equipa, com alguma flexibilidade, embora potenciando as competências de cada um mediante a sua afectação a áreas de trabalho específicas, tais como as candidaturas, as bases de dados, o sítio electrónico, o modelo de auto-avaliação, etc.

Do ponto de vista das relações externas, o Gabinete RBE tem articulado desde sempre a sua actividade com as Direcções Regionais de Educação e, mais recen-

temente, com a equipa do Plano Nacional de Leitura, com quem partilha, além de muitos objectivos comuns, espaços e mesmo alguns recursos.

Coordenadores interconcelhios

À equipa central da RBE compete, em sentido lato, o apoio técnico à instalação e desenvolvimento das bibliotecas escolares. À medida que a Rede se foi alargando, tornou-se clara a dificuldade de manter um acompanhamento sistemático às bibliotecas escolares que se iam instalando e desenvolvendo, pela impossibilidade de ir ao terreno com a regularidade desejada. A criação de uma estrutura intermédia, de âmbito geográfico delimitado, entre o Gabinete e as escolas, revelou-se fundamental.

Surgem, no ano lectivo de 2004/2005, os coordenadores interconcelhios, correspondendo a um perfil de professores com formação pós-graduada em bibliotecas escolares e com experiência de coordenação de bibliotecas. De menos de uma dúzia, o seu número foi aumentando até aos 30 actuais, acompanhando assim o crescimento do número de escolas integradas na Rede. Cada um tem a seu cargo um conjunto de concelhos e escolas, em número variável, dependendo da dimensão de uns e outras.

Esta função foi recentemente institucionalizada, em portaria que regula as regras de designação e de concursos para a função de professor bibliotecário, bem como as regras de designação de docentes para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares (Portaria n.º 756/2009, de 14 de Julho). O seu número é definido para cada período de quatro anos, estimando-se que não deve ser inferior a 70 docentes, o que representa uma garantia de continuidade do trabalho a desenvolver, bem como uma duplicação do número actual.

Os coordenadores interconcelhios garantem um acompanhamento de proximidade, personalizado, prestando aconselhamento e apoio técnico às escolas no terreno, quer na fase de instalação da biblioteca, quer posteriormente, procurando otimizar o seu funcionamento e qualificar o trabalho desenvolvido pela equipa. Este acompanhamento traduz-se num papel intermediador nos dois sentidos: da comunicação das necessidades das escolas à equipa central do Gabinete, permitindo assim o direccionamento informado dos apoios; e das orientações do Programa para as escolas, possibilitando uma monitorização dos padrões de qualidade para as bibliotecas escolares. Desempenham ainda o papel instrumental de fornecer ao Gabinete, de forma regular e sistemática, retratos individualizados ou agregados dos vários aspectos do funcionamento das bibliotecas escolares, respondendo de forma célere às necessidades específicas de informação do Gabinete.

O seu papel não se esgota, porém, aqui. Uma das suas funções de maior relevo será, talvez, a de agregadores de objectivos e acções nas organizações e nos territó-

rios em que intervêm. Num primeiro nível, têm desempenhado um papel fundamental na valorização da BE na escola, procurando envolver de modo activo e responsabilizante os vários órgãos das escolas na instalação e dinamização da biblioteca. Os contactos que estabelecem com as bibliotecas estendem-se, pois, aos Conselhos Executivos, aos Conselhos Directivos e aos coordenadores de departamentos. Ao mesmo tempo, constituem pontos de ligação entre as escolas dos agrupamentos e mesmo entre diferentes agrupamentos. Num segundo nível, mais alargado, reúnem com outros actores do concelho, as câmaras municipais (sobretudo vereadores da educação e da cultura), as bibliotecas públicas, designadamente, quando existam, os seus serviços de apoio às bibliotecas escolares, e os centros de formação das escolas. Por isso são decisivos para a constituição das redes concelhias de bibliotecas.

Candidaturas ao Programa: critérios, orientações e procedimentos

Os apoios à instalação das bibliotecas escolares e, posteriormente, ao seu desenvolvimento têm sido efectuados através de um sistema de candidaturas que foi sofrendo algumas alterações à medida que a Rede se ia expandindo.

Até 2004, havia dois tipos de candidaturas: a nacional e a concelhia. Primeiro, surgiu a concelhia, destinada a apoiar escolas pertencentes a concelhos previamente escolhidos mediante critérios técnicos pré-definidos, sendo seleccionadas as autarquias com um trabalho mais significativo de articulação com as escolas. O plano de desenvolvimento para a BE era elaborado pela escola com o apoio da DRE, CM e BM e também do Gabinete RBE e era posteriormente assinado um protocolo de cooperação que formalizava o envolvimento das partes na concretização da BE. Esta candidatura era a que tinha um maior volume de financiamento. A candidatura nacional surgiu pouco depois, em 1998, para responder aos casos em que as autarquias não estavam tão sensibilizadas para a questão das BE, mas em que as escolas desenvolviam experiências significativas em matéria de organização, gestão e dinamização de bibliotecas. A verba disponível era muito menor.

Passados poucos anos do início do Programa, lançaram-se os apoios complementares ou de reforço, destinados a requalificar bibliotecas escolares que já tinham sido apoiadas para a instalação.

Entretanto, a distinção entre candidatura concelhia e nacional foi-se esbatendo e, a partir de 2005, deixou formalmente de existir, passando a haver uma candidatura única, à qual se veio a juntar a Candidatura de Mérito.

Actualmente, só existem candidaturas de instalação no 1.º ciclo do ensino básico – designadamente nos centros escolares – e requalificações nas escolas de outros níveis de ensino. Nos próximos anos, o objectivo é investir na cobertura do 1.º ciclo, pelo que as candidaturas estão a ser para aí orientadas. Nestas candidaturas estão envolvidos, desde há dois anos, três actores: a escola de 1.º ciclo, a sede do agrupamento e a câmara municipal. Entretanto o Programa RBE estendeu-se também às escolas profissionais do ensino público.

Desde o início, no próprio relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*, que foram estabelecidos critérios para a instalação de BE, com base em padrões de qualidade que se pretendiam assegurar. Estes critérios, já referidos no capítulo 2, traduzem-se num conjunto de requisitos que respeitam quer a instalações e equipamentos, quer ao fundo documental, quer aos recursos humanos, quer a modos de funcionamento, como o livre acesso ou o empréstimo domiciliário, entre outros.

Ao longo do Programa registaram-se grandes avanços nos processos de candidatura e nas orientações fornecidas às escolas que foram sendo sucessivamente adaptados e aperfeiçoados, consoante as mudanças que iam ocorrendo no contexto educativo, mas também devido ao conhecimento acumulado no Gabinete. Se no início era atribuída uma verba global à escola, que a geria de forma completamente autónoma, mais tarde começaram a estabelecer-se critérios para os orçamentos, com valores médios, com os equipamentos obrigatórios, com o fundo documental, etc. A formalização das candidaturas passa pelo preenchimento de um formulário que especifica os parâmetros a observar, bem como de grelhas para a aquisição de mobiliário e equipamento. Anteriormente, havia um trabalho muito grande, por parte do Gabinete, na revisão das candidaturas em função dos critérios estabelecidos mas, actualmente, as candidaturas apresentam já outra qualidade, a que não é alheio o facto de a sua elaboração contar com o apoio dos coordenadores interconcelhios.

A Candidatura de Mérito, lançada em 2005, constitui um caso emblemático dos avanços que se têm verificado nos processos de candidatura e nas orientações para a instalação e funcionamento das BE. Tem como objectivo estimular projectos num patamar superior de desenvolvimento e qualidade, isto é, projectos inovadores de escolas/agrupamentos ou parcerias com outras instituições. Além de um conjunto de critérios exigentes sobre a equipa da BE, a organização e a gestão, privilegiam-se projectos que já estejam em desenvolvimento, em áreas diversas, como a integração da biblioteca no currículo, a promoção da leitura, etc, que são apoiados por dois anos. O objectivo é tornar visível o trabalho destas escolas, numa lógica de disseminação de boas práticas. Até 2009 tinham sido apoiadas 80 escolas e 41 projec-

tos, em número inferior pelo facto de o mesmo projecto poder abranger várias escolas. Estes projectos encontram-se disponíveis para consulta no sítio electrónico da RBE.

Sistema de comunicação, informação e divulgação

Sítio electrónico da RBE

O sítio electrónico da RBE constitui, simultaneamente, um instrumento de informação e comunicação e um instrumento orientador e indutor de um *modus operandi* e de práticas nas escolas, nas bibliotecas escolares e em outros organismos com elas relacionados, como as bibliotecas municipais ou as autarquias.

Muito rico do ponto de vista dos conteúdos, o sítio disponibiliza um vasto conjunto de orientações aos mais variados níveis – desde regras para a construção de catálogos colectivos até sugestões para a promoção da leitura –, vertidas em documentos de síntese, em muitos casos adaptados a cada um dos níveis de ensino.

Integra também um conjunto de instrumentos de comunicação, mais ou menos interactiva, com as escolas. Em Outubro de 2007, foi publicado o primeiro número da Newsletter da RBE, de periodicidade semestral, tendo até ao momento sido publicados cinco números. É constituída por artigos de carácter conceptual, mas também por um dossier dedicado à apresentação de boas práticas no terreno. Estão inscritas 1300 pessoas para a receber.

Com vista a fomentar a troca de informação, foi também criado um blogue da RBE. No sítio electrónico foram igualmente incluídas ligações para os sítios e blogues das escolas e das BE (entre 400 e 500). Existe ainda uma “lista de difusão”, com quase 700 inscrições, onde se trocam materiais diversos, desde documentos de orientação até informação sobre catalogação, etc.

Estão ainda disponíveis, no sítio electrónico da RBE, acessíveis para consulta e importação de registos, os catálogos em linha das bibliotecas escolares e os catálogos colectivos das redes de bibliotecas.

As estatísticas de utilização do sítio electrónico mais recentes (Maio de 2009) revelam um número de visitas e de visitantes bastante elevado (em média cerca de 5300 visitas e quase 3000 visitantes por semana).

Sistema de informação da RBE

O sistema de informação da RBE, entendido como um conjunto sistematizado e actualizado de dados sobre a Rede, possibilitando a obtenção quer de retratos indi-

vidualizados de cada biblioteca ou conjuntos de bibliotecas, quer do conjunto das BE, é relativamente recente.

Já no ano lectivo de 2000/2001, cinco anos volvidos sobre o lançamento da RBE, o Gabinete lançou um inquérito por questionário dirigido às 855 escolas até então integradas na Rede, ao qual responderam 501. Este inquérito teve como objectivo recolher informação sistematizada sobre as bibliotecas escolares, que permitisse obter um retrato actualizado, bem como fornecer elementos de avaliação do seu percurso.

Mas só em 2007 veio a ser concebido e aperfeiçoado um sistema de informação apoiado numa base de dados exhaustiva das bibliotecas escolares, através de um inquérito por questionário – em cuja elaboração esteve também envolvida a equipa de avaliação externa, designadamente nos indicadores de avaliação – preenchido, pela primeira vez, em 2008.

A constituição desta base de dados, de actualização anual, representou um marco fundamental na sistematização de informação relativa às BE, permitindo colmatar as lacunas que anteriormente se verificavam a este nível. É hoje possível ter uma visão de conjunto sobre um vasto número de indicadores relativos ao funcionamento, aos resultados e aos impactos das BE.

A actualização da base de dados é efectuada através de um inquérito em linha dirigido às escolas, cuja aplicação decorre no quadro do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), sendo o preenchimento da responsabilidade do professor bibliotecário ou coordenador da BE. A informação recolhida diz respeito, quer a questões objectivas sobre as condições de funcionamento das BE aos mais variados níveis, quer a apreciações sobre essas mesmas condições. Integra sete secções: A) Informações gerais; B) Recursos humanos afectos à BE; C) Formação em bibliotecas escolares; D) Organização da BE; E) Recursos; F) Gestão; G) Dinamização e Avaliação da BE.

Trata-se de um instrumento de gestão dinâmico num duplo sentido; porque permite ir tendo dados exhaustivos e actualizados sobre a Rede; porque ele próprio tem sido sujeito a aperfeiçoamentos, fruto dos ensinamentos que a sua aplicação tem proporcionado.

Além da base de dados, face a necessidades particulares de informação que permitam obter retratos instantâneos das bibliotecas sobre aspectos específicos, recorre-se, como já referido, aos coordenadores interconcelhios.

Divulgação e promoção da Rede

Quanto à divulgação e promoção da Rede, pode afirmar-se que o Programa RBE não tem tido uma visibilidade pública consonante com o seu grau de desenvolvimento e consolidação, para além, naturalmente, da que obtém junto das comunida-

des educativas. O reforço desta visibilidade revela-se, pois, como um aspecto merecedor do desenvolvimento de estratégias de divulgação mais alargada dos resultados e impactos que a Rede tem vindo a alcançar, para os quais o amadurecimento que hoje se verifica nos instrumentos de sistematização da informação e de avaliação das BE pode dar um contributo significativo.

Muito recentemente, em Junho de 2009, foi promovido, pelo Gabinete da RBE, o Fórum RBE *13 Anos a Construir Saberes*, com o objectivo de reflectir sobre o caminho percorrido ao longo da execução do Programa, bem como sobre os novos desafios que se colocam à Rede em geral e às BE em particular. Tratou-se de uma iniciativa muito participada por um conjunto de agentes ligados às bibliotecas escolares, sobretudo coordenadores de BE, quer a tempo inteiro, quer a tempo parcial, num total de mais de 1000 participantes, o que constitui indicador da motivação e envolvimento destes profissionais.

Ao nível interno da Rede, importa igualmente continuar e reforçar os mecanismos de divulgação do trabalho das bibliotecas escolares, incentivando a troca de experiências, de instrumentos e de procedimentos de intervenção, estimulando o debate colectivo sobre esse trabalho, bem como fomentando a cooperação activa entre as BE.

Sistema de acompanhamento e avaliação

Acompanhamento

Entendido em sentido lato, o acompanhamento constitui a função estratégica do Gabinete RBE, incluindo os coordenadores interconcelhios. Em termos analíticos, sem intenção de hierarquizar importâncias, podemos distinguir entre uma componente menos proactiva e mais impessoal do acompanhamento e outra mais interactiva e personalizada, que se complementam e potenciam.

Esta segunda reside no apoio técnico-pedagógico constante que a estrutura central do gabinete e, no terreno, os coordenadores interconcelhios, prestam às BE, quer na fase de instalação, quer na fase do seu desenvolvimento, aos vários níveis, desde a criação e renovação dos espaços e equipamentos, à gestão dos fundos documentais, à articulação com as BM, à formação da equipa, etc.

A primeira, por sua vez, contempla o conjunto de orientações que, ao longo dos anos, o Gabinete RBE foi produzindo e/ou disponibilizando às BE, em muitos casos sintetizadas em documentos específicos, que podem ser consultados no sítio electrónico. A quantidade e grau de sistematização destas orientações são notáveis e

revelam uma das missões mais importantes do Gabinete. Constituem instrumentos de carácter muito operativo que permitem às escolas saber “como fazer” com qualidade, bem como seguir ou adaptar sugestões muito concretas de modos de organização ou actividades das BE.

Estas orientações cobrem todos os domínios de instalação e funcionamento das BE, em muitos casos especificadas para cada um dos níveis de ensino, integrando conteúdos sobre matérias que podem ser assim sistematizadas: I) instalação e localização das BE (incluindo organização do espaço e equipamentos) ; II) equipa; III) gestão e organização (incluindo sugestões para a elaboração do regulamento e do plano de actividades da BE); IV) fundo documental (incluindo linhas orientadoras para a política de constituição e desenvolvimento da colecção, bem como instrumentos para a construção dos catálogos informatizados); V) programa/actividades (incluindo apoio curricular, literacia de informação e promoção da leitura); VI) informação/promoção (incluindo instrumentos para a construção de sítios electrónicos da BE); VII) redes de bibliotecas e catálogos colectivos.

Modelo de auto-avaliação das bibliotecas escolares

O modelo de auto-avaliação das BE, recentemente lançado, a partir da adaptação do modelo inglês, cumpre também, numa parte, essa função de acompanhamento-orientação. Conforme explicitado no próprio documento do modelo, ele visa “objectivar a forma como se está a concretizar o trabalho das bibliotecas escolares, tendo como pano de fundo essencial o seu contributo para as aprendizagens, para o sucesso educativo e para a aprendizagem ao longo da vida (...) é importante que cada escola conheça o impacto que as actividades realizadas pela e com a Biblioteca Escolar vão tendo no processo de ensino e na aprendizagem, bem como o grau de eficiência dos serviços prestados e de satisfação dos utilizadores da BE. (...) sendo igualmente um princípio de boa gestão e um instrumento indispensável num plano de desenvolvimento, permite contribuir para a afirmação e reconhecimento do papel da BE, permite determinar até que ponto a missão e os objectivos estabelecidos para a BE estão ou não a ser alcançados, permite identificar práticas que têm sucesso e que deverão continuar e permite identificar pontos fortes que importa melhorar” (RBE, 2008: 3).

O modelo pretende, assim, dotar as escolas de um instrumento que não só oriente a reflexão sobre o funcionamento da BE (numa lógica avaliativa), mas que constitua igualmente uma orientação sobre os patamares a atingir (numa lógica pedagógica), já que acaba por sistematizar as orientações mais recentes para o funcionamento das BE.

O modelo está explicitado num documento disponibilizado às bibliotecas, onde se especificam os quatro domínios que são objecto de avaliação – apoio ao desen-

volvimento curricular; leitura e literacia; projectos, parcerias e actividades livres e de abertura à comunidade; gestão da biblioteca escolar –, se sugerem procedimentos para recolha de informação que sustente a avaliação e se definem perfis de desempenho e respectivos critérios.

Cada um dos domínios é desdobrado num conjunto de indicadores, para os quais as bibliotecas devem recolher evidências que permitam a classificação dos domínios e sub-domínios em níveis de desempenho. De modo a apoiar esta recolha de evidências, o Gabinete produziu um conjunto de instrumentos a ser aplicados nas escolas - tais como questionários aos professores, questionários aos alunos, grelhas de observação da utilização da biblioteca, etc. – que podem ser adaptados por cada escola.

Lançado pela primeira vez no início de 2008 em 120 escolas, sobretudo EB2,3 e secundárias (108) e muito poucas EB1 (12), com coordenadores de BE a tempo inteiro, o modelo encontra-se ainda em fase de teste e tem vindo a ser aperfeiçoado. Os coordenadores das escolas envolvidas na experimentação do modelo, bem como alguns coordenadores interconcelhios, tiveram formação específica. Já em 2009, abrangia 216 bibliotecas escolares, sendo apenas 10 de escolas do 1.º ciclo.

Mesmo ainda na fase de teste, o modelo de auto-avaliação tem funcionado sobretudo como um referencial, um instrumento pedagógico em que estão definidos os patamares dos quais as BE se devem aproximar, os resultados a alcançar. Acaba, pois, por ser fundamental a nível da própria planificação das actividades, da elaboração dos planos anuais que começam a ser convergentes com os objectivos e finalidades que o modelo preconiza, introduzindo assim significativas melhorias de qualidade nesses planos. Tem permitido, igualmente, uniformizar nomenclaturas.

Recursos humanos para as bibliotecas escolares: as equipas e a formação

Professor bibliotecário

O lançamento da Rede implicou a afectação de recursos humanos – professores e auxiliares de acção educativa – que constituíssem a equipa da biblioteca escolar. O relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*, de 1996, identificava já essa equipa, distinguindo o professor bibliotecário, outros professores e funcionários técnicos, cujos quantitativos foram propostos de acordo com os níveis de ensino e o número de alunos das escolas.

A política ministerial de afectação de recursos humanos às BE tem vindo a registar, ao longo do período de vigência do Programa, avanços e recuos na disponibiliza-

ção às BE de coordenadores e equipas com períodos de tempo adequados à gestão, funcionamento e dinamização da biblioteca, bem como com arcos temporais suficientes para possibilitar o desenvolvimento de um trabalho de continuidade.

Os coordenadores de BE têm estado, a estas, afectos ao abrigo da atribuição de créditos horários, variáveis em função do número de alunos das escolas e também com variações ao longo dos vários anos de desenvolvimento da Rede.

Nos últimos anos, a evolução tem sido positiva, com um número crescente de coordenadores de bibliotecas com crédito horário excepcional para exercer as funções a tempo inteiro, numa ou em mais do que uma biblioteca do agrupamento. No ano lectivo 2008/2009, encontravam-se nesta situação 500 coordenadores, aos quais se somavam 900 coordenadores a tempo parcial.

Essa evolução veio a culminar, com efeitos para o ano lectivo de 2009/2010, na institucionalização da figura de professor bibliotecário, concretizando finalmente um dos objectivos consignados, desde o início, no Programa RBE, e que tem reunido esforços continuados por parte do respectivo Gabinete que, em articulação com a Direcção Geral de Recursos Humanos do Ministério da Educação, produziu uma proposta legislativa sobre esta matéria, concretizada na publicação da portaria que cria a função de professor bibliotecário (Portaria n.º 756/2009, de 14 de Julho).

Trata-se de um marco importantíssimo no desenvolvimento da RBE, de reconhecimento e valorização das bibliotecas escolares e do lugar estratégico que ocupam nas escolas.

Em termos operacionais, a criação da função de professor bibliotecário representa um salto qualitativo que garante, à partida, acréscimos de qualidade no trabalho desenvolvido e nos resultados e impactos alcançados pelas BE, por várias razões:

1 – o professor bibliotecário exerce as funções a tempo inteiro, sendo dispensado da componente lectiva – embora possa optar por manter uma turma no caso dos 2.º e 3.º ciclos e secundário ou por ter até 5 horas de apoios educativos no caso do 1.º ciclo –, à excepção de agrupamentos ou escolas não agrupadas com menos de 400 alunos, onde terá 13 horas de redução de componente lectiva.

2 – o período de vigência do exercício de funções de professor bibliotecário seleccionado internamente é de quatro anos e pode ser renovado por mais quatro. Para os professores bibliotecários em mobilidade o exercício das funções é anual, podendo ser renovado até três vezes.

3 – define-se, de forma clara e sistemática, o conteúdo funcional do cargo de professor bibliotecário. De destacar a inclusão do professor bibliotecário no Conselho Pedagógico, conforme orientações e práticas que vinham sendo desenvolvidas nos últimos dois anos.

4 – estabelecem-se critérios de selecção para as funções de professor bibliotecário, que incluem a formação académica ou contínua na área das bibliotecas escolares, a formação académica ou contínua na área das TIC ou certificação de competências digitais e a experiência profissional na área das bibliotecas escolares.

5 – aos professores bibliotecários em exercício exige-se a frequência anual de um número mínimo de horas de formação contínua em bibliotecas escolares ou em TIC.

A designação dos professores bibliotecários é da responsabilidade do agrupamento ou escola não agrupada, a partir do respectivo quadro de professores. Não existindo professores com o perfil requerido, poderá recorrer-se a concurso externo.

Estima-se que venham a ser cerca de 1500 professores bibliotecários no ano lectivo de 2009/2010. Na prática, salvo raras excepções, cada agrupamento terá pelo menos um professor bibliotecário a tempo inteiro, podendo ir até ao máximo de quatro, consoante o número de alunos e o número de bibliotecas escolares. Esta afectação é, em muitos casos, a uma única biblioteca, mas no 1.º ciclo os professores bibliotecários poderão ser responsáveis por mais do que uma biblioteca.

Neste diploma é igualmente referida a equipa docente da biblioteca escolar que coadjuva os professores bibliotecários.

Com vista a apoiar as escolas no processo de selecção e afectação dos professores bibliotecários às escolas e agrupamentos, o Gabinete RBE elaborou um conjunto de documentos de orientação muito detalhados, disponíveis no sítio electrónico da Rede. Estes documentos incluem, designadamente, informações e respostas a perguntas frequentes sobre a determinação do número de professores bibliotecários a designar, os procedimentos de designação, os concursos e as pontuações a atribuir aos candidatos. Além destes, chegam mesmo a ser disponibilizadas grelhas para a classificação dos candidatos a professor bibliotecário, de acordo com as classificações que o Gabinete atribui, de forma exaustiva, a cada curso de formação académica e de formação contínua.

Continua a não existir legislação sobre outros elementos importantes da equipa da BE, o pessoal não docente, designadamente os auxiliares de acção educativa. A colocação destes funcionários na biblioteca tem ficado ao critério das escolas, que lidam muitas vezes com recursos escassos. No quadro da transferência de competências de gestão do pessoal não docente para as autarquias, foram estabelecidos, a nível ministerial, critérios para a afectação de auxiliares, cujo número varia em função do número de alunos, do nível de ensino e da existência nas escolas de determinadas estruturas. Nos 2.º e 3.º ciclos e secundário são atribuídos dois auxiliares

ao pavilhão gimnodesportivo, mas, incompreensivelmente, não há qualquer menção à biblioteca escolar.

Formação das equipas das bibliotecas escolares

A par com a disponibilização de recursos humanos, em quantidade adequada, para o trabalho nas BE, a formação das equipas das bibliotecas escolares constitui um factor decisivo para o seu desempenho. O desenvolvimento de competências está dependente de uma oferta formativa adequada, quer em termos da diversidade de áreas de formação específicas ou relacionadas com as bibliotecas escolares, quer de cobertura geográfica, quer ainda do número de vagas disponíveis. Esta formação inclui, por um lado, a formação através de cursos superiores que conferem diferentes graus académicos e níveis de especialização e, por outro lado, a formação contínua. Quer num, quer noutro caso pode considerar-se que a evolução tem sido, nos vários aspectos mencionados, bastante positiva.

Antes do lançamento da Rede, na primeira metade da década de 90, a formação superior em ciências documentais era escassa e concentrava-se em Lisboa, Porto e Coimbra. De então para cá, o panorama alterou-se completamente. Hoje, de acordo com levantamento efectuado pelo Gabinete da RBE, existem cerca de 90 cursos oferecidos por um conjunto muito diversificado de instituições de ensino superior, universidades e institutos politécnicos, públicos e privados, cobrindo todas as regiões do país. Estes cursos conferem diferentes graus ou diplomas – 10 doutoramentos, 26 mestrados, 11 licenciaturas, 26 pós-graduações e 17 cursos de especialização – e abrangem diversas áreas – como as ciências da informação e da documentação, a gestão da informação, as tecnologias da informação, a arquivística, para citar apenas algumas –, todas elas, em graus variáveis, importantes para o trabalho nas BE.

A sistematização destas ofertas formativas e a sua hierarquização através da atribuição de pontuação a cada um dos cursos, com base na análise dos respectivos planos curriculares, foi recentemente concluída pelo Gabinete RBE e publicada como anexo à portaria que institucionaliza a figura de professor bibliotecário, a utilizar para efeitos de avaliação das candidaturas a esta função, sendo também divulgada no sítio electrónico da Rede.

No que respeita à formação contínua, desde o lançamento da Rede que têm sido elaboradas orientações para a formação dos recursos humanos das BE, primeiro os professores e mais tarde alargando-se ao pessoal não docente. Ainda em 1998 foi produzido, no âmbito do Gabinete, um documento destinado a apoiar os responsáveis pelas entidades formadoras de professores, definidas no Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores, a programar e desenvolver ofertas de

formação contínua sobre bibliotecas, mediatecas e centros de recursos nas escolas (Gonçalves, 1998).

A formação contínua para os coordenadores das bibliotecas e restante equipa tem vindo a sofrer uma grande evolução, quer do ponto de vista do número e do conteúdo das acções, quer do ponto de vista das instituições envolvidas – dos centros de formação de professores ao envolvimento de universidades e institutos politécnicos –, quer dos próprios métodos – designadamente a formação em sistema e-learning ou as modalidades activas no formato de oficinas.

Anteriormente a 2005, o Gabinete RBE apoiou as instituições de formação (associações de escolas e outras instituições formadoras), mas não realizou/concretizou acções no âmbito das BE. Mas, a partir dessa data, o Gabinete passou também a fazer formação de sua iniciativa. Promoveu, em articulação com a DGIDC, acções de formação contínua de professores, acreditadas e financiadas pelo PRODEP até 2008 (embora já residualmente neste último ano). Essa formação foi dirigida não apenas aos coordenadores das bibliotecas, como também aos professores em geral e aos órgãos de gestão (conselhos executivos e pedagógicos). Entre 2005 e 2008, a formação do Gabinete – toda acreditada – envolveu cerca de 1000 formandos.

O ano de 2007 foi especialmente importante do ponto de vista da formação, tendo sido realizadas 600 acções de formação contínua de professores. Estas acções foram financiadas pelo PRODEP, que contemplou uma área de formação em bibliotecas escolares, de acordo com as temáticas definidas pelo Gabinete RBE. As acções foram executadas com base num Plano de Formação Contínua elaborado em 2007, muito exaustivo, que integra quatro áreas e nove temas.

Em 2008 a formação contínua debateu-se com alguns problemas. A mudança do quadro comunitário, do PRODEP (Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal) para o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), e a reestruturação dos Centros de Formação, dificultaram o financiamento das acções de formação. A realização da formação que estava planificada para 2008 ficou, assim, reduzida a apenas 12 acções.

O problema persiste e agrava-se em 2009. As áreas prioritárias definidas, neste ano, para a formação contínua de pessoal docente da educação e ensino não superior são três – ciências de especialidade que constituem matéria curricular; projecto “Competências TIC” no âmbito do Plano Tecnológico da Educação (PTE); avaliação de desempenho – e não incluem a formação em bibliotecas escolares.

Esta área está contemplada na formação do pessoal não docente (Organização e animação de Bibliotecas Escolares/Centros de Recursos). Em articulação com a Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE), o Gabinete RBE

participou na elaboração e supervisão dos conteúdos de formação dos auxiliares de acção educativa. Foram elaborados dois planos de formação: Programa Tipo I com 150 horas e Programa Tipo II com 250 horas, ambos designados “Formação Profissional para Auxiliares de Acção Educativa a exercer funções nas Bibliotecas/Centros de Recursos Multimédia”.

O Gabinete tem vindo a articular com o PTE na área da formação. Esta articulação concretizou-se na inclusão de um módulo designado “Biblioteca escolar: literacias e currículo”, com a duração de 50 horas, no plano de formação para obtenção de Certificado de Competências Pedagógicas com TIC. Embora seja um módulo facultativo/opcional, as adesões que as acções de formação sobre bibliotecas escolares têm registado levam a crer que venha a ser executado por um número significativo de centros de formação. Encontram-se ainda em estudo outras propostas de formação na área das BE a integrar na formação do PTE que, ao abrigo das áreas prioritárias de formação definidas, é objecto de financiamento no âmbito do QREN.

Para além destas acções, o referencial de formação contínua das bibliotecas escolares é vasto e integra um conjunto de temas respeitantes a aspectos variados da gestão, organização, funcionamento e dinamização da BE. Todas as acções são acreditadas ou estão em processo de acreditação. Porém, a ausência de financiamento coloca sérios constrangimentos à realização das acções de formação, o que parece um contrasenso face às necessidades de formação acrescidas que o alargamento da Rede e a implementação de mecanismos de gestão e avaliação das BE mais sustentados implicam. Refiram-se, designadamente, dois aspectos: a formação para os novos professores bibliotecários; a formação sobre o modelo de auto-avaliação das BE.

Este referencial, disponível no sítio electrónico da RBE, constitui um recurso de grande utilidade para as instituições de formação, nomeadamente os centros de formação de associação de escolas, que estão habilitados para realizar algumas acções de acordo com os conteúdos definidos. No caso do pessoal não docente, a elaboração desses conteúdos cabe aos centros de formação ou outras entidades acreditadas que, posteriormente os submetem a acreditação.

Por fim, importa referir a formação inicial de professores. Embora tenham vindo a ser desenvolvidos, pelo Gabinete, esforços continuados no sentido de integrar conteúdos sobre as bibliotecas escolares nos planos curriculares dos cursos, esta área não tem tido um espaço suficiente. Mesmo não havendo unidades curriculares especificamente dedicadas às bibliotecas escolares ou à literacia da informação, a sua inclusão de forma transversal no currículo daqueles que futuramente serão potenciais utilizadores (e potenciadores da utilização) das bibliotecas escolares afigura-se da maior relevância.

4. Execução

➤ No presente capítulo analisa-se a expansão e o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares e procede-se a uma caracterização das bibliotecas da Rede no que concerne aos recursos humanos, ao espaço e equipamentos, aos recursos documentais e política documental e à gestão financeira e organizacional.

Para tal, recorreu-se a fontes documentais e dados estatísticos do Gabinete RBE, relacionados com a execução do Programa; aos resultados do inquérito às BE da Rede aplicado pelo Gabinete RBE em 2008 (que permitiu a constituição de uma base de dados dessas BE, num total de 1753 BE) e também aos resultados de um questionário de avaliação das BE aplicado pela RBE em 2001 (a que responderam 501 escolas; RBE, 2002); a um conjunto de entrevistas realizadas à coordenadora do Programa, a técnicos do Gabinete e a coordenadores interconcelhios da RBE; e, ainda, a um conjunto alargado de estudos de caso em escolas, bibliotecas escolares, bibliotecas públicas e câmaras municipais.

Expansão e desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares

Desde 1997 até 2008, foram integradas na RBE 2077 bibliotecas escolares, num investimento que rondou os 40 milhões de euros. Cerca de 44% (918) das escolas onde estão integradas essas bibliotecas são de 1.º ciclo, 33% (693) de 2.º e 3.º ciclos, 18% (367) do secundário e quase 5% (95) são EBI. Refira-se também a integra-

ção, pela primeira vez em 2007, de escolas profissionais, embora apenas 4 até 2008 (Quadro 4.1).

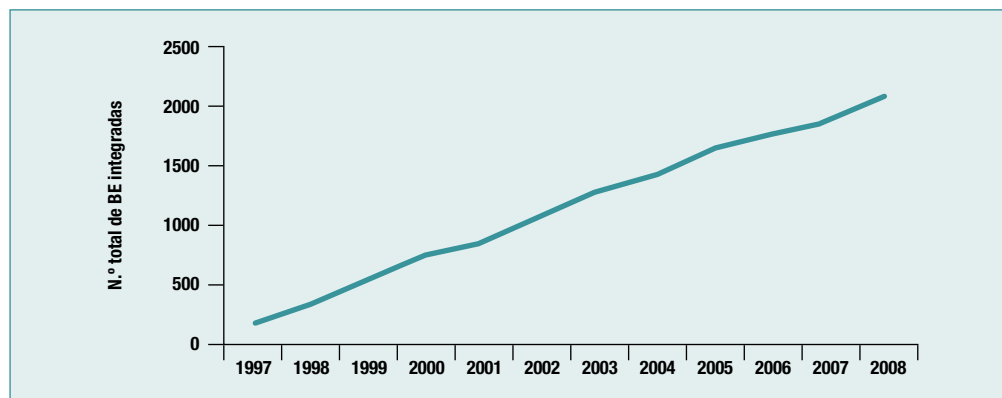
Na figura 4.1 pode-se constatar a evolução anual do total de bibliotecas escolares integradas no Programa.

Quadro 4.1 · Bibliotecas escolares integradas na RBE, de 1997 a 2008, por tipo de escola/nível de ensino e DRE

Anos	Total	Tipo de escola/Nível de ensino						DRE				
		Total acumulado	1.º ciclo	2.º e 3.º ciclos	EBI	Secundário	Profissionais	DREN	DREC	DRELV	DREA	DREALG
1997	164	164	46	68	7	43	–	49	24	67	16	8
1998	164	328	75	48	3	38	–	55	28	52	15	14
1999	208	536	89	55	9	55	–	62	40	73	19	14
2000	209	745	71	77	14	47	–	76	39	72	11	11
2001	108	853	56	28	6	18	–	40	17	37	6	8
2002	205	1058	78	80	10	37	–	74	44	50	20	17
2003	231	1289	107	75	8	41	–	102	47	31	32	19
2004	145	1434	73	47	4	21	–	35	36	57	12	5
2005	215	1649	137	36	6	36	–	48	44	40	66	17
2006	113	1762	73	28	3	9	–	47	24	34	4	4
2007	126	1888	45	45	14	19	3	45	32	32	14	3
2008	189	2077	68	106	11	3	1	77	30	66	11	5
Total	2077*	2077	918	693	95	367	4	710	405	611	226	125

* Algumas escolas integradas foram entretanto encerradas ou objecto de fusão.
Fonte: Gabinete RBE, 2009.

Figura 4.1 · Evolução do n.º total de bibliotecas escolares integradas na RBE de 1997 a 2008



Fonte: Gabinete RBE, 2009.

No final de 2008, cerca de 70% da população escolar – incluindo cerca de 1 milhão de alunos – beneficiava do serviço de biblioteca escolar da RBE através da existência de uma biblioteca na própria escola ou usufruindo do serviço de biblioteca de outra escola do agrupamento. À excepção do 1.º ciclo, em que estão abrangidos 36% dos alunos, nos restantes níveis de ensino a população escolar beneficiada pela RBE ronda os 100% ou atinge mesmo este patamar – 93% no secundário e 100% nos 2.º e 3.º ciclos (Figura 4.2).

A população do secundário não está ainda totalmente abrangida apenas por se estar numa fase de reestruturação do parque escolar. Por outro lado, no caso do 1.º ciclo a cobertura tenderá a aumentar com a criação dos centros escolares. Estes centros, que substituem várias escolas pequenas, cobrem populações alargadas e as bibliotecas neles construídas, com a dimensão e equipamento adequados, vão possibilitar alargar a população escolar abrangida neste nível de ensino.

Figura 4.2 · População escolar abrangida (% de alunos que beneficiam de biblioteca RBE) em 2008, por nível de ensino

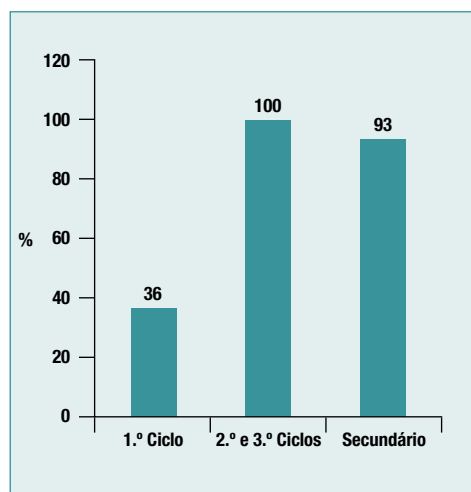
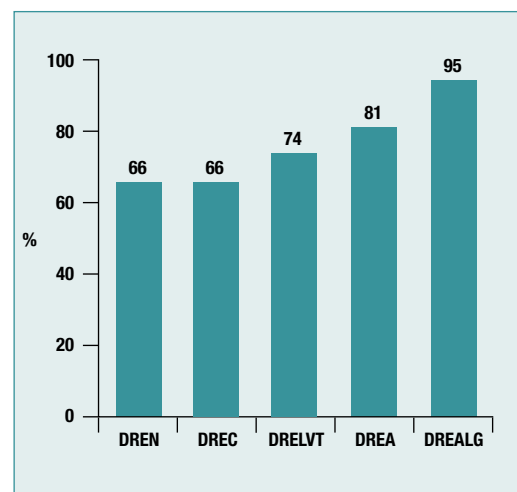


Figura 4.3 · População escolar abrangida (% de alunos que beneficiam de biblioteca RBE) em 2008, por DRE



Fonte: Gabinete RBE, 2009.

Analisando a evolução de 1997 a 2008, verifica-se que, tal como o número de bibliotecas escolares integradas, o valor do investimento nas BE foi sofrendo algumas oscilações de ano para ano (reflectindo os orçamentos ministeriais dirigidos à RBE). O valor mais elevado registou-se precisamente no último ano em análise – em 2008 o investimento da RBE rondou os 5 milhões e 300 mil euros (mais 2 milhões de euros do que o valor médio investido ao longo dos 11 anos analisados) (Figura 4.4).

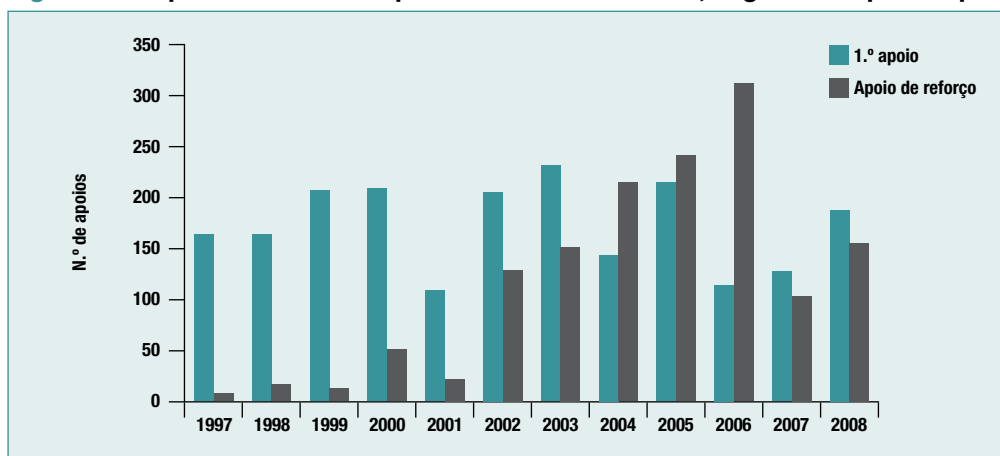
Figura 4.4 · Evolução do investimento da RBE de 1997 a 2008



Fonte: Gabinete RBE, 2009.

O tipo de apoio concedido tem também vindo a alterar-se ao longo do tempo. Assim, o primeiro apoio, subjacente à integração de bibliotecas escolares na Rede – cuja candidatura se dividia, até 2004, entre a modalidade concelhia e a nacional –, tem vindo a decrescer nos últimos anos, em abono do apoio de reforço que tem vindo a ganhar um peso maior no cômputo geral dos apoios concedidos e que tem contribuído, precisamente, para o aumento do número total de apoios. O apoio de reforço superou mesmo o primeiro apoio de 2004 a 2006. Já em 2007 e 2008, o número de apoios iniciais voltou a ser mais elevado do que o número de apoios de reforço (reflectindo o objectivo, que veio a ser cumprido em 2008, de chegar aos 100% de população escolar abrangida nos 2.º e 3.º ciclos), embora sem grande desequilíbrio entre eles (Figura 4.5).

Figura 4.5 · Apoios concedidos pela RBE de 1997 a 2008, segundo o tipo de apoio



Fonte: Gabinete RBE, 2009.

As verbas atribuídas às escolas têm como principais finalidades a realização de obras de adaptação do espaço, a aquisição de mobiliário e equipamento, fundo documental e software bibliográfico. No ano lectivo de 2007/2008, as fatias mais significativas do valor total de investimento foram dirigidas para a realização de obras e para a aquisição de mobiliário/equipamento – cerca de 85% (45,8% e 39,8%, respectivamente) de um investimento que totalizou os 5 milhões e 300 mil euros. A restante verba destinou-se essencialmente à compra de fundos documentais (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 · Investimento da RBE no ano lectivo 2007/2008, por finalidade de apoio

Finalidade de apoio	Investimento (€)	% do investimento total
Obras	2 438 530,05	45,8
Mobiliário/Equipamento	2 121 440,69	39,8
Fundo documental	736 500,00	13,8
Software bibliográfico	17 200,00	0,3
Consumíveis e Serviços	12 155,00	0,2
Total	5 325 825,74	100,0

Fonte: Gabinete RBE, 2009.

Desde 2005, tem também vindo a ganhar relevo a Candidatura de Mérito, lançada nesse ano. Esta candidatura, cujos apoios estão contabilizados como apoios de reforço, tem vindo a patrocinar escolas cujas bibliotecas apresentam experiências e projectos mais consistentes, entendidos como boas práticas.

De 2005 até 2009, foram aprovados, através desta modalidade de candidatura, 41 projectos – de um total de 433 projectos apresentados – e apoiadas 80 escolas (Quadro 4.3). O financiamento da RBE, no âmbito desta candidatura, totalizou os 284 525 euros. Em 2009, a verba disponibilizada destinou-se à aquisição de serviços, fundo documental, mobiliário/equipamento, software e consumíveis.

As temáticas mais recorrentes dos projectos apresentados pelas candidaturas de mérito são: a criação de redes locais de serviços de biblioteca; a implementação de catálogos colectivos; a produção/disponibilização de recursos digitais; programas de promoção de literacia da informação; projectos de promoção de leitura e projectos para itinerância de recursos documentais. A RBE releva a pertinência das propostas apresentadas, a sua originalidade e consistência e, ainda que sejam observados também aspectos a otimizar em alguns projectos, denota uma evolução positiva na sua qualidade.

Quadro 4.3 · Projectos/escolas apoiadas através da Candidatura de Mérito, de 2005 a 2009, por DRE

DRE	2005		2006		2007		2008		2009		Total	
	Proj.	Esc.	Proj.	Esc.	Proj.	Esc.	Proj.	Esc.	Proj.	Esc.	Proj.	Esc.
DREA	1	1	-	-	3	5	2	5	1	1	7	12
DREAlg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
DREC	1	1	-	-	1	1	5	5	5	5	12	12
DRELVT	1	1	-	-	2	2	2	2	1	6	6	11
DREN	4	15	5	11	3	7	3	11	1	1	16	45
Total	7	18	5	11	9	15	12	23	8	13	41	80
Financiamento	58.141 €		51.709 €		65.650 €		70.000 €		39.025 €		284.525 €	

Fonte: Gabinete RBE, 2009.

O surgimento desta candidatura indica uma nova fase no desenvolvimento da RBE. À medida que o Programa foi evoluindo e os níveis de cobertura da população escolar se foram alargando, outras vertentes ganharam relevância, para além das próprias características físicas, do apetrechamento e da gestão das BE. A articulação com o currículo, o envolvimento da comunidade educativa ou a promoção da literacia de informação surgiram como aspectos a reforçar.

Um ponto também contemplado no programa da RBE é a instituição de Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares nas Bibliotecas Municipais e o fomento da articulação entre estas e as BE. Segundo os dados disponíveis, em 2008, dos 278 concelhos de Portugal Continental (cerca de 210 contabilizados como tendo BM), cerca de 60 dispunham de um SABE formalmente constituído. Em aproximadamente 135 concelhos, apesar da inexistência formal desse Serviço, as BM prestam também apoio às BE.

Recursos humanos

No inquérito às BE, realizado pelo Gabinete da RBE em 2008, é possível constatar que recursos humanos estão afectos às bibliotecas da Rede e, inclusivamente, traçar um retrato do professor bibliotecário.

Das 1753 bibliotecas escolares respondentes ao inquérito RBE, 1435, ou seja, 82% tinham um professor colocado na biblioteca, pela DRE ou no âmbito do Programa RBE. Em todas as BE de escolas com 2.º ciclo, 3.º ciclo e/ou secundário

existe um professor colocado, enquanto nos JI, EB1 ou EB1/JI este existe em 59% dos casos (Quadro 4.4). Note-se que estas escolas de pré-escolar ou 1.º ciclo estão na sua maioria integradas em agrupamentos, pelo que podem usufruir dos recursos humanos de outras BE do agrupamento.

Quadro 4.4 · Escolas com professor colocado na biblioteca, pela DRE ou no âmbito do Programa RBE

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1435	81,8	452	58,7	983	100,0
Não	318	18,2	318	41,3	0	0,0
Total	1753	100,0	770	100,0	983	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

A média de idades dos professores bibliotecários ou responsáveis das BE da Rede é de 46 anos. Encontram-se em situação de recurso partilhado 113 professores (situação verificada apenas nos casos em que existe um professor de 1.º ciclo colocado na BE). Cerca de 31% dos professores bibliotecários são professores do pré-escolar ou 1.º ciclo, enquanto os restantes 69% são professores de 2.º e/ou 3.º ciclo e/ou ensino secundário. Quanto à sua situação profissional, 81% estão como quadro de nomeação definitiva e 18% como quadro de zona pedagógica; os restantes 1% são os contratados. São professores titulares 40% do total de professores bibliotecários.

No que concerne à experiência anterior em BE, verifica-se que, em média, os professores bibliotecários/responsáveis das BE já trabalharam nesse contexto cerca de 5 anos (sem considerar o ano relativo ao preenchimento do inquérito) – 15% afirmam não ter experiência anterior, 50% indicam ter entre 1 a 5 anos de experiência, 27% de 6 a 10 anos e os restantes 9% mais de 11 anos. A experiência aumenta, em média, para os 6 anos entre os professores responsáveis por BE de escolas com 2.º, 3.º ciclos e/ou secundário e reduz para os 2 anos no caso dos JI, EB1 e EB1/JI (Quadros 4.5 e 4.6).

Quadro 4.5 · Professores bibliotecários/responsáveis da BE segundo o n.º de anos de experiência em BE (sem considerar o ano corrente) (n e %)

N.º anos	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
0	208	14,5	151	30,7	57	6,0
1	224	15,6	140	28,5	84	8,9
2	133	9,3	42	8,5	91	9,6
3	122	8,5	41	8,3	81	8,6
4	127	8,8	27	5,5	100	10,6
5	113	7,9	20	4,1	93	9,8
6-10	382	26,6	60	12,2	322	34,1
11-15	93	6,5	9	1,8	84	8,9
16 ou +	35	2,4	2	0,4	33	3,5
Total	1437	100,0	492	100,0	945	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 4.6 · Professores bibliotecários/responsáveis da BE segundo o n.º de anos de experiência em BE (sem considerar o ano corrente) (média de anos)

	Total (n=1437)	JI, EB1, EB1/JI (n=492)	Escolas com 2.º/3.º/S (n=945)
Média anos	4,66	2,36	5,86

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Foi também possível analisar a estabilidade no cargo dos professores bibliotecários/responsáveis das BE nas escolas a que estavam afectos aquando da aplicação do inquérito. Assim, em 57% das escolas de pré-escolar ou 1.º ciclo, o professor bibliotecário actual ocupava esse cargo na BE pelo segundo ano ou mais; o mesmo acontecia em 83% das escolas que leccionavam outros níveis de ensino. Percebe-se então que há uma maior estabilidade nas segundas, onde, em média, os professores estão há 5 anos.

Segundo a resposta ao inquérito, relativo ao ano lectivo de 2007/2008, o número médio de horas semanais afectadas a cada BE pelos seus responsáveis, no caso dos educadores de infância e professores do 1.º ciclo, é de 11,5 horas, que passa a 15 horas se se tiver em consideração apenas as escolas que têm um professor colocado na biblioteca (pela DRE ou no âmbito do Programa RBE).

No caso dos professores bibliotecários dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, analisam-se as horas de actividade na BE segundo a sua origem. É ao crédito RBE que mais professores atribuem as suas horas e, entre os que dele desfrutam, a média

é de 10 horas semanais na BE por esta via e, se o professor está colocado pela RBE na BE a tempo inteiro, então são aproximadamente 28 horas semanais. Já o crédito de escola contabiliza uma média de 5 horas semanais entre os que a ele fazem referência; a componente de estabelecimento 3 horas e a redução da componente lectiva perto de 5 horas.

Importa referir que já posteriormente, no ano lectivo de 2008/2009, existiam cerca de 500 professores bibliotecários colocados pela RBE a tempo inteiro nas BE – eram coordenadores de BE do 1.º, 2.º ou 3.º ciclos ou secundário que estavam na biblioteca da sua própria escola. A nível experimental, foram seleccionados, há dois anos, 7 professores para integrarem esta situação, número que se alargou para 107 em 2007/2008 – eram coordenadores dos 2.º e 3.º ciclos e secundário que se encontravam apenas na BE da sua escola. Encontravam-se também a tempo inteiro (com 35 horas), em 2006/2007 e em 2007/2008, 254 e 213 coordenadores do 1.º ciclo do ensino básico, respectivamente – estes coordenadores, em situação de mobilidade, estavam em mais do que uma BE.

Em 2008/2009, no caso dos professores a tempo inteiro nas BE dos 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico ou do ensino secundário, estes podiam optar, para além do exercício de funções nas BE, pela leccionação, num máximo de quatro horas semanais (o acompanhamento de uma turma, em média de três horas por semana). Para além destes, os coordenadores das BE em geral dispunham de um crédito horário da RBE de 8 ou 11 horas.

A partir do ano lectivo 2009/2010, esta situação foi alterada com a entrada em vigor da Portaria que regula a designação de professores bibliotecários, a qual possibilita a existência de um conjunto alargado destes professores, a tempo inteiro, nas BE.

Segundo os resultados do inquérito de 2008, para além do coordenador, 74% das BE integravam na sua equipa, pelo menos, um professor e 70% contavam com a colaboração de, pelo menos, um auxiliar de acção educativa. Em cerca de 60% dos casos existiam também professores colaboradores e em 29% outros recursos humanos não docentes³. Em média, as BE tinham afectos a elas, para além do coordenador, 2 professores da equipa, 1 auxiliar de acção educativa, 4 professores colaboradores e 1 voluntário não docente. Contudo, a constituição dos recursos humanos das BE varia bastante consoante o grau de ensino das escolas. Em escolas exclusivamente de pré-escolar e/ou 1.º ciclo, o número de recursos humanos é significa-

³ Quanto à existência de outros recursos humanos não docentes a colaborar na BE, são identificados animadores – em 48 escolas; estagiários (de Biblioteca/Arquivística/Documentação) – em 17 escolas; técnicos da câmara municipal/junta de freguesia – em 93 escolas; pais/encarregados de educação – em 20 escolas; alunos colaboradores – em 219 escolas; voluntariado – em 59 escolas; e outros recursos humanos – em 111 escolas.

tivamente mais reduzido do que em escolas que leccionam (também) outros níveis de ensino. Enquanto, por exemplo, praticamente todas as BE de escolas com 2.º, 3.º ciclo e/ou secundário declaram ter pelo menos um professor nas suas equipas da BE (para além do coordenador), nas escolas de pré-escolar e/ou 1.º ciclo são 44% as que declaram situação idêntica (Quadros 4.7 e 4.8).

Quadro 4.7 · BE segundo o n.º de recursos humanos que nelas colaboram (para além do coordenador) (n e %)

N.º RH	Professores da equipa BE		Auxiliares de Acção Educativa		Professores Colaboradores		Outros RH não docentes	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0	446	25,6	526	30,2	702	40,4	1231	70,8
1	235	13,5	726	41,7	208	12,0	250	14,4
2	225	12,9	423	24,3	157	9,0	66	3,8
3	444	25,5	55	3,2	102	5,9	30	1,7
4	215	12,4	7	0,4	101	5,8	34	2,0
5	78	4,5	2	0,1	71	4,1	24	1,4
6-10	85	4,9	0	0,0	201	11,6	52	3,0
11-20	11	0,6	0	0,0	139	8,0	34	2,0
21 ou +	0	0,0	0	0,0	58	3,3	18	1,0
Total	1739	100,0	1739	100,0	1739	100,0	1739	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 4.8 · BE segundo o n.º de recursos humanos que nelas colaboram (para além do coordenador) (média e total de RH)

	Média RH	Total RH	
Total (n BE=1739)	Professores da equipa da BE	2,31	4016
	Auxiliares de Acção Educativa	1,02	1775
	Professores colaboradores	3,97	6910
	Outros RH não docentes	1,37	2383
JI, EB1, EB1/JI (n BE=759)	Professores da equipa da BE	0,99	751
	Auxiliares de Acção Educativa	0,46	349
	Professores colaboradores	1,30	989
Escolas com 2.º/3.º/S (n BE=980)	Professores da equipa da BE	3,33	3265
	Auxiliares de Acção Educativa	1,46	1426
	Professores colaboradores	6,04	5921
	Outros RH não docentes	1,70	1670

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

A formação dos recursos humanos é uma componente muito importante para o funcionamento da BE, cada vez mais valorizada, e sobre a qual foi também extraída informação da base de dados RBE.

Cerca de 19% dos professores bibliotecários ou responsáveis da BE (269) declararam ter formação de base ou especializada para desempenho de funções na BE. Esse valor percentual é de 13% no caso de professores integrados em escolas que leccionam exclusivamente o pré-escolar ou o 1.º ciclo, e de 22% em escolas com outros níveis de ensino (Quadro 4.9).

Quadro 4.9 · Professores bibliotecários ou responsáveis da BE com formação de base ou especializada para desempenho de funções na BE

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	269	18,8	66	13,4	203	21,6
Não	1162	81,2	425	86,6	737	78,4
Total	1431	100,0	491	100,0	940	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Entre o total de professores bibliotecários/responsáveis da BE com formação de base ou especializada para desempenho de funções na BE, 26% possuíam licenciatura, 40% uma especialização, 26% pós-graduação e 8% tinham concluído o mestrado ou doutoramento (Quadro 4.10). O domínio de formação mais frequente, entre os explicitados previamente no inquérito, é a Gestão e Organização, seguido do Tratamento Documental e da Animação e Dinamização (Quadro 4.11).

Na RBE considera-se importante aumentar o número de professores bibliotecários pós-graduados, mestres e doutorados, mas também diversificar os domínios da sua formação.

Quadro 4.10 · Grau académico do professor bibliotecário/responsável da BE

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Doutoramento	1	0,4	0	0,0	1	0,5
Mestrado	21	7,8	6	9,1	15	7,4
Pós-Graduação	69	25,7	11	16,7	58	28,6
Especialização	107	39,8	17	25,8	90	44,3
Licenciatura	71	26,4	32	48,5	39	19,2
Total	269	100,0	66	100,0	203	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008

Quadro 4.11 · Domínio de formação do professor bibliotecário/responsável da BE

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Gestão e Organização	45	16,7	7	10,6	38	18,7
Tratamento Documental	22	8,2	4	6,1	18	8,9
Literacia da Informação	5	1,9	1	1,5	4	2,0
Promoção da Leitura	8	3,0	6	9,1	2	1,0
Animação e Dinamização	17	6,3	7	10,6	10	4,9
TIC	7	2,6	0	0,0	7	3,4
A BE e o paradigma digital	2	0,7	2	3,0	0	0,0
Outra	163	60,6	39	59,1	124	61,1
Total	269	100,0	66	100,0	203	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Analisando a frequência de outros tipos de formação na área das BE pelos professores bibliotecários ou responsáveis pelas BE, verifica-se que cerca de 80% deles (1145) fizeram formação creditada – valor análogo de 59% nos professores dos JI e EB1, e de 91% nos professores das EB2/3/S (Quadro 4.12). Os domínios de formação creditada mais indicados são a Gestão e Organização, o Tratamento Documental e as Tecnologias de Informação e Comunicação – o que, neste último caso, é indicador da intensificação das novas tecnologias nas BE e da necessidade de obtenção e/ou renovação de conhecimentos nesta área.

Por seu turno, fizeram formação não creditada na área das BE, nos últimos dois anos, 46% dos professores bibliotecários ou responsáveis pelas BE (Quadro 4.13). Aqui as áreas mais frequentes são a Promoção da Leitura, a Animação e Dinamização e o Tratamento Documental.

Se se proceder apenas à contabilização dos professores bibliotecários colocados nas BE – excluindo os responsáveis pelo espaço (que podem ser coordenadores das escolas, etc.) –, as percentagens de formação creditada elevam-se para os 89% e as de formação não creditada para os 52%.

Quadro 4.12 · Professores bibliotecários ou responsáveis da BE que fizeram formação creditada na área das BE

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1145	79,8	290	59,1	855	90,6
Não	290	20,2	201	40,9	89	9,4
Total	1435	100,0	491	100,0	944	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 4.13 · Professores bibliotecários ou responsáveis da BE que fizeram formação não creditada na área das BE, nos últimos dois anos

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	658	45,9	197	40,1	461	48,8
Não	777	54,1	294	59,9	483	51,2
Total	1435	100,0	491	100,0	944	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Analisando as respostas de cada professor bibliotecário ou responsável da BE às perguntas que incidiam sobre a posse dos vários tipos de formação em BE, é possível concluir que cerca de 19% destes têm formação de base ou especializada, 66% têm apenas formação contínua – creditada ou não – e 15% não indicam ter qualquer formação na área das BE.

Se fizermos o mesmo mas apenas para os professores bibliotecários, colocados na BE pela DRE ou no âmbito do Programa RBE, verifica-se que cerca de 20% destes possuem formação de base ou especializada para desempenho de funções na BE, 74% têm apenas formação contínua e 6% não realizaram formação.

Através da análise dos dados, constata-se ainda que a realização de formação na área das BE, por parte dos coordenadores, está em certa medida dependente das condições de estabilidade no cargo de que usufruem. É nítido um investimento dos próprios na formação em BE quando há uma continuidade de trabalho nesse contexto – o que foi, aliás, também verificado através dos estudos de caso realizados. Os que têm uma formação de base ou especializada têm também um maior número médio de anos de experiência em BE, e os que não têm formação na área são maioritariamente professores de 1.º ciclo com apenas cerca de um ano de experiência anterior.

Refira-se ainda que vários professores bibliotecários entrevistados, no âmbito dos estudos de caso, referiram ter frequentado acções de formação promovidas pela RBE, sendo a avaliação sempre positiva.

Quanto aos outros professores da equipa da BE, apenas 7% das BE indicaram que pelo menos um desses professores tem formação de base ou especializada para desempenho de funções naquele contexto; 42% indicaram o mesmo em relação à existência de professores com formação creditada na área das BE nos últimos dois anos, e 21% referiram a existência de professores com formação não creditada. Tendo em consideração as respostas de cada BE em relação aos vários tipos de formação e as suas sobreposições, verifica-se que as BE que não indicam ter professores da equipa com algum tipo de formação na área são cerca de 50%.

Entre os auxiliares de acção educativa (AAE) a colaborar nas BE, eram em maior número os que possuíam o 12.º ano, seguidos dos que tinham completado apenas o 3.º ciclo do ensino básico. Contudo, em 63% das BE existia algum AAE com formação na área. As funções que os AAE desempenham na BE passam pelo apoio aos utilizadores, em 95% dos casos, e pelo tratamento documental, em 56%.

Nas entrevistas realizadas aos técnicos do Gabinete da RBE é referido o entendimento que os professores e funcionários das BE foram tendo em relação ao papel que lhes cabia – que não se limitava a gerir um espaço nem exigia apenas ter gosto pela leitura –, tendo percebido a importância e sentido a necessidade de aumentar as suas competências nesse âmbito e de recorrer à formação.

Conforme mencionam os coordenadores interconcelhios da RBE, a qualificação dos professores bibliotecários tem vindo a evoluir e a biblioteca, em termos da qualidade dos recursos humanos, está melhor hoje do que estava há quatro ou cinco anos atrás.

No inquérito às BE, lançado pelo Gabinete da RBE, propunha-se também uma avaliação de vários aspectos da actividade da BE, com base no conjunto de elementos formais e informais de que cada BE dispunha. Um dos itens era os recursos humanos (professores e auxiliares de acção educativa), avaliado por cerca de 45% dos respondentes com as categorias “fraco” ou “satisfatório”, e pelos restantes 55% com “bom” ou “muito bom”. Destaca-se aqui a diferença entre a avaliação feita pelas BE de 1.º ciclo e as restantes – 41% das primeiras consideram este item fraco, enquanto nas BE de 2.º ou 3.º ciclo ou secundário apenas 6% têm resposta semelhante (Quadro 4.14).

**Quadro 4.14 · Avaliação de diferentes itens respeitantes à actividade da BE:
Recursos humanos (professores e auxiliares de acção educativa) (%)**

	Fraco	Satisfatório	Bom	Muito Bom	Total
Total (n=1548)	19,6	25,9	38,4	16,1	100,0
JI, EB1, EB1/JI (n=602)	41,4	28,7	23,3	6,6	100,0
Escolas com 2.º/3.º/S (n=946)	5,7	24,1	48,1	22,1	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Os recursos humanos são um aspecto que os interlocutores dos estudos de caso nas escolas, principalmente nas de 1.º ciclo, também apontam como não sendo o desejável. A partilha do horário do coordenador por mais do que uma BE e a inexistência de uma equipa para além dele são factores que nas escolas de 1.º ciclo são apreciados desfavoravelmente, alegando-se que limitam a qualidade do serviço prestado aos utilizadores e impedem o alargamento do horário de funcionamento das BE.

Por exemplo, nós temos imensos meninos que, não tendo computador em casa, não tendo acesso à internet, poderiam vir a contra-horário para a escola fazer pesquisa. (...) Eu peço sempre imenso trabalho de fim-de-semana, pesquisas sobre isto, aquilo e aqueloutro e tenho sempre meia dúzia deles que ficam assim muito... (...) Ora, se a nossa biblioteca fosse dotada de 2, 3, 4 pessoas que estivessem das tantas às tantas... que facilitassem a vinda desses meninos, depois do almoço, a meio da tarde, podiam pesquisar, trabalhar, não obrigatoriamente na internet, mas nos livros também. E não é a [coordenadora da BE] que tem toda a parte burocrática, toda a parte administrativa, que vai apoiar 5, 6, 7 meninos que venham pesquisar.

Professora do 1.º ciclo de EB1/JI

Eu acho que o grande problema da BE é a falta de recursos humanos, porque uma pessoa só, é pouco. Duas pessoas, eu não digo a tempo inteiro nem que tenham de ser dois professores, mas um auxiliar, uma empregada que possa estar permanentemente e que possa apoiar, porque se eu estiver a fazer uma actividade com um grupo, não posso estar a ver o que é os alunos estão a pesquisar na internet... (...) De hora a hora estou a trabalhar com uma turma diferente. É um trabalho que dá frutos mas que é muito desgastante.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Eu gostaria mais de estar mais tempo em cada uma das bibliotecas, para poder realizar mais actividades e para poder estar mais próxima dos alunos, porque assim não estou, porque com 19 turmas... Quando eu estava destacada só numa biblioteca, eu tinha uma relação com as próprias crianças, e eu sabia o que elas necessitavam e agora não sei, porque eu tenho 19 turmas! É muito complicado. (...) Um acompanhamento mais próximo é muito importante mesmo. Não é num dia que eu venho aqui que consigo fazer aquilo que eu gostaria de fazer e aquilo que é necessário para esta escola. Tenho consciência disso.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Por outro lado, deveria ser assegurada uma certa manutenção dos coordenadores. Segundo os mesmos, a estabilidade é um factor importante no sentido de garantir a continuidade do trabalho desenvolvido. Alguns entrevistados exprimem que a RBE devia garantir as condições necessárias para que os coordenadores se mantivessem no seu cargo, nos casos em que a RBE tivesse conhecimento de boas práticas em relação ao seu trabalho. Para além disso, foi transmitido que, abandonando a componente lectiva, os professores bibliotecários podem vir a ser prejudicados em termos de progressão na carreira, evidenciando-se algum descontentamento subjacente a questões legislativas neste domínio.

Também há um problema sempre na biblioteca que é de saber como é que vai ser o ano seguinte, porque não sabemos quem é que vai continuar. Eu vou estando cá, mas sempre naquela incerteza, não sei se para o ano estarei! Porque esta função de professor coordenador (...) é uma situação que ainda não está muito bem definida.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Os coordenadores interconcelhios da RBE, que contactam no terreno com os professores bibliotecários, sublinham que a questão dos recursos humanos é bastante variável de acordo com os níveis de ensino, e que o papel exercido pelo coordenador depende bastante do facto de existir ou não uma equipa para além dele e de estar a tempo inteiro ou parcial. Sente-se que os coordenadores a tempo inteiro são capazes de fazer um trabalho diferente, mais integrador.

De qualquer forma, a partir do ano lectivo de 2009/2010, verifica-se uma evolução muito significativa no plano dos recursos humanos, através da institucionalização da figura do professor bibliotecário e do coordenador interconcelhio, como já mencionado anteriormente.

Espaço e equipamentos

No que concerne ao espaço, e recorrendo aos dados do inquérito da RBE, a área total das BE da Rede, segundo a indicação de cada biblioteca, é, em média, de 122 m². O espaço dedicado à BE é mais reduzido nas escolas de pré-escolar e de 1.º ciclo, onde a média é de 62 m², do que nas restantes escolas, com uma média de 165 m².

Segundo os coordenadores interconcelhios, se há aspecto pelo qual as escolas se orgulham de ter bibliotecas é porque estas são espaços bonitos e muito bem equipados do ponto de vista do mobiliário.

Quanto ao equipamento existente na BE, destacam-se, em maior quantidade, os computadores de mesa com ligação à internet, o equipamento áudio, as impressoras e o equipamento vídeo. 93% das BE indicam ter computadores de mesa com ligação à internet (a média é de 6 por escola, sendo que nas EB1 ou EB1/JI é de 3), e 16% computadores portáteis também ligados à internet. O equipamento fotográfico digital e o equipamento de reprodução gráfica existem em menor número (Quadro 4.15).

Quadro 4.15 · BE segundo o equipamento existente (quantidade)

Quantidade	Computadores de mesa sem ligação à internet		Computadores de mesa com ligação à internet		Computadores portáteis sem ligação à internet		Computadores portáteis com ligação à internet		Impressoras	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
0	1217	73,5	119	7,2	1587	95,9	1398	84,5	134	8,1
1	232	14,0	169	10,2	50	3,0	116	7,0	810	48,9
2	98	5,9	122	7,4	8	0,5	21	1,3	462	27,9
3	54	3,3	151	9,1	2	0,1	13	0,8	168	10,2
4	20	1,2	143	8,6	2	0,1	7	0,4	41	2,5
5	12	0,7	192	11,6	0	0,0	3	0,2	17	1,0
6-10	18	1,1	599	36,2	2	0,1	23	1,4	20	1,2
11 ou +	4	0,2	160	9,7	4	0,2	74	4,5	3	0,2
Total	1655	100,0	1655	100,0	1655	100,0	1655	100,0	1655	100,0

Quadro 4.15 · BE segundo o equipamento existente (quantidade) [continuação]

Quantidade	Scanners		Equipamento fotográfico digital		Equipamento áudio (postos de consulta)		Equipamento vídeo (postos de consulta)		Equipamento de reprodução gráfica (fotocopiadora)	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
0	527	31,8	1126	68,0	345	20,8	241	14,6	883	53,4
1	909	54,9	428	25,9	471	28,5	612	37,0	733	44,3
2	161	9,7	75	4,5	306	18,5	569	34,4	37	2,2
3	36	2,2	17	1,0	147	8,9	131	7,9	2	0,1
4	11	0,7	7	0,4	162	9,8	66	4,0	0	0,0
5	4	0,2	1	0,1	85	5,1	16	1,0	0	0,0
6-10	5	0,3	1	0,1	120	7,3	18	1,1	0	0,0
11 ou +	2	0,1	0	0,0	19	1,1	2	0,1	0	0,0
Total	1655	100,0	1655	100,0	1655	100,0	1655	100,0	1655	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Cerca de 85% das BE declaram ter internet e 43% internet sem fios (*wireless*). Estes valores variam em relação com o nível de ensino das escolas – passam nos JI e EB1 para 77% e 7%, e nas restantes escolas para 91% e 68%, respectivamente.

Alguns itens respeitantes ao espaço e equipamentos foram também passíveis de avaliação pelas BE, no inquérito RBE. A localização/área/instalações é um dos pontos com avaliação mais positiva, com 24% de respostas na categoria “muito bom” e 44% na “bom”. O apetrechamento da BE no respeitante ao mobiliário é considerado “bom” por perto de 50% dos responsáveis pelo preenchimento do questionário. Já o apetrechamento da BE, no que concerne ao equipamento audiovisual, é avaliado com um maior peso percentual na categoria “satisfatório”.

Por fim, o item mais negativamente avaliado é o apetrechamento da BE ao nível das TIC. Cerca de 73% das BE consideram-no “fraco” (35%) ou “satisfatório” (38%). Esta situação é mais desfavorável nas escolas de ensino pré-escolar e 1.º ciclo, com 44% das BE a utilizar a categoria “fraco” na sua apreciação (Quadro 4.16). Estas avaliações compreendem-se bem numa perspectiva dinâmica. Revelam a sensação dos coordenadores de BE de que estas, apesar de terem sido muitas vezes pioneiras da entrada nas escolas do computador e da internet, necessitam, hoje, de uma muito maior disponibilidade destes equipamentos e ligações. Necessitam também que eles estejam tecnologicamente actualizados, possibilitando utilizações múltiplas, transversais e permanentes e em regime de interligação estreita com todo o sistema de TIC que está em instalação nas escolas.

**Quadro 4.16 · Avaliação de diferentes itens respeitantes à actividade da BE:
Localização/área/instalações; Apetrechamento da BE
(mobiliário; equipamento audiovisual; TIC) (%)**

		Fraco	Satisfatório	Bom	Muito Bom	Total
Localização/área /instalações	Total (n=1559)	7,2	24,7	44,1	24,1	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=611)	10,5	32,4	43,7	13,4	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=948)	5,1	19,7	44,3	30,9	100,0
Apetrechamento da BE (mobiliário)	Total (n=1554)	6,8	27,5	49,0	16,8	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=608)	9,9	31,7	45,9	12,5	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=946)	4,8	24,7	51,0	19,6	100,0
Apetrechamento da BE (equipamento audiovisual)	Total (n=1555)	17,9	42,7	33,7	5,7	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=610)	22,5	42,1	29,8	5,6	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=945)	14,9	43,1	36,2	5,8	100,0
Apetrechamento da BE (TIC)	Total (n=1556)	34,6	38,0	22,9	4,4	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=612)	43,8	33,5	18,1	4,6	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=944)	28,7	41,0	26,0	4,3	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

De momento, constata-se que o parque informático de muitas BE ainda é obsoleto:

De um modo geral o parque técnico e informático das bibliotecas é baixo, é fraco, é muito antigo, em muitos casos ele data da abertura das bibliotecas. (...) Os computadores quando chegam novos não vão para a biblioteca. [A biblioteca] vai ficando com os [computadores] velhos...

Coordenadoras interconcelhias

No caso das BE de 1.º ciclo, a aquisição de equipamentos, nomeadamente os computadores, e a sua manutenção é, de um modo geral, da competência das autarquias, o que significa “um outro parceiro para dialogar”. São relatados alguns casos,

por exemplo na região Centro, de escolas/BE desse nível de ensino que não dispõem sequer de acesso à internet. Contudo, com a criação dos centros escolares, este problema tenderá a ser minimizado.

Perspectiva-se também a utilização dominante dos portáteis num futuro próximo, sendo que a questão da localização dos computadores perde importância. Devido à sua portabilidade, eles podem ser utilizados onde forem necessários, inclusivamente na biblioteca.

Face ao crescente impacto das novas tecnologias, o Gabinete do Programa RBE reitera a importância de equipar as BE com mais computadores e ligações à internet. No âmbito do Plano Tecnológico da Educação, estes equipamentos estão a ser reforçados nas escolas. Mas falta ainda estabelecer uma articulação estreita e efectiva, nas escolas, entre o PTE e a RBE.

Recursos documentais e política documental

Continuando a fazer um retrato das BE da Rede, analisa-se de seguida os seus recursos documentais. No inquérito realizado pela RBE, os responsáveis das bibliotecas declararam a quantidade de cada tipo de documentação que possuíam. Em média, as BE têm 4071 livros, 40 jornais e revistas⁴, 12 dossiers temáticos, 23 unidades de material manipulável (puzzles, jogos, etc.), 62 colecções de diapositivos, 77 CD áudio, 80 vídeos digitais (DVD, VCD, ...), 163 vídeos analógicos (VHS, Beta), 108 documentos em disco óptico (CD-Rom, DVD-Rom, ...), 12 documentos gravados em disco rígido e catalogados (de texto, de imagem, de vídeo, multimédia) acessíveis aos utilizadores, 3 documentos disponíveis em linha na página (da escola, biblioteca, ...), 194 fotografias, 12 postais, 5 posters, 10 mapas e 11 cartazes.

Analisando mais pormenorizadamente a quantidade de livros existentes nas BE, verifica-se uma grande variação entre elas. Essa variabilidade está relacionada com o nível de ensino das escolas, sendo que a maioria das escolas exclusivamente de pré-escolar e/ou 1.º ciclo (71%) têm até 2000 livros, enquanto as escolas com 2.º e 3.º ciclos e secundário possuem na sua generalidade (69%) mais de 4000 livros (Quadro 4.17).

⁴ Neste caso, tal como em outros, verificou-se uma certa disparidade nos números indicados pelas escolas, o que se pode ter devido a alguma hesitação entre a indicação do número de títulos ou de exemplares. Ainda que a média de jornais e revistas seja de 40, a maioria das escolas indica ter entre 1 a 10 unidades.

**Quadro 4.17 · BE segundo a documentação existente (quantidade):
Livros (excluindo os manuais)**

Quantidade	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
50-1000	214	13,0	208	30,9	6	0,6
1001-2000	304	18,5	271	40,3	33	3,4
2001-3000	199	12,1	119	17,7	80	8,2
3001-4000	235	14,3	54	8,0	181	18,6
4001-5000	231	14,0	18	2,7	213	21,9
5001-7000	268	16,3	1	0,1	267	27,4
7001 ou +	196	11,9	2	0,3	194	19,9
Total	1647	100,0	673	100,0	974	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Constata-se ainda que na grande maioria das BE não são disponibilizados documentos “virtuais”, quer gravados em disco rígido, quer disponíveis em linha.

Relativamente aos fundos documentais das BE, estes dados apontam para a necessidade de apostar numa maior diversificação dos recursos, nomeadamente através de uma exploração educativa mais intensa da internet, da aquisição/subscrição de software educativo ou outros recursos digitais (como dicionários e enciclopédias online), e também da assinatura de periódicos (jornais e revistas). Quanto aos periódicos, algumas escolas referem a sua desactualização, porque nem sempre a BE pode suportar os custos das assinaturas, pelo que aqui será importante rentabilizar recursos ao nível do agrupamento escolar.

Os coordenadores interconcelhios da RBE destacam alguns défices na gestão das colecções, assim como o facto de não ser usual que os professores incentivem os alunos a recorrer a determinados tipos de recursos, material não livro, pelo que a sua utilização acaba por ser reduzida:

Eu acho que as nossas bibliotecas de um modo geral têm uma quantidade de recursos... então livros, eu não tenho dúvida, (...) então se tomarmos como nossos os recursos do Plano Nacional de Leitura – e é lógico que tomemos, evidentemente, fazemos parte da mesma unidade de bens de aprendizagem na escola – acho que nós temos recursos documentais mais que q. b. Podemos ter falhas em recursos virtuais, online, assinaturas, coisas que as pessoas ainda não... quer dizer, ainda têm uma concepção de colecção um pouco antiquada, ainda não sabem gerir uma colecção, e de novo a palavra-chave é gestão, porque, aqui nestes recursos, hoje a gestão é comprar coisas disponíveis na internet, é fazer assinaturas para o agrupamento, é porventura em assinaturas muito dispendiosas conse-

guir em concelhos pequenos fazer uma assinatura com a biblioteca pública que seja para todas as bibliotecas... é um conceito que mudou muito depressa (...).

(...) a subscrição de um jornal, de uma revista ou da Infopédia não são coisas ainda vistas como necessárias, (...) se o professor não reconhece aquilo como um recurso e não insiste com os seus alunos para que eles recorram àquilo, é claro que é um recurso que não é utilizado, (...) e depois, no ano a seguir, se não há demonstração de que aquilo foi um recurso... Há um retrocesso nesse aspecto, continuamos no mesmo suporte de papel e muito pouco noutro tipo de suporte, e acho que é um défice, sejam quais forem as causas.

Coordenadoras interconcelhias

Neste ponto, importa também referir a presença de livros em *Braille* numa das BE visitadas no âmbito dos estudos de caso, onde existia um elevado número de alunos invisuais. Esta pode ser uma componente a desenvolver de futuro.

Retomando a análise da informação retirada da base de dados da RBE, verifica-se que, durante o ano lectivo anterior à aplicação do inquérito que está na sua base, 78% das BE adquiriram novos documentos. Por seu turno, 73% das BE receberam documentos provenientes de ofertas.

Os apoios financeiros do Plano Nacional de Leitura estão a ter um papel importante no que respeita às aquisições de livros pelas escolas. Por ocasião dos estudos de caso realizados em escolas e BE, no âmbito da avaliação do PNL, professores e responsáveis das bibliotecas referiram frequentemente a importância da atribuição de verbas pelo PNL, que possibilitou reforçar e diversificar os fundos documentais das BE (foram adquiridos vários títulos e vários exemplares de cada título), onde geralmente os livros ficam sediados (como ponto de partida para a sua circulação pelas turmas, ou para consulta e requisição por professores e alunos).

Na opinião dos interlocutores, o enriquecimento dos fundos documentais das BE e a sua diversificação é fundamental para as dinamizar e as tornar um espaço convidativo, e para expor os alunos à leitura cobrindo ao máximo os seus interesses:

Eu acho que é expô-los. Exposição máxima. Expô-los [aos alunos] o máximo possível aos livros. (...) Apetrechem as escolas com o máximo de livros. Todos! De tudo e mais alguma coisa. (...)

Tem que haver livros novos. Porque senão é um espaço que não é vivido, é um espaço morto. Não é convidativo.

Professoras dos 2.º e 3.º ciclos de EB2,3

Mais de 90% das BE praticam o livre acesso e o empréstimo domiciliário dos documentos impressos, o mesmo acontecendo em relação aos documentos audiovisuais e multimédia em cerca de 30% dos casos. A generalização do livre acesso e do empréstimo de documentos impressos era já uma realidade transparecida num inquérito realizado às BE da Rede em 2001, tal como a resistência ao empréstimo de documentos noutros suportes.

Relativamente ao tratamento do fundo documental, os processos técnicos mais difundidos são o registo e a classificação. Quanto à catalogação, a manual é executada por 54% das BE e a automatizada por 76% – esta última abrange já a totalidade dos documentos em 17% das BE. A indexação, por sua vez, é a que menos BE têm totalmente tratada – apenas 10%. Entre as bibliotecas do pré-escolar e 1.º ciclo verifica-se uma maior disparidade quanto ao nível de tratamento dos fundos – por exemplo, 43% não fazem catalogação automatizada, enquanto 22% já a fizeram para todos os documentos (Quadro 4.18).

Comparando os resultados com o do questionário aplicado às BE em 2001, verifica-se que já nessa altura o registo e classificação estavam largamente instituídos. Por outro lado, o mesmo não acontecia com a catalogação automatizada nem com a indexação, que eram ainda inexistentes na maioria das BE. Passados sete anos, essa situação já não ocorre, ainda que os níveis de tratamento destes processos diverjam ainda significativamente entre BE.

Quadro 4.18 · Tratamento técnico documental executado

	Registo		Classificação		Catalogação Manual		Catalogação Automatizada		Indexação	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
0% (Tratamento inexistente)	51	3,1	123	7,4	760	45,6	393	23,6	762	45,7
>0% e <=25%	28	1,7	73	4,4	93	5,6	220	13,2	219	13,1
>25% e <=50%	41	2,5	93	5,6	67	4,0	176	10,6	148	8,9
>50% e <=75%	100	6,0	180	10,8	109	6,5	197	11,8	133	8,0
>75% e <100%	481	28,9	575	34,5	271	16,3	399	23,9	245	14,7
100% (Totalmente tratado)	965	57,9	622	37,3	366	22,0	281	16,9	159	9,5
Total	1666	100,0	1666	100,0	1666	100,0	1666	100,0	1666	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

As regras de tratamento documental predominantemente utilizadas são as da Classificação Decimal Universal. A maioria das escolas (77%) utiliza software normalizado na catalogação automatizada e 35% das BE disponibilizam aos utilizadores um catálogo automatizado. Indicador de alguma debilidade das BE ao nível das

novas tecnologias e suportes de leitura é o facto de apenas 6% destas conterem nos seus catálogos registos referentes a documentos na internet. Este é um dos novos desafios colocados às BE na era digital.

No cômputo geral, o tratamento documental é assegurado pela própria BE. Contudo, em grande parte das escolas de ensino pré-escolar e 1.º ciclo, este está a cargo da biblioteca municipal ou é realizado com o seu apoio.

No inquérito RBE, o apetrechamento da BE, no que respeita à quantidade e à qualidade do fundo documental, foi avaliado pelos respondentes, com base nos elementos de avaliação de que dispunham, essencialmente através das categorias intermédias “satisfatório” e “bom”. Contudo, a qualidade do fundo documental destaca-se ligeiramente face ao item da quantidade, contabilizando mesmo 63% de respostas no conjunto das categorias “bom” e “muito bom”. Já o tratamento documental, também englobado entre os itens de avaliação, reúne nas mesmas categorias referidas anteriormente que expressam as apreciações mais positivas, 56% das BE (Quadro 4.19).

Quadro 4.19 · Avaliação de diferentes itens respeitantes à actividade da BE: Apetrechamento da BE (quantidade do fundo documental; qualidade do fundo documental); tratamento documental (%)

		Fraco	Satisfatório	Bom	Muito Bom	Total
Apetrechamento da BE (Quantidade do fundo documental)	Total (n=1554)	7,9	38,9	43,1	10,0	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=611)	11,9	44,8	36,5	6,7	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=943)	5,3	35,1	47,4	12,2	100,0
Apetrechamento da BE (Qualidade do fundo documental)	Total (n=1558)	4,4	33,1	52,0	10,5	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=611)	7,0	36,8	46,2	10,0	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=947)	2,7	30,7	55,8	10,8	100,0
Tratamento documental	Total (n=1555)	12,4	31,6	41,0	15,0	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=610)	17,5	28,5	36,6	17,4	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=945)	9,1	33,5	43,8	13,5	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quanto à existência de uma política documental definida para a BE na escola ou agrupamento, enquanto conjunto de princípios orientadores que apoiam e facilitam a elaboração de um referencial para a constituição/desenvolvimento da colecção, as BE dividem-se quase equitativamente – 53% respondem afirmativamente, enquanto 47% negam possuir uma política documental definida (Quadro 4.20).

Quadro 4.20 · Existência de uma política documental definida para a BE na escola ou agrupamento

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	885	53,1	286	41,4	599	61,4
Não	781	46,9	405	58,6	376	38,6
Total	1666	100,0	691	100,0	975	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Segundo os coordenadores interconcelhios da RBE, a política documental, mesmo que não seja já uma acção concretizada, é, pelo menos, uma preocupação dos coordenadores, que vão encontrando necessidade de a definir perante a própria escassez de verbas. Contudo, é constatado que esta ainda não é uma prática generalizada, o que faz com que muitas vezes não exista um crescimento sustentado e adequado do fundo documental. Refere-se, por exemplo, que os fundos crescem mais em termos de documentos em suporte de papel do que em qualquer outro suporte. É, assim, necessário definir uma política documental que rentabilize os recursos, inclusive os recursos em suporte electrónico. Para além disso, se, por um lado, a biblioteca não está separada da escola, pelo que a política documental tem de ser a da escola, por outro lado, essa política documental tem mesmo de ser repensada na visão do agrupamento.

É também referido que a existência de uma política documental não está directamente dependente do facto de ela estar ou não escrita e formalizada:

A minha percepção é a de que nas escolas que acompanho existe uma política informal, não existe uma política documental escrita, eu chamo a atenção para isso, mas reparo que isso não é muito sentido nem visto como uma necessidade.

Coordenadora interconcelhia

Gestão financeira e organizacional

Segundo os dados do questionário dirigido às BE da Rede em 2008, apenas 27% das BE com uma política documental definida na escola ou agrupamento vê nela prevista a afectação de um orçamento anual, aprovado em Assembleia de Escola (34% em escolas com 2.º ou 3.º ciclos ou secundário) (Quadro 4.21).

Os coordenadores interconcelhios da RBE reforçam este aspecto nas entrevistas realizadas. Muitas escolas não têm um orçamento definido para o crescimento do seu fundo documental e as verbas dirigidas para esse fim são casuísticas:

Não foi há muitos anos que fiz o meu trabalho de mestrado, e esse era um dos aspectos perguntados e para aí 90% das escolas respondiam – das inquiridas, claro – que as verbas são casuísticas. Pede-se hoje para se comprar, se houver dinheiro compra-se, mas normalmente o coordenador não sabe que tem uma verba de 500 euros por ano, qualquer coisa desse género.

Coordenadora interconcelhia

Quadro 4.21 · Escolas em cuja política documental está prevista a afectação de um orçamento anual para a BE, aprovado em Assembleia de Escola

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	240	27,1	37	12,9	203	33,9
Não	645	72,9	249	87,1	396	66,1
Total	885	100,0	286	100,0	599	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Acresce à situação exposta o facto de apenas em 15% das BE o seu Plano Anual de Actividades contemplar, de forma objectiva e discriminada, os recursos financeiros indispensáveis ao desenvolvimento de cada uma das acções previstas (Quadro 4.22) e de apenas 19% delas ser atribuída uma verba pelo órgão de gestão, no início do ano, para cumprimento desse mesmo Plano de Actividades (29% em escolas com 2.º ou 3.º ciclos ou secundário) (Quadro 4.23).

Tal como no inquérito de 2001, é importante referir o reduzido número de BE que dispõem de uma verba própria atribuída pelo órgão de gestão da escola/agrupamento. É, assim, necessário que mais escolas definam uma verba para a BE.

De qualquer forma, a nível das receitas financeiras das BE, são de destacar, tendo em consideração o número de BE que o declararam, as verbas provenientes

do orçamento da escola e do Plano Nacional de Leitura e, se tomarmos também em consideração os valores recebidos, as verbas da Rede de Bibliotecas Escolares.

Quadro 4.22 · Escolas cujo Plano Anual de Actividades da BE contempla, de forma objectiva e discriminada, os recursos financeiros indispensáveis ao desenvolvimento de cada uma das acções previstas

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	249	15,2	59	8,8	190	19,6
Não	1394	84,8	614	91,2	780	80,4
Total	1643	100,0	673	100,0	970	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 4.23 · Escolas cujo órgão de gestão atribui, no início do ano, uma verba à BE para que ela cumpra o Plano de Actividades

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	318	19,4	41	6,1	277	28,6
Não	1325	80,6	632	93,9	693	71,4
Total	1643	100,0	673	100,0	970	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

No domínio da gestão, foi também possível observar, através dos dados obtidos no inquérito de 2008, que o Regulamento Interno (RI) das escolas/agrupamentos refere a BE em 81% dos casos, sendo nas escolas que leccionam exclusivamente o ensino pré-escolar e/ou o 1.º ciclo que esta situação menos acontece (é referida em 68% dos casos) (Quadro 4.24). Os objectivos da BE são o ponto mais frequentemente definido no RI, enquanto a duração do mandato do professor bibliotecário e o seu perfil de competências são os dois tópicos relativamente menos referidos.

Mais transversal é a existência de um Regulamento da BE, o que acontece em 91% dos casos.

Quadro 4.24 · Referência à BE no Regulamento Interno (RI) da escola/agrupamento

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1323	80,5	455	67,6	868	89,5
Não	320	19,5	218	32,4	102	10,5
Total	1643	100,0	673	100,0	970	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quanto ao horário de funcionamento das BE, 85% delas estão abertas os cinco dias úteis da semana.

Também em 85% dos casos a BE está aberta nos intervalos, na maioria (ou totalidade) dos dias – os coordenadores interconcelhios referem, a este respeito, a relevância de a biblioteca permanecer aberta no horário de almoço, porque esse é o principal período em que os alunos podem utilizar, de forma livre e espontânea, os recursos da BE. Já no que toca à sua abertura nos períodos de interrupção lectiva, a situação é um pouco diferente, com 36% das BE a responder afirmativamente.

Note-se que praticamente todas as BE de escolas de 2.º ou 3.º ciclo ou secundário estão abertas os cinco dias da semana e nos intervalos. Nos casos em que as BE estão fechadas – incidindo em escolas de 1.º ciclo –, o principal motivo parece ser a falta de funcionários (entre outros motivos possíveis, como o espaço da BE estar a ser intervencionado). O Gabinete Coordenador do Programa RBE admite alguns défices a este nível, mas indica ser recomendável que as escolas encontrem alternativas de gestão no sentido de manter as suas BE em funcionamento. No caso do 1.º ciclo, o mais importante é o professor ir à biblioteca com os alunos e aproveitar os recursos que lá tem disponíveis, mesmo que a biblioteca não disponha de um funcionário.

Ainda no que respeita ao horário de funcionamento das BE, a avaliação feita pelos respondentes ao inquérito RBE, com base nos elementos que a equipa da BE dispunha, posicionam o horário de funcionamento como o item mais apreciado como “muito bom” (por 29% das BE). Em maior valor percentual está, contudo, a categoria “bom”, com 39% de respostas. Também relativamente a este item se encontram diferenças entre os níveis de ensino, com uma apreciação mais positiva do horário entre as BE de escolas com 2.º ou 3.º ciclos ou secundário (Quadro 4.25).

Quadro 4.25 · Avaliação de diferentes itens respeitantes à actividade da BE: Horário de funcionamento (%)

	Fraco	Satisfatório	Bom	Muito Bom	Total
Total (n=1550)	9,2	22,3	39,2	29,4	100,0
Jl, EB1, EB1/Jl (n=603)	20,1	33,5	35,8	10,6	100,0
Escolas com 2.º/3.º/S (n=947)	2,3	15,1	41,3	41,3	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Importa também analisar a vertente da promoção e divulgação da BE. Declararam ter concretizado acções no domínio da promoção e marketing da BE, 86% dos

respondentes. Este valor percentual passa a 72% no caso de as BE estarem integradas em JI, EB1 ou EB1/JI, e a 95% nas BE das restantes escolas (Quadro 4.26).

A divulgação das actividades da BE é a acção mais frequente a este nível e a elaboração de guias de recursos a menos continuada. A elaboração de boletins informativos e/ou criação e manutenção de web-page/blog é considerada uma acção continuada por 47% das BE (Quadro 4.27).

Nas BE visitadas no âmbito dos estudos de caso, a divulgação das suas actividades é feita maioritariamente no espaço da biblioteca e no espaço escolar, em termos gerais, através de cartazes e panfletos. Para além disso, algumas recorrem também, no caso de as terem, às suas páginas na internet, a sítios electrónicos de redes concelhias de bibliotecas escolares ou ao jornal escolar.

Quadro 4.26 · BE que concretizaram acções no domínio da promoção e marketing da BE

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1400	85,5	481	71,7	919	95,0
Não	238	14,5	190	28,3	48	5,0
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 4.27 · Frequência com que se realizaram as actividades

	Inexistente		Pontual/espóradico		Continuado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Divulgação das actividades da BE	9	0,6	263	18,8	1128	80,6	1400	100,0
Reunião de reflexão com os diferentes colectivos da Escola (Conselho Pedagógico, Departamentos, Conselho de Turma, ...)	182	13,0	626	44,7	592	42,3	1400	100,0
Elaboração de Guias de Recursos	569	40,6	569	40,6	262	18,7	1400	100,0
Elaboração de Boletins informativos / criação e manutenção de web-page/blog.	380	27,1	365	26,1	655	46,8	1400	100,0
Outro	1015	72,7	105	7,5	277	19,8	1397	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

No que respeita à avaliação do funcionamento das BE, 87% delas afirmam utilizar instrumentos de avaliação do seu desempenho. Essa avaliação é realizada por praticamente todas (94%) as BE de escolas com 2.º e/ou 3.º ciclos e/ou secundário (Quadro 4.28). As estatísticas de utilização são o instrumento mais utilizado (por 83% das BE). Seguem-se os registos de opiniões (65%) e os questionários (53%) (Quadro 4.29).

Quadro 4.28 · Utilização de instrumentos de avaliação do desempenho da BE

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1417	86,5	507	75,6	910	94,1
Não	221	13,5	164	24,4	57	5,9
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 4.29 · Instrumentos de avaliação do desempenho da BE utilizados

		Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
		n	%	n	%	n	%
Questionários	Sim	745	52,6	231	45,6	514	56,5
	Não	672	47,4	276	54,4	396	43,5
	Total	1417	100,0	507	100,0	910	100,0
Registos de opiniões	Sim	921	65,0	334	65,9	587	64,5
	Não	496	35,0	173	34,1	323	35,5
	Total	1417	100,0	507	100,0	910	100,0
Estatísticas de utilização	Sim	1177	83,1	381	75,1	796	87,5
	Não	240	16,9	126	24,9	114	12,5
	Total	1417	100,0	507	100,0	910	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Para finalizar este ponto, importa destacar que em todas as BE analisadas através dos estudos de caso, se refere a importância da RBE para a formação da biblioteca escolar. É sentida uma evolução inquestionável entre o “antes da candidatura à RBE” e o “depois da integração na RBE”, em relação a todos os domínios analisa-

dos anteriormente. Isto ainda que, por vezes, se sinta necessidade de mais apoios financeiros de reforço para a renovação e actualização do fundo documental ou para a aquisição de outros materiais e equipamentos (por exemplo, mais computadores). Todavia, esses apoios são entendidos por alguns como sendo da responsabilidade das escolas ou de outras entidades. Por vezes, as próprias BE arranjam formas alternativas de obter as verbas, através da venda de livros nas feiras do livro que promovem ou da venda do jornal escolar.

5. Resultados e impactos

➤ Neste capítulo são analisados os resultados e impactos do Programa RBE, no que se refere ao papel das BE na promoção da leitura e das literacias, à sua integração nos processos de aprendizagem e à cooperação com as estruturas pedagógicas e os docentes, e à sua relação com as comunidades locais – com as bibliotecas públicas, câmaras municipais e outras entidades locais, com outras escolas, BE e redes, e com outros actores sociais; um último ponto centra-se, ainda, na relação entre as BE e o Plano Nacional de Leitura.

Essa análise é feita com base num conjunto de fontes: um inquérito às BE da Rede, aplicado pelo Gabinete RBE em 2008, e um outro questionário de avaliação aplicado em 2001; um conjunto de entrevistas à coordenadora do Programa e a um grupo alargado de técnicos do Gabinete e coordenadores interconcelhios; entrevistas a actores sociais de referência no domínio da promoção da leitura; estudos de caso em escolas, bibliotecas escolares, bibliotecas públicas e câmaras municipais; um barómetro de opinião pública, realizado em 2007 e em 2009, e um inquérito às escolas, aplicado em 2007 e em 2008, ambos no âmbito do Estudo de Avaliação do Plano Nacional de Leitura.

As bibliotecas escolares, a leitura e as literacias

Neste ponto analisa-se o papel das BE na promoção da leitura e das literacias, na formação de leitores, na promoção do conhecimento e no desenvolvimento de apetências e competências de procura e análise de informação.

A importância das bibliotecas escolares para o desenvolvimento da leitura no país é reconhecida pela população em geral. Assim indica o Barómetro de Opinião Pública aplicado em 2007, no âmbito do Estudo de Avaliação do PNL, a uma amostra representativa da população residente no Continente, com idade a partir dos 15 anos.

De entre um conjunto de aspectos passíveis de potenciar o desenvolvimento da leitura no país, os inquiridos destacaram as actividades de leitura nas escolas, o melhoramento da preparação escolar dos jovens e as bibliotecas das escolas. A percentagem dos que atribuem a importância máxima (“muito importante”) às BE é de 67%. São os indivíduos entre os 25 e os 44 anos e entre os 55 e os 64 anos aqueles que mais valorizam o seu papel no desenvolvimento da leitura (serão as faixas etárias com mais contacto com o contexto escolar, por via dos filhos ou dos netos) (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 · Opinião sobre a importância das bibliotecas das escolas para o desenvolvimento da leitura no país (%)

	Sexo			Grupos Etários					
	Total	Masculino	Feminino	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 e +
Nada Importante	0,2	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,8
Pouco Importante	0,8	0,6	1,0	0,6	0,8	1,4	2,6	0,0	0,0
Importante	31,6	32,9	30,5	35,7	25,0	27,0	35,3	30,3	35,8
Muito Importante	67,3	66,4	68,1	63,7	73,8	71,6	62,1	69,7	63,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CIES-ISCTE-IUL, Avaliação do PNL, Barómetro de Opinião Pública 2007.

Na aplicação de 2009 do Barómetro, constata-se mais uma vez o papel de destaque atribuído às bibliotecas escolares no desenvolvimento da leitura. Este item, a par com as actividades de leitura nas escolas, é aquele que mais inquiridos avaliam como muito importante.

A relevância do papel das BE, e da escola em geral, na promoção da leitura é expressa também no decorrer dos estudos de caso. A BE desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de práticas de leitura entre as crianças e os jovens e constitui-se como uma plataforma essencial na redução das desigualdades de oportunidades. A BE possibilita o acesso aos livros e a outros recursos documentais a todos os alunos, inclusivamente àqueles que não têm alternativa de acesso e contacto com eles.

[A BE é importante] nem que seja para eles poderem manusear os livros. Porque muitos destes miúdos não têm muitos livros em casa... A maior parte dos miúdos

da população escolar com que nós lidamos não tem hábitos de leitura, os pais não devem ter hábitos de leitura. E o facto de eles virem a um espaço onde há muitos livros que podem folhear... A biblioteca aí tem um papel fundamental.

Professor do 2.º ciclo de EB2,3

Há uns alunos que, se não fosse a BE, ou porque os pais não estão interessados ou porque moram longe, nunca visitariam uma biblioteca.

Coordenadora de BE de EB1

À maior parte deles [a BE] dá-lhes aquilo que eles não têm em casa, que é contacto com os livros e também contacto com meios informáticos, que aqui não há muitas crianças que tenham computador em casa.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Os dados do inquérito RBE de 2008 deixam clara a implementação, pelas BE, de acções no domínio da promoção da leitura. Praticamente todas as bibliotecas da Rede (97%) indicam ter desenvolvido, durante o ano lectivo da aplicação do inquérito, acções de promoção da leitura (Quadro 5.2).

As actividades realizadas mais continuamente são: acções relacionadas com o Plano Nacional de Leitura; articulação com os professores/sala de aula; realização da Hora do Conto; articulação com os professores/fora da sala de aula; produção de materiais pelos alunos, decorrentes das actividades desenvolvidas neste âmbito (Quadro 5.3).

Estes resultados vêm evidenciar o papel das BE no PNL e as acções de promoção da leitura desenvolvidas no seu âmbito. Sobressai, também, o facto de o papel de promoção da leitura da BE passar pela cooperação com os docentes, cooperação essa que parece estar a evoluir positivamente. Entre as actividades realizadas destaca-se a animação de leitura.

Quadro 5.2 · BE que implementaram acções no domínio da promoção da leitura

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1590	97,1	633	94,3	957	99,0
Não	48	2,9	38	5,7	10	1,0
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.3 · Frequência com que se realizaram as actividades

	Inexistente		Pontual/esporádico		Continuado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Articulação com os professores / sala de aula	58	3,6	628	39,5	904	56,9	1590	100,0
Articulação com os professores / fora da sala de aula	95	6,0	762	47,9	733	46,1	1590	100,0
Elaboração de guias orientadores de leitura	551	34,7	702	44,2	337	21,2	1590	100,0
Elaboração de bibliografias temáticas	698	43,9	666	41,9	226	14,2	1590	100,0
Organização de sessões de leitura em voz alta	229	14,4	733	46,1	628	39,5	1590	100,0
Realização de ateliers de leitura expressiva	657	41,3	684	43,0	249	15,7	1590	100,0
Apresentação de leituras pelos alunos	215	13,5	905	56,9	470	29,6	1590	100,0
Colaboração em actividades de promoção da leitura organizadas por outras entidades (ex: BM, APP, ...)	599	37,7	717	45,1	274	17,2	1590	100,0
Produção de materiais pelos alunos, decorrentes das actividades desenvolvidas neste âmbito	178	11,2	702	44,2	710	44,7	1590	100,0
Realização da Hora do Conto	487	30,6	357	22,5	746	46,9	1590	100,0
Promoção de visita de escritores	530	33,3	791	49,7	269	16,9	1590	100,0
Ações relacionadas com o PNL	121	7,6	437	27,5	1032	64,9	1590	100,0
Ações com o uso de meios audiovisuais e digitais	271	17,1	773	48,8	541	34,1	1585	100,0
Outro	1085	68,4	205	12,9	296	18,7	1586	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

As BE desempenham também, e cada vez mais, um papel decisivo na promoção da literacia da informação. Segundo os resultados do inquérito RBE, perto de 90% delas afirmam ter concretizado, nesse ano lectivo, acções relacionadas com esse domínio (Quadro 5.4).

As acções mais frequentes remetem para o apoio aos utilizadores da BE, tanto no que respeita à pesquisa da informação, como ao manuseamento dos equipamentos audiovisuais e informáticos ou, ainda, à produção de informação.

Por seu turno, a realização de acções de formação de utilizadores (alunos, docentes) para o desenvolvimento de competências de informação é a actividade mais declarada como inexistente (por 48% das BE) (Quadro 5.5). Este é um ponto passível de melhoramento pelas BE, que poderão ser mais dinâmicas, não se remetendo apenas à prestação de apoio aos utilizadores, mas promovendo, também elas próprias, acções que vão de encontro às carências desses mesmos utilizadores no domínio em causa. Note-se, aliás, que já no inquérito aplicado pela RBE em 2001, a formação de utilizadores surgia entre as actividades menos realizadas pelas equipas das BE.

Quadro 5.4 · BE que concretizaram acções no domínio da literacia da informação

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1472	89,9	542	80,8	930	96,2
Não	166	10,1	129	19,2	37	3,8
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.5 • Frequência com que se realizaram as actividades

	Inexistente		Pontual/esporádico		Continuado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Promoção de visitas guiadas de iniciação à BE	85	5,8	869	59,0	518	35,2	1472	100,0
Apoio aos utilizadores na pesquisa da informação	19	1,3	233	15,8	1220	82,9	1472	100,0
Apoio aos utilizadores na produção de informação	62	4,2	380	25,8	1030	70,0	1472	100,0
Apoio aos utilizadores no manuseamento dos equipamentos audiovisuais e informáticos	76	5,2	307	20,9	1089	74,0	1472	100,0
Realização de acções de formação de utilizadores (alunos, docentes) para o desenvolvimento de competências de informação	704	47,8	611	41,5	157	10,7	1472	100,0
Elaboração de guiões de apoio aos utilizadores para autoformação	585	39,7	596	40,5	291	19,8	1472	100,0
Actividades de divulgação do Regulamento/ Guia da BE, contendo as regras relativas à sua organização, funcionamento e utilização	141	9,6	678	46,1	653	44,4	1472	100,0
Articulação com os professores / sala de aula	70	4,8	577	39,2	825	56,0	1472	100,0
Outro	1227	83,5	91	6,2	151	10,3	1469	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

A promoção de hábitos de leitura e da literacia de informação são dois itens avaliados pelos responsáveis das BE. O primeiro é, no cômputo geral das actividades da BE, um dos mais positivamente avaliados. 80% dos respondentes utilizam as categorias “bom” e “muito bom” para expressar o cumprimento da promoção de hábitos de leitura. Já no que concerne à promoção da literacia de informação, o valor análogo é de 55% (Quadro 5.6).

**Quadro 5.6 · Avaliação de diferentes itens respeitantes à actividade da BE
– Promoção de hábitos de leitura; Promoção de literacia
de informação (%)**

		Fraco	Satisfatório	Bom	Muito Bom	Total
Promoção de hábitos de leitura	Total (n=1555)	2,9	17,3	51,7	28,1	100,0
	JI, EB1, EB1/JI (n=610)	2,6	9,3	48,4	39,7	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=945)	3,1	22,4	53,9	20,6	100,0
Promoção de literacia da informação	Total (n=1548)	8,9	35,7	43,9	11,5	100,0
	JI, EB1, EB1/JI (n=602)	11,6	30,6	42,7	15,1	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=946)	7,1	39,0	44,7	9,2	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Os coordenadores interconcelhios da RBE referem que a componente da promoção da leitura e de formação de leitores, especialmente no aspecto lúdico, tem sido a mais fácil para as BE e a que tem sido mais trabalhada, conforme pode também ser extraído da experiência de aplicação do modelo de auto-avaliação.

Segundo o Gabinete da RBE, estes resultados prendem-se com a maneira como as equipas entenderam o seu trabalho na BE. A promoção da leitura – que muitas vezes é associada à animação da leitura, embora a promoção não se esgote na animação – é muitas vezes vista como o objectivo fulcral da BE e, por isso, é aí que tende a haver maior investimento e que são encontrados mais resultados. O próprio Programa deu mais enfoque, numa primeira fase, a essa promoção da leitura. Mas o conceito de biblioteca escolar foi mudando e as áreas de intervenção da BE foram evoluindo e multiplicando-se, tendo-se percebido maiores défices ao nível da actuação da BE em relação ao desenvolvimento de competências de literacia de informação e da promoção do conhecimento, em articulação com o apoio curricular, algo que está agora a ser incentivado e que está bastante relacionado com as novas tecnologias de informação.

As BE desenvolvem ainda actividades na área da animação cultural e da ocupação de tempos livres – assim o declaram 88% dos seus responsáveis (Quadro 5.7). Estas acções podem contribuir para a captação/fidelização de públicos da BE e para fomentar uma utilização autónoma desse espaço, evidenciando-o também como um espaço recreativo e de lazer.

As exposições, a utilização lúdica das TIC (individual ou em grupo nos domínios da informação e comunicação), e os concursos/jogos/passatempos são as acti-

vidades realizadas mais frequentemente neste domínio. Contrariamente, as menos frequentes, mesmo inexistentes em perto de 50% ou mais das BE, são os ciclos de música e vídeo, os *ateliers* de expressões e as palestras/debates/colóquios abertos à comunidade (Quadro 5.8).

Quadro 5.7 · BE que realizaram actividades na área da animação cultural e ocupação de tempos livres

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1442	88,0	501	74,7	941	97,3
Não	196	12,0	170	25,3	26	2,7
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.8 · Frequência com que se realizaram as actividades

	Inexistente		Pontual/espórádico		Continuado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Exposições	64	4,4	508	35,2	870	60,3	1442	100,0
Feira do livro	357	24,8	769	53,3	316	21,9	1442	100,0
Ciclos de música e vídeo	916	63,5	414	28,7	112	7,8	1442	100,0
Concursos/jogos/passatempos	146	10,1	671	46,5	625	43,3	1442	100,0
Palestras/debates/colóquios abertos à comunidade	670	46,5	614	42,6	158	11,0	1442	100,0
Difusão de eventos culturais	282	19,6	584	40,5	576	39,9	1442	100,0
Utilização lúdica das TIC (individual ou em grupo nos domínios da informação e comunicação)	318	22,1	497	34,5	627	43,5	1442	100,0
Ateliers de expressões	740	51,3	477	33,1	225	15,6	1442	100,0
Outro	1161	80,7	129	9,0	149	10,4	1439	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

A importância do desenvolvimento deste tipo de actividades na BE é um aspecto destacado por alguns professores entrevistados. A professora bibliotecária citada de seguida exprime a sua convicção do papel que a BE assume e deve assumir na promoção da leitura recreativa, no fomento de hábitos de pesquisa e no desenvolvi-

mento de competências de cidadania, utilizando, para isso, diferentes recursos de informação.

A biblioteca escolar tenta desenvolver hábitos de leitura, utilização de diferentes meios de informação, complementar as áreas curriculares. No fundo, estamos a formar um cidadão, contribuindo para a sua cultura geral, para a sua postura na sociedade, e dessa forma ajuda a formar o aluno em várias vertentes, acho que sim. Porque é um dos pólos da escola dinamizador de projectos, de actividades que vão ajudá-los a crescer.

Coordenadora de BE de EB2,3

Os professores afectos às BE visitadas expressam, em geral, que a BE é apreciada pelos alunos, tendo em conta a sua percepção, conversas informais, mas também inquéritos realizados. Alguns destacam o facto de a BE ser um espaço onde o livro não tem um carácter de obrigatoriedade e onde há um apelo à sua componente lúdica como determinante na apreciação positiva dos alunos:

Eu acho que se andar pela escola a perguntar, não há nenhum aluno que diga que não gosta da BE. (...) A BE acaba por ser o sítio onde o livro é apresentado às crianças de uma forma lúdica e sem aquele carácter obrigatório.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Outros coordenadores de BE referem o incentivo que dão a que a escolha feita pelos alunos, em relação aos livros que requisitam, seja motivada pelo gosto próprio e pelos interesses pessoais:

Há meninos que sabem exactamente aquilo que querem levar para casa para ler, e levam livros para se recrearem, para terem prazer e não para estudarem e para ser obrigatório fazer o resumo ou fazer a banda desenhada... Porque há meninos que, se calhar, se os fossemos obrigar a fazer isso, pura e simplesmente não requisitavam os livros. E eu digo-lhes, “Levem livros que vocês gostem, que vocês achem que vão ter prazer a ler, a ver em casa”.

Coordenadora de BE de EB/JI

Procura-se que as actividades sejam diversificadas, de modo a manter o interesse dos alunos pela biblioteca e a corresponder às suas expectativas. Em termos de grandes padrões de utilização da BE, é bastante destacada a sua diversidade:

realização de aulas, participação em actividades, leitura, requisição domiciliária, realização de trabalhos de grupo, estudo, pesquisa em livros, utilização dos computadores, navegação na internet e utilização de CD-Roms, visualização de vídeos e audição de música.

O espaço das BE é frequentado pelos alunos de maneira autónoma, essencialmente nos intervalos ou à hora de almoço, nos casos em que estas não estão encerradas. É um espaço utilizado pelos alunos, segundo os entrevistados, para múltiplas actividades – para trabalhar, para consultar a internet, para ler livros, jornais e revistas. A internet é referida como um dos recursos mais procurados.

No decorrer das entrevistas realizadas no âmbito dos estudos de caso, foram também referidas várias actividades promovidas pelas BE para fomentar o interesse dos alunos pela leitura, como concursos, hora do conto, feiras do livro, dramatizações, desenvolvimento de jornais escolares, encontros com escritores, clubes de leitura, ateliers de escrita criativa, etc.

O desenvolvimento de jornais escolares, por exemplo, frequentemente iniciativa da BE e sua organização, em articulação com outros professores, é uma actividade feita em torno da leitura e da escrita que conquista o interesse de muitos alunos.

São também destacados os encontros com escritores ou ilustradores promovidos pelas BE. Contudo, esta é uma actividade que nem sempre é fácil de concretizar, devido à dificuldade de disponibilização de verbas.

Os concursos são também frequentes e, segundo os interlocutores, têm uma adesão positiva dos alunos. São exemplos de concursos promovidos por BE:

- *Pontapés na Gramática*, um concurso semanal associado à disciplina de Língua Portuguesa. São afixadas duas frases nos placards da BE, uma correcta e outra errada em termos ortográficos e/ou gramaticais, e os alunos têm de conseguir identificar qual a frase correcta, o que os obriga a consultar, muitas vezes, um prontuário, uma gramática ou um dicionário;
- O *Caça Provérbios*, que implica identificar o final de um provérbio, geralmente associado à época do ano, a partir de três hipóteses de resposta;
- Concurso literário de contos natalícios;
- Concurso de quadras por ocasião das festividades dos Santos Populares;
- Concurso de poemas, incluindo uma espécie de gincana de poemas entre as várias escolas do agrupamento.

Algumas boas práticas, promovidas pelas BE e dirigidas especificamente para a ocupação de tempos livres, foram encontradas através dos estudos de caso. É também

exemplo uma actividade relacionada com a leitura que decorre durante a hora de almoço, intitulada *Ler à Sobremesa*. O *Ler à Sobremesa* é uma actividade de leitura que se desenrola durante quatro dias da semana, à hora do almoço, e que promove a leitura de livros, poemas, imagens e sons.

As novas tecnologias e muito especificamente a internet, que permite o acesso a infindáveis fontes de informação, vêm colocar novos desafios às bibliotecas. Formar utilizadores das novas tecnologias é também um desafio e uma função que já está a ser incorporada por muitos bibliotecários:

É um espaço óptimo para os alunos, porque alguns têm aqui muitas coisas que não têm em casa e podem usufruir delas aqui. E podem-se formar... Uma das funções da biblioteca, a função principal mesmo, é formar, formar as crianças, formar leitores, formar utilizadores das novas tecnologias.

Coordenadora de BE de EB1

A este nível, foi referido o desenvolvimento de *ateliers* relacionados com as TIC e a realização de acções de formação na utilização de aplicações informáticas, como o *PowerPoint*. Nalguns casos, a BE procura também dar alguma formação na área das TIC e apoiar todos os docentes que têm interesse em adquirir as competências mínimas nessa área. Contudo, este tipo de acções só surgiu em algumas das BE visitadas, não sendo ainda muito comuns.

Em geral, os professores bibliotecários limitam-se a prestar o seu apoio aos utilizadores das TIC na BE. Eles apoiam as pesquisas na internet, sempre que seja sentida essa necessidade.

Contudo, em algumas BE está-se a trabalhar na construção de materiais de acompanhamento e de exploração da internet. Alguns professores bibliotecários sentem que os alunos não orientam convenientemente as suas pesquisas e têm de ser alertados para a necessidade de selecção da informação encontrada.

Como referem os técnicos do Gabinete RBE, a BE pode e deve ter um papel formativo no sentido de inculcar um espírito crítico nos alunos em relação à informação, de torná-los “consumidores” críticos da informação. Trata-se de induzir nos alunos comportamentos de pesquisa, inculcar-lhes a necessidade de recorrer às fontes de informação, de torná-los alunos autónomos na busca da informação e fazê-los adquirir competências de pesquisa, de utilização dos recursos informativos e de análise crítica dos mesmos.

Ao nível das estratégias de promoção da literacia de informação, é de destacar a boa prática de uma BE visitada, onde se promove o desenvolvimento de compe-

tências de utilização da *Web* através do *Top Net*, um concurso que envolve exercícios de pesquisa na internet.

Ou ainda, numa outra escola, a actividade *Caça aos Livros* – um *peddy-paper* criado pela biblioteca que, no âmbito da formação de utilizadores, incentiva os alunos a pesquisarem livros através de pistas soltas como a cota, o título, o autor, a editora, etc. O objectivo é autonomizar os alunos na procura de informação na BE.

A formação de utilizadores é no sentido de autonomizar os alunos na procura de informação na biblioteca. Eles dispõem de um computador para pesquisa, porque eles, muitas vezes, não sabem onde a informação se encontra. Portanto, basicamente, é dar-lhes algumas directrizes para eles procurarem a informação, por cota, estante, pelo assunto, uma vez que toda a sinalética da biblioteca está organizada por assunto, por cores, por cotas. O objectivo é tentar que eles encontrem, no menor tempo possível, o maior número de informações. O ideal seria eles chegarem à biblioteca e nem precisarem de ir à zona de atendimento, serem tão autónomos que conseguissem obter a informação por eles.

Coordenadora de BE de EBI

Na mesma escola é ainda realizada formação de utilizadores, em que se pretende dar a conhecer aos alunos o funcionamento da biblioteca, transmitindo-lhes regras de catalogação, noções básicas para a orientação de pesquisas bibliográficas, etc. Segundo a coordenadora da BE, as acções de formação têm estado por trás de um aumento do número de requisições e de visitas de alunos ao espaço da biblioteca.

Os técnicos da RBE notam, actualmente, uma maior sensibilização das equipas das BE para o seu papel no desenvolvimento da literacia de informação. Referem, por exemplo, que nos blogues das BE esse ponto já vem sendo um dos tópicos mencionados. Também o aumento de projectos na área da literacia de informação nas candidaturas de mérito revela progressos a este nível.

Contudo, as estratégias utilizadas para promover essa literacia de informação ainda são muito limitadas, admitem os coordenadores interconcelhios. Neste ponto, o trabalho colaborativo da BE com os professores é considerado fulcral:

A literacia da informação só ganha sentido se for promovida no contexto do ensino-aprendizagem, no contexto disciplinar, e não a seco como uma disciplina que a biblioteca ensina.

Coordenadora interconcelhia

Um indicador bastante relevante do impacto das BE na promoção da leitura e na formação de leitores é o volume de empréstimos domiciliários.

Tendo em consideração a indicação das BE relativamente ao ano lectivo de aplicação do inquérito, a média de utilizadores do serviço de empréstimo domiciliário foi de 515 – nas escolas de pré-escolar e 1.º ciclo foi de 296 utilizadores e nas restantes foi de 619. Já relativamente ao número de empréstimos domiciliários, a média, neste ano, foi de 1412 empréstimos de documentos impressos, 112 empréstimos de documentos áudio e vídeo, e 27 empréstimos de documentos multimédia. Importa aqui evidenciar os 43% e 57% de BE que indicam não ter efectuado empréstimos de documentos áudio e vídeo e de documentos multimédia, respectivamente (Quadros 5.9 e 5.10).

Ao contrário do número de utilizadores, o número médio de empréstimos domiciliários, mais especificamente de documentos impressos, é ligeiramente superior nas escolas de 1.º ciclo do que nas restantes – o que expressa a maior intensidade de recurso ao serviço de empréstimo entre os seus alunos. A este propósito, note-se que no 1.º ciclo é bastante corrente a estipulação de um horário semanal ou quinzenal dedicado a cada turma em que a requisição domiciliária é uma prática habitual, o que implica, como referem os coordenadores interconcelhios, que cada aluno leva o seu livro independentemente de o ler ou não.

Quadro 5.9 · BE segundo o n.º de empréstimos domiciliários de documentos impressos, de documentos áudio e vídeo e de documentos multimédia (n e %)

N.º empréstimos	Documentos impressos		Documentos áudio e vídeo (CD áudio, vídeo, DVD, ...)		Documentos multimédia (CD-ROM, ...)	
	n	%	n	%	n	%
0	41	3,5	501	42,6	667	56,7
1-50	9	,8	281	23,9	392	33,3
51-100	19	1,6	126	10,7	68	5,8
101-200	42	3,6	116	9,9	21	1,8
201-300	42	3,6	45	3,8	13	1,1
301-400	55	4,7	36	3,1	3	0,3
401-500	64	5,4	18	1,5	4	0,3
501-1000	287	24,4	35	3,0	4	0,3
1001-2000	356	30,2	12	1,0	4	0,3
2001 ou +	262	22,3	7	0,6	1	0,1
Total	1177	100,0	1177	100,0	1177	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.10 · BE segundo o n.º de empréstimos domiciliários de documentos impressos, de documentos áudio e vídeo e de documentos multimédia (média e total de empréstimos)

		Média empréstimos	Total empréstimos
Total (n BE=1177)	Documentos impressos	1412,39	1662378
	Documentos áudio e vídeo (CD áudio, vídeo, DVD, ...)	111,97	131794
	Documentos multimédia (CD-ROM, ...)	26,52	31216
JI, EB1, EB1/JI (n BE=381)	Documentos impressos	1539,85	586682
	Documentos áudio e vídeo (CD áudio, vídeo, DVD, ...)	32,77	12484
	Documentos multimédia (CD-ROM, ...)	21,16	8063
Escolas com 2.º/3.º/S (n BE=796)	Documentos impressos	1351,38	1075696
	Documentos áudio e vídeo (CD áudio, vídeo, DVD, ...)	149,89	119310
	Documentos multimédia (CD-ROM, ...)	29,09	23153

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Por vezes, para incentivar a leitura e as requisições na BE, utilizam-se também estratégias como a criação de passaportes de leitura, a atribuição de prémios ou o reconhecimento público, no jornal da escola ou afixado em placards, do ou dos “leitores do mês”.

Em algumas escolas, sentem-se resultados positivos de acções continuadas de promoção da leitura implementadas pelas suas BE. O aumento da requisição domiciliária é precisamente um indicador a que frequentemente se recorre para constatar resultados. Alguns interlocutores dos estudos de caso declararam com satisfação o volume de requisições de documentos da BE, enquanto manifestação do interesse dos alunos pelos livros e pela leitura.

Acontece que os livros aqui nesta escola têm tido um movimento fantástico e isso apraz-nos, na medida em que os livros não servem para tornar bonitas as estantes, mas sim para serem utilizados, para serem trabalhados convenientemente. As crianças gostam, cada vez requisitam mais livros e utilizam-nos também no seu conhecimento.

Coordenador de EB1/JI

Também a adesão dos alunos às actividades promovidas pela BE é um indicador frequentemente referido. Contudo, algumas escolas reflectem uma maior participação e manifestação de resultados entre os alunos dos primeiros ciclos, sendo a partir do 3.º ciclo mais desafiante a componente de promoção da leitura recreativa e o estímulo à frequência da biblioteca como espaço de lazer. Refere-se que, para além do despertar de outros interesses com a adolescência, também a implementação de BE no âmbito da Rede é relativamente recente, pelo que é natural que os resultados se comecem agora a sentir e, precisamente, ainda entre os mais novos.

Os alunos no 1.º ciclo lêem mais, requisitam mais e estão mais virados para o livro, mesmo do 5.º e do 6.º anos, do que depois em relação ao 2.º e ao 3.º ciclos. Não sei se será por se estar a dar agora muito ênfase também à literatura infantil e trabalhar-se também nas escolas, e pelas bibliotecas escolares. Porque ao fim e ao cabo, também não há muito tempo... Os primeiros utentes das bibliotecas escolares estarão agora aí nos seus 6.º e 7.º anos ou coisa assim. (...) A partir dessa idade os miúdos (...) já têm outras necessidades, outras maneiras de se entreterem. (...) Não sei se por começarem a fase dos namoricos, não sei... Têm outros interesses.

Coordenadora de BE de EB1/JI

O incentivo por parte dos professores e as suas práticas pedagógicas influenciam também a frequência ou não da BE pelo aluno e, nomeadamente, a requisição domiciliária.

(...) um professor que nunca pede a um aluno do 3.º ciclo que lhe apresente uma leitura autónoma, uma resenha de um livro para ser discutida na aula, ele não sente necessidade de ir lá requisitar, até porque, segundo toda a literatura, não está numa fase de ler, há outros interesses.

Coordenadora interconcelhia

No conjunto, a informação analisada mostra, de forma clara, o importante papel que as BE têm vindo a desempenhar no que concerne à promoção da leitura. Através de múltiplas actividades, as BE são reconhecidas como recursos amplamente utilizados pelos alunos e que incentivam uma diversidade de leituras. Também desempenham um importante papel na promoção da literacia de informação. Contudo, neste ponto, os dados e opiniões recolhidos indicam ainda existir um caminho a percorrer.

As bibliotecas escolares, as escolas e as aprendizagens

A integração das BE nos processos de aprendizagem, a articulação sala de aula-BE, o envolvimento de órgãos directivos e pedagógicos são desafios que se colocam actualmente às BE. Uma grande parte do papel das BE tem que ver com o seu lado curricular, a transversalidade do seu papel para o cumprimento das exigências escolares, a integração das suas actividades e recursos com as áreas curriculares, ou mesmo não curriculares, do ensino. Esta é uma componente que tem vindo a ser destacada, nos últimos anos, pelo Programa.

O inquérito realizado pela RBE, em 2008, apresenta alguns indicadores relevantes da integração das BE no ensino e nas aprendizagens. Um deles é a realização de actividades (curriculares, de enriquecimento curricular ou extracurriculares) articuladas com os Projectos Curriculares das Turmas. A este respeito, cerca de 87% das BE da Rede respondem afirmativamente, indicando a realização desse tipo de actividades. Esta situação parece ser consensual e independente dos níveis de ensino leccionados nas escolas em que as BE se integram (Quadro 5.11).

Quadro 5.11 · BE que realizaram actividades (curriculares, de enriquecimento curricular ou extracurriculares) articuladas com os Projectos Curriculares das Turmas

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1427	87,1	599	89,3	828	85,6
Não	211	12,9	72	10,7	139	14,4
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Também na maior parte das escolas são realizadas regularmente reuniões e contactos com os professores no sentido de integrar os recursos da biblioteca nas suas práticas pedagógicas, ainda que tal aconteça com menos frequência relativa nas escolas com outros níveis de ensino para além do pré-escolar e do 1.º ciclo – 69% de respostas afirmativas, face a 85% nas de pré-escolar e 1.º ciclo (Quadro 5.12). Tal situação parece estar relacionada com algumas diferenças na própria estrutura organizativa destes diferentes graus de ensino (um número mais reduzido de professores no 1.º ciclo, devido ao regime de monodocência) e até no que se refere à idade dos alunos que os frequentam (as crianças mais pequenas aderem melhor à participação em determinado tipo de actividades), que podem favorecer ou não uma aproximação entre os professores e a BE.

Quadro 5.12 · Realização regular de reuniões e contactos com os professores para integrar os recursos da biblioteca nas suas práticas pedagógicas

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1231	75,2	569	84,8	662	68,5
Não	407	24,8	102	15,2	305	31,5
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Recorrendo à base de dados da RBE, encontram-se ainda dois indicadores importantes da valorização da BE pelos órgãos de gestão e da articulação curricular da BE com as estruturas pedagógicas.

A referência à BE no Projecto Educativo da escola/agrupamento acontece em 66% dos casos (Quadro 5.13). Quanto à inclusão do Plano Anual da BE no Plano Anual de Actividades de Escola, a situação é mais favorável, com 89% das BE a responder positivamente. Neste último caso acentua-se a diferença entre as escolas exclusivamente de pré-escolar e 1.º ciclo face às restantes, com 78% das primeiras e 97% das segundas a declarar que o Plano Anual de Actividades da Escola inclui o Plano Anual da BE (Quadro 5.14).

Quadro 5.13 · Referência à BE no Projecto Educativo de Escola/Agrupamento (Dec. Lei 115-A/98, Cap. I, art.º 3 alínea a.)

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1088	66,2	392	58,2	696	71,8
Não	555	33,8	281	41,8	274	28,2
Total	1643	100,0	673	100,0	970	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.14 · Inclusão do Plano Anual da BE no Plano Anual de Actividades de Escola (P.A.A.)

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1466	89,2	524	77,9	942	97,1
Não	177	10,8	149	22,1	28	2,9
Total	1643	100,0	673	100,0	970	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

No relatório do inquérito de avaliação realizado às BE em 2001, pela RBE, um dos aspectos a melhorar, então identificados, era a articulação da BE com as restan-

tes estruturas educativas das escolas, no sentido do seu fortalecimento. Esse ponto parece ter vindo a melhorar, mas ainda não está completamente generalizado.

No inquérito de 2008, entre os vários itens respeitantes à actividade da BE, avaliados pelos seus responsáveis com base no conjunto dos elementos formais e informais de que a equipa dispunha, incluíam-se também alguns indicadores importantes no domínio em análise neste ponto. São eles: a articulação das actividades da BE com as da escola/agrupamento; a integração das actividades e recursos da BE com as áreas curriculares; a integração das actividades e recursos da BE com as áreas não curriculares e o envolvimento da comunidade educativa.

Os três primeiros itens são avaliados de forma bastante semelhante, com um maior valor percentual na categoria “bom”. Por sua vez, o envolvimento da comunidade educativa obtém uma avaliação relativamente menos positiva, com uma divisão quase equitativa entre o “satisfatório” e o “bom” (Quadro 5.15).

Quadro 5.15 · Avaliação de diferentes itens respeitantes à actividade da BE – Articulação das actividades da BE com as da escola/ agrupamento; Integração das actividades e recursos da BE com as áreas curriculares; Integração das actividades e recursos da BE com as áreas não curriculares; Envolvimento da comunidade educativa (%)

		Fraco	Satisfatório	Bom	Muito Bom	Total
Articulação das actividades da BE com as da escola/ agrupamento	Total (n=1540)	10,4	30,6	44,6	14,4	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=604)	12,9	26,3	43,7	17,1	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=936)	8,8	33,4	45,2	12,6	100,0
Integração das actividades e recursos da BE com as áreas curriculares	Total (n=1551)	7,1	32,8	48,1	12,0	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=606)	5,9	23,9	53,1	17,0	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=945)	7,8	38,5	44,9	8,8	100,0
Integração das actividades e recursos da BE com as áreas não curriculares	Total (n=1546)	8,6	34,9	43,8	12,7	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=602)	13,1	36,9	39,5	10,5	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=944)	5,7	33,6	46,5	14,2	100,0
Envolvimento da comunidade educativa	Total (n=1549)	14,8	38,9	36,6	9,7	100,0
	Jl, EB1, EB1/Jl (n=604)	15,7	37,4	36,6	10,3	100,0
	Escolas com 2.º/3.º/S (n=945)	14,2	39,9	36,6	9,3	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Nas entrevistas realizadas, os coordenadores das BE referem que nem sempre é fácil sensibilizar os professores para a integração dos recursos da BE nas suas práticas lectivas, para o desenvolvimento de actividades de leitura efectuadas com recurso a outros livros que não o manual escolar e para o trabalho cooperativo com a BE.

Se, por um lado, a necessidade de cumprimento dos programas curriculares é uma das justificações encontradas para um centramento na “leitura escolarizada” e no recurso ao manual, por outro lado parece ainda existir alguma resistência a uma prática efectiva de trabalho articulado e cooperativo entre professores e especificamente com o professor bibliotecário.

Os professores se calhar não têm uma prática tão efectiva de trabalho articulado (...). A escola portuguesa ainda vive de porta fechada, (...) é uma dificuldade que as bibliotecas têm, o trabalho que os coordenadores das bibliotecas têm em de facto trabalhar os processos de ensino-aprendizagem com outros parceiros, porque há receios, e eles são mútuos...

Coordenadora interconcelhia

Alguns coordenadores de BE referem também a sua sensação de que os próprios professores não sentem a necessidade de recorrer à BE, não estão sensibilizados para o recurso a outras fontes de informação e para as potencialidades que os recursos da BE podem trazer ao seu trabalho. Segundo alguns interlocutores, isto faz com que alguns professores frequentem pouco a BE, independentemente das idas a esse espaço com os alunos.

[Os professores recorrem à BE] menos do que eu gostaria. (...) A zona mais silenciosa, que nós tentamos preservar, muitas vezes tem miúdos em grupos a estudar. Um professor não se senta na mesma mesa a trabalhar com um aluno. Agora, o professor leitor... há mas é raro.

Coordenadora de BE de EB3/S

Segundo o Gabinete da RBE, é fundamental que os professores frequentem a biblioteca escolar e se habituem a utilizar os seus recursos como apoio ao desenvolvimento das actividades curriculares, fomentando também esse uso por parte dos alunos, inculcando-lhes a necessidade das fontes de informação e o seu manuseamento. Esse é um ponto ainda a potenciar.

A situação descrita anteriormente não é, contudo, generalizada. São identificados grupos de professores que visitam quotidianamente a BE – consultam livros, lêem

jornais, utilizam-na como espaço de trabalho, etc. Este é um ponto que demora algum tempo a ser concretizado, mas já se vão verificando algumas evoluções positivas.

Penso que a batalha de uma biblioteca tem que ser a nível de todos, não é só com os alunos, é com os docentes também, é fazê-los descobrir também como é que se utiliza uma biblioteca, como é que se pesquisa, para depois toda esta informação também chegar aos alunos. E acho que nessa área, a pouco e pouco, vamos conseguindo algumas vitórias. Os professores também estando mais tempo na escola passaram a utilizar muito mais a biblioteca, passaram também a requisitar algumas obras para lerem em casa. No fundo documental que temos também há obras que podem perfeitamente... não temos só literatura infanto-juvenil, temos também literatura de adultos e de apoio pedagógico.

Coordenador de BE de EB2,3

Apesar de o trabalho colaborativo e de a articulação da BE com as estruturas pedagógicas depender bastante da comunidade escolar, os coordenadores das BE têm um papel decisivo a esse nível. Os coordenadores interconcelhios referem ter sentido alguma evolução quanto ao desempenho desse papel pelo professor bibliotecário, testemunhando uma maior preocupação da sua parte em relação aos aspectos relacionados com o saber gerir a biblioteca, mas também com o procurar integrá-la no contexto global da própria escola e incluí-la num ambiente de aprendizagem. É sentida uma mutação dos serviços prestados pela biblioteca no sentido de efectivar e apoiar a concretização dos curricula.

No outro dia uma coordenadora (...) dizia-me uma coisa que nunca ninguém me tinha dito, pelo menos com o brilho que ela tinha nos olhos. Ela tinha passado anos a conjurar contra esses malvados dos professores que não utilizavam a biblioteca, que não iam à biblioteca, que não queriam os serviços dela, e finalmente não tinha mãos a medir, tinha uma clientela monumental. E porquê? Ela tinha serviços para dar aos docentes, isto é, finalmente a biblioteca tinha serviços para apoiar os professores nos curricula, tinha serviços para apoiar os professores nas áreas curriculares, não disciplinares... quando a biblioteca passou a prestar serviços à comunidade, a comunidade aceitou de bom grado esses serviços.

Coordenadora interconcelhia

Dos estudos de caso realizados transparece o esforço contínuo que tem vindo a ser desenvolvido por muitas BE, com o apoio dos técnicos da RBE e, por vezes,

também com o apoio das BM, no sentido de fomentar o reconhecimento da sua real importância pelos agentes educativos e por fomentar o trabalho em articulação com os professores da escola. Em muitos casos, como resultado desse empenho, é relatado o acréscimo da participação dos professores nas BE e do trabalho de cooperação com os seus coordenadores, assim como uma efectiva integração e institucionalização da BE no quadro da escola:

Ao longo dos anos tem-se verificado que começa a haver a sensação de que a biblioteca é da escola e não é só do coordenador.

Vereador de câmara municipal

Numa das escolas visitadas, a biblioteca foi apoiada pela RBE no âmbito de uma candidatura de mérito. Foi desenvolvido um projecto direccionado para a promoção da leitura em contexto de sala de aula, intitulado *Crescer a Ler*. Este é um exemplo de um projecto desenvolvido em articulação entre a BE e a sala de aula e que surge de um esforço da BE para fomentar a leitura no contexto da aula. O projecto, que tem por objectivos gerais formar leitores, desenvolver nos alunos competências de leitura e combater os baixos níveis de literacia, tem vindo a ser gradualmente implementado na escola, abrangendo já todas as turmas de 2.º ciclo. A aquisição de fundo documental foi proporcionada pelas verbas da RBE que possibilitaram que cada aluno das turmas abrangidas tivesse acesso a um exemplar de cada livro trabalhado.

Com o objectivo de envolver a comunidade educativa, são também desenvolvidas, noutras escolas, actividades diversas, algumas bastante originais. É exemplo disso o *Peditório de Palavras*, actividade em que foi pedido a professores, alunos, auxiliares de educação e pais/encarregados de educação que colocassem palavras num recipiente, as quais serviram posteriormente para decorar a BE.

Em algumas escolas abrangidas pelos estudos de caso, percebe-se que a BE faz, de facto, parte da escola e do seu projecto educativo. Os planos de actividades dessas escolas expressam a importância atribuída ao papel que a BE desempenha na formação dos alunos; os órgãos pedagógicos trabalham em articulação com a BE e criam actividades em conjunto; as próprias actividades da BE são planeadas a partir do projecto educativo da escola/agrupamento e dos planos curriculares de turma; o responsável pela BE participa frequentemente nas reuniões realizadas na escola. Numa das escolas, até na selecção do fundo documental a adquirir pela BE participam o Conselho Executivo e os vários departamentos disciplinares – no início do ano lectivo, o Presidente do Conselho Executivo solicita a todos os departamen-

tos que indiquem os livros e materiais que consideram ser prioritários para integrarem a colecção da BE e a própria equipa da biblioteca ausculta directamente os diferentes departamentos para ter noção das necessidades de professores e alunos, apresentando depois uma listagem de leitura recreativa e de trabalho a adquirir.

“Conquistar” a escola não é tarefa fácil para a BE. Contudo, conforme a percepção dos técnicos da RBE, a consciência dos professores em relação à importância da BE e à necessidade de desenvolvimento de um trabalho cooperativo tem vindo a evoluir positivamente. Os professores vão sentindo cada vez mais necessidade de desenvolver determinadas competências nos alunos e percebem que só o conseguirão através de um trabalho em articulação com outros professores e particularmente com a BE, o que parte também do reconhecimento da transversalidade disciplinar dessas competências.

Essa evolução positiva também é sentida pelos coordenadores interconcelhios. Contudo, têm consciência de que este domínio é precisamente aquele em que é sentida uma maior dificuldade por parte das equipas das BE, como pode ser extraído da experiência de aplicação do modelo de auto-avaliação. As maiores dificuldades das BE têm sido encontradas precisamente na articulação com o currículo e em servir como recurso para os processos de ensino-aprendizagem. A este propósito, os coordenadores interconcelhios referem o impacto positivo que a aplicação/testagem do modelo de auto-avaliação tem tido junto das BE no sentido de uma maior sensibilização dos profissionais das BE, em relação à integração curricular da BE.

O domínio A [do modelo de auto-avaliação] tem a ver com a articulação, é aquele em que as pessoas sentem mais dificuldade, não porque elas próprias não estejam sensibilizadas e queiram desenvolver trabalho, mas porque ainda têm dificuldade em encontrar um terreno propício a que esta articulação se faça da melhor maneira (...).

(...) como se procurou dar no documento uma perspectiva forte sobre a função e o trabalho da biblioteca no contexto do ensino-aprendizagem e na ligação ao currículo, à sala de aula, ao trabalho dos docentes, etc. (...), já noto outra sensibilidade em relação às questões da abertura da biblioteca ao currículo e a estas questões... uma outra abertura, que dantes (...) nem nós conseguíamos fazer passar essa mensagem.

Coordenadora interconcelhia

Os próprios professores referem resultados positivos na promoção da leitura associados à presença da BE na escola. É sentida uma mudança positiva, por alguns entre-

vistados, ao nível da dinamização de actividades de promoção da leitura nas escolas, já integradas na sua rotina, que é atribuída em grande medida à existência de BE.

Aqui como em muitas escolas este tipo de trabalho já vai sendo um hábito, por causa das BE. Acho que é uma coisa que demora muito a que os professores aceitem, mas depois torna-se uma coisa rotineira, mas uma rotina saudável.

Educadora de EB1/JI

O maior pólo que agregou isto tudo e esta evolução será a BE, porque se não houvesse isto, não teríamos esta dinâmica. É uma grande ajuda, e vai-se enriquecendo todos os anos. O ter aqui os computadores com a internet para pesquisar e os livros para requisitar...

Professora de 1.º ciclo de EB1/JI

É evidenciado no discurso de vários professores entrevistados, o papel central da BE na escola e as vantagens das suas escolas terem uma BE integrada – que, afirmam, enriquece muito o trabalho ligado ao livro e à leitura.

É o segundo ano que estou aqui e o segundo ano que estou a trabalhar integrada numa escola onde tenho uma biblioteca (...). O facto de eu ter uma biblioteca integrada aqui é muito mais enriquecedor para qualquer coisa que nós podemos fazer com os miúdos.

Educadora de EB1/JI

A escola sem a biblioteca não vive! Há uma envolvência muito grande. É um suporte fabuloso e acho que escolas que não tenham uma boa biblioteca, ou mesmo uma menos boa, são escolas muito pobres. Há uma dinamização muito grande. (...) Está lá sempre que nós queremos e precisamos, faz parte da dinâmica da escola, não é nada à parte.

Professora de 1.º ciclo de EB1/JI

O papel da BE é bastante valorizado pelos professores como suporte ao trabalho de sala de aula e como promotor de uma dinâmica de promoção da leitura na escola, sendo, portanto, considerada uma mais-valia. O coordenador da BE acaba por ser um pouco o motor de lançamento de muitas das ideias e iniciativas que se desenvolvem ao nível da leitura nas escolas.

Esta professora exprime a importância que o coordenador da BE adquire na sua escola, funcionando como um elo entre os professores, no sentido da sua integração num trabalho conjunto e como veículo de informação entre eles:

É muito fácil cair no individualismo na escola. A figura da coordenadora da BE é muito importante, até como veículo de informação, ela faz a ponte entre os professores. (...) Digamos que é o espaço em comum de todas nós.... Mesmo em termos físicos, de facto as salas são compartimentadas, e portanto ali é um espaço dividido por todos e ela faz a articulação (...), acaba por ser uma figura comum a toda a gente. E ela conhece os miúdos todos pelo nome.

Professora de 1.º ciclo de EB1/JI

O coordenador pode apoiar e orientar o trabalho de sala de aula do professor, aconselhando a utilização de determinados recursos documentais. Nalguns casos, os próprios professores solicitam o apoio do coordenador para, por exemplo, pesquisar e disponibilizar bibliografia adequada à abordagem dos temas curriculares ou para a criação de determinados materiais.

A coordenadora [da BE] quando é um tema que vamos explorar, ela se calhar sabe, tem uma visão mais geral dos livros, dos recursos que podemos utilizar, e se calhar acaba por orientar o professor, acaba por ser uma mais-valia.

Professora de 1.º ciclo de EB1

Às vezes acontece que se começa um trabalho na BE, as professoras vão para a sala e vão dando continuidade, na semana seguinte levam o que já foi feito e vai-se continuando e o trabalho acaba por ir e vir sempre em articulação entre as duas, biblioteca-sala de aula.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Nalgumas escolas visitadas, percebe-se existir, de facto, uma rotina de trabalho ligada à BE. Os professores recorrem frequentemente a esse espaço para desenvolverem actividades em articulação com o trabalho curricular e de sala de aula, aproveitando o apoio do coordenador da BE e os recursos materiais que lá se encontram.

Essencialmente no caso do 1.º ciclo, por as crianças serem menos autónomas, foi introduzida uma forma de utilização da BE em que existe uma calendarização que estipula geralmente uma hora semanal, dentro do horário lectivo, em que cada professor pode levar os seus alunos à biblioteca. Nessa hora são desenvolvidas várias

actividades, nomeadamente a leitura de contos, a elaboração de trabalhos de exploração das leituras, o visionamento de vídeos e DVD relacionados com temas ou leituras que estejam a ser trabalhados na turma, ou pesquisas na internet. Há uma forte participação dos coordenadores das BE na dinamização das actividades que lá ocorrem, em articulação com os professores de sala de aula.

Os coordenadores interconcelhios sentem uma evolução positiva relativamente às actividades desenvolvidas na BE, no contexto do 1.º ciclo:

Aquilo que eu noto, e por isso é que estava a dizer que o 1.º ciclo devido a esta orgânica sai beneficiado, é que há uma tendência para que essa hora de ida à biblioteca tenda a diversificar-se, e portanto não seja só a hora do conto. E aquilo que eu constato em muitas bibliotecas do 1.º ciclo que acompanho é que há de facto um esforço no sentido de fazer também outro tipo de trabalhos, de investigação, de pesquisa, de apoiar as áreas-projecto, os meninos vão à internet, e portanto já não é só a promoção da leitura, a leitura recreativa, a leitura literária e a hora do conto...

Coordenadora interconcelhia

As BE procuram dar um apoio especial aos projectos curriculares de turma, em relação às várias áreas disciplinares e integrá-la nos processos de ensino-aprendizagem. Tem havido já uma evolução e um trabalho em relação às áreas curriculares. É referido o exemplo de uma BE que trabalha activamente com os cursos profissionais para a produção de relatórios finais de estágio e para um conjunto de matérias que até aí estavam, em certa medida, confinadas à sala de aula e que passaram a ser trabalhadas em articulação com a biblioteca.

Por outro lado, o surgimento das áreas curriculares não disciplinares, como o Estudo Acompanhado ou a Área-Projecto, vieram fomentar o trabalho com a BE. A BE tem vindo a integrar-se no plano de ocupação plena dos tempos escolares.

Se determinada turma está a trabalhar sobre um determinado tema, nós fazemos uma pesquisa bibliográfica e fazemos uma pequena feira temática. Os livros que estão aí sobre Alcântara, sobre os jardins, por exemplo. E eles depois vêm aqui e pesquisam, portanto há sempre essa ponte entre a pesquisa feita aqui e a parte curricular. Damos grande apoio à Área-Projecto. Por exemplo, está definido um tema e nós logo no início do ano definimos uma bibliografia referente a esse tema e disponibilizamos numa prateleira tudo o que há, de CD, DVD, música, livros, filmes. E então eles fazem toda essa pesquisa aqui na biblioteca.

(...) Eu faço questão de que a biblioteca seja aqui o cruzamento do ensino-aprendizagem levado ao expoente máximo. Portanto, tudo o que é Área-Projecto, o Programa Eco-Escolas, por exemplo, os projectos curriculares que se cruzam por aqui, a parte de pesquisa de material, de recolha de livros, passa sempre por aqui.

Coordenadora de BE de EB2,3

Como referem os técnicos do Gabinete RBE, as BE têm de se ajustar ao funcionamento das escolas e têm de se ir adaptando às mudanças que nelas ocorrem. As recentes alterações curriculares promovidas pelo Ministério da Educação referentes às aulas de substituição e de Estudo Acompanhado, bem como à Área de Projecto, alteraram os padrões de utilização das bibliotecas escolares. O espaço da biblioteca é utilizado para aulas, sessões de estudo ou de pesquisa, nestes âmbitos. A BE funciona aqui como uma oficina de trabalho. Ela pode ser o espaço ideal para testar e trabalhar a autonomia na busca de informação e o desenvolvimento da avaliação crítica dessa mesma informação, no âmbito dessas áreas não disciplinares.

A BE é também frequentemente utilizada para expor trabalhos desenvolvidos pelos alunos em sala de aula, nas várias áreas disciplinares. Refira-se também que, nalgumas escolas abrangidas pelos estudos de caso, para além das idas à BE com os professores, os alunos são também incentivados por eles a deslocar-se lá autonomamente e a fazer a requisição de livros, como foi já referido no primeiro ponto deste capítulo.

Na opinião da coordenadora citada de seguida, o trabalho desenvolvido pela BE acaba por se reflectir em professores e alunos e também nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. A prática da leitura na sua escola tem entrado na rotina lectiva dos professores e estes têm aderido também, por influência da BE, a novas modalidades de promoção e exploração da mesma, mais atractivas para os alunos, o que acaba por contribuir para o incremento do gosto deles pela leitura.

Penso que a BE na escola tem cumprido e tem feito o mais possível. (...) E é gratificante quando eu passo nalgumas salas e vejo que a professora está a contar uma história, está a ler uma história com eles, e já não está com eles sentados nas mesas e nas cadeiras com o livro ali à frente como antigamente... que até já arranjam uma manta e estão lá sentadas no chão com eles e com os livros. (...) Eu tenho dito aos alunos que devem ler onde quiserem e onde se sentirem bem, não deve haver aquela rigidez... E todo o trabalho que vai sendo feito na BE acaba por se reflectir na escola toda.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Refere-se, porém, que o trabalho entre os professores e o coordenador da BE pode ser dificultado se não houver uma continuidade. A não existência de um professor a tempo inteiro, na BE, pode constituir um obstáculo a uma articulação mais consolidada entre os diversos intervenientes.

É difícil dar continuidade ao trabalho que se está a fazer, para haver uma certa sequência... Nota-se muito a diferença entre quando estava a tempo inteiro e quando ficou com recursos partilhados. Quando a coordenadora estava cá a tempo inteiro, aí sim funcionava melhor, havia um trabalho mais organizado.

Professora de 1.º ciclo de EB1

Nos dois anos que estive a tempo inteiro na BE trabalhei muito mais com alunos e professores (...). Estou satisfeita, mas às vezes sinto que fico aquém daquilo que poderia ir e sinto que os professores também. Depois o facto de não haver um auxiliar a tempo inteiro aqui, naquela questão até de requisição de livros, de quando eu não estou poder até dar uma ajuda... Antes acabava a BE por ter mais vida, ser mais utilizada.

Coordenadora de BE de EB1

De qualquer forma e apesar das dificuldades ainda sentidas, a evolução positiva neste domínio é reconhecida por todos os agentes, os quais são unânimes em considerar como decisivo o papel que a BE deve assumir na articulação com as estruturas pedagógicas e os docentes.

As bibliotecas escolares e as comunidades locais

Relação das bibliotecas escolares com as bibliotecas municipais, as câmaras municipais e outras entidades

Segundo dados do inquérito RBE às bibliotecas da Rede, aplicado em 2008, o trabalho em parceria destas com outros organismos é relativamente generalizado. Registam-se, a este respeito, 84% de respostas positivas (Quadro 5.16).

O principal parceiro identificado pelas BE é a biblioteca municipal – 88% das bibliotecas escolares trabalham com bibliotecas municipais, sendo que, no caso dos JI e EB1, o valor percentual é mesmo de 92%. Seguem-se a câmara municipal, a associação de pais, a junta de freguesia, associações culturais e recreativas, museus, empresas e serviços públicos – embora nos três últimos casos não cheguem a 10% as BE que indicam trabalhar em parceria com estas entidades (Quadro 5.17).

A relação privilegiada das BE de 1.º ciclo com a biblioteca municipal foi uma das conclusões do inquérito aplicado às BE da Rede em 2001, e que, como se pode verificar, persiste em 2008. Contudo, actualmente, a diferença entre os níveis de ensino já não é tão significativa como era na altura. As BE de escolas de 2.º, 3.º ciclos e secundário que indicavam manter relação com as bibliotecas públicas, em 2001, eram cerca de 63%, enquanto em 2008 eram já 85% as que indicavam trabalhar em parceria com elas.

Quadro 5.16 · BE que trabalham em parceria com outros organismos

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1374	83,9	600	89,4	774	80,0
Não	264	16,1	71	10,6	193	20,0
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.17 · Parceiros das BE (outros organismos)

		Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
		n	%	n	%	n	%
Câmara Municipal	Sim	798	58,1	415	69,2	383	49,5
	Não	576	41,9	185	30,8	391	50,5
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Biblioteca Municipal	Sim	1213	88,3	553	92,2	660	85,3
	Não	161	11,7	47	7,8	114	14,7
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Empresas	Sim	86	6,3	31	5,2	55	7,1
	Não	1288	93,7	569	94,8	719	92,9
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Serviços públicos	Sim	64	4,7	28	4,7	36	4,7
	Não	1310	95,3	572	95,3	738	95,3
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Museus	Sim	129	9,4	52	8,7	77	9,9
	Não	1245	90,6	548	91,3	697	90,1
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Junta de freguesia	Sim	358	26,1	221	36,8	137	17,7
	Não	1016	73,9	379	63,2	637	82,3
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Associação de pais	Sim	468	34,1	211	35,2	257	33,2
	Não	906	65,9	389	64,8	517	66,8
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Associações culturais e recreativas	Sim	188	13,7	77	12,8	111	14,3
	Não	1186	86,3	523	87,2	663	85,7
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

As parcerias desenvolvidas com as entidades indicadas passam principalmente por actividades de animação pedagógica e cultural, apoio técnico e partilha de recursos (principalmente nos JI e EB1) e, ainda, divulgação de informação. Entre as actividades assinaladas por menos de 50% das BE, surgem a formação, o desenvolvimento de literacias (TIC, informação, leitura, visual, etc.) e a publicação (Quadro 5.18).

Quadro 5.18 · Actividades desenvolvidas pelas BE em parceria com outros organismos

		Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
		n	%	n	%	n	%
Partilha de recursos	Sim	907	66,0	438	73,0	469	60,6
	Não	467	34,0	162	27,0	305	39,4
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Formação	Sim	611	44,5	267	44,5	344	44,4
	Não	763	55,5	333	55,5	430	55,6
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Informação	Sim	877	63,8	365	60,8	512	66,1
	Não	497	36,2	235	39,2	262	33,9
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Apoio técnico	Sim	909	66,2	479	79,8	430	55,6
	Não	465	33,8	121	20,2	344	44,4
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Actividades de animação pedagógica e cultural	Sim	975	71,0	437	72,8	538	69,5
	Não	399	29,0	163	27,2	236	30,5
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Desenvolvimento de literacias (TIC, informação, leitura, visual, ...)	Sim	391	28,5	171	28,5	220	28,4
	Não	983	71,5	429	71,5	554	71,6
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0
Publicações	Sim	221	16,1	101	16,8	120	15,5
	Não	1153	83,9	499	83,2	654	84,5
	Total	1374	100,0	600	100,0	774	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Também nos estudos de caso, mereceram referências positivas as colaborações com as bibliotecas públicas municipais, designadamente com os seus serviços de apoio às bibliotecas escolares (SABE). A articulação com a BM é vista como enriquecedora do trabalho desenvolvido na BE. A relação de proximidade das BE com as bibliotecas municipais começa a ser indiscutível, referem os coordenadores interconcelhios.

O que eu noto na minha área em relação a esta colaboração com as bibliotecas municipais é que de facto já não é só essa questão do tratamento técnico do catálogo, sempre houve um trabalho relativamente próximo ao nível da animação da leitura, e noto que agora é um trabalho mais sistemático, organizado, planeado. Eu de há dois anos a esta parte comecei a ver no início do ano as bibliotecas municipais a reunirem-se com as BE para acertarem planos de actividades (...). Os escritores vêm, (...) e quando o escritor vem com um programa, ou as turmas vão à biblioteca municipal ou o escritor faz uma ronda pelas BE (...). Acho que temos feito progressos também quanto aos grupos concelhios, nos concelhos onde se pode trabalhar com a biblioteca municipal e o bibliotecário, onde há sensibilidade para isso.

Coordenadora interconcelhia

São mencionadas actividades e projectos educativos das BM, relacionados com a promoção da leitura, direccionados especialmente para o público escolar.

Um exemplo é o Projecto de Animação Comum das Bibliotecas Escolares, promovido pelo SABE de uma BM visitada. Todos os anos a biblioteca promove um escritor junto das BE e a obra desse escritor é trabalhada nas suas escolas. Sempre que possível, o projecto culmina com um encontro dos alunos com o autor e com uma exposição, na BM, dos trabalhos desenvolvidos por eles. Foi transmitida a convicção, por parte dos interlocutores desta BM, que a cooperação com as escolas e as BE é uma forma decisiva de ganhar leitores e utilizadores da BM e asseguram que os resultados têm sido positivos:

Esta ligação da BM às escolas é estratégica para nós em termos de ganhar público leitor, criar leitores, mas também ganhar utilizadores da BM, e tem resultado muito bem. (...) Por exemplo, naquela questão do projecto de animação comum que culmina com uma exposição dos trabalhos dos alunos na BM, muitas vezes ao sábado, no dia das famílias, até porque a BM está inserida num jardim que é muito procurado para convívio familiar, há muitos meninos que trazem os pais para verem os trabalhos que fizeram.

Responsável de SABE

O referido Projecto de Animação Comum das Bibliotecas Escolares prevê também uma criação comum a todas as BE. Trata-se de um trabalho que percorre todas as escolas, inicia-se numa e vai sendo continuado nas outras. A adesão das escolas tem sido bastante grande.

O ano passado fazíamos um texto poético e a última frase era enviada para a escola seguinte, e elas, a partir do último verso, continuavam. Este ano escolhemos um livro de poesia (...) que acompanhava um baú que ia de escola em escola, e a primeira escolhia uma poesia, terminava-a com um verso de uma outra poesia que existia nesse livro, e a escola seguinte tinha de ir ao livro descobrir qual era aquela poesia e criar uma outra (...).

Coordenadora de BE de EB1/JI

Uma outra actividade que as BM indicam desenvolver em articulação com as BE é o encontro com escritores. Esta é uma iniciativa que a BM tem maior capacidade de promover do que as escolas ou as BE. Nas BE encontra públicos para essa actividade e é lá que decorrem muitas vezes esses encontros.

Foi também referido pelos interlocutores dos estudos de caso que, em determinadas ocasiões, os próprios técnicos das BM se deslocam às BE para promover actividades, como animações de leitura.

Para além da dinamização e promoção de actividades, as BM concedem ainda habitualmente apoios de outra índole, através do SABE. Prestam apoio às escolas na elaboração das suas candidaturas à RBE. E, caso estas sejam bem sucedidas, uma vez integradas na Rede, as escolas contam frequentemente com o apoio técnico do SABE, ao nível do planeamento funcional da biblioteca, da selecção do mobiliário e do fundo documental, de forma a garantir que a instalação da BE seja feita de acordo com as exigências de um serviço desse tipo.

Para além disso, nalguns casos, o SABE tenta acompanhar continuamente o trabalho que é desenvolvimento nas BE, ao nível do seu funcionamento e dinamização. São realizadas reuniões periódicas que contam com a presença dos técnicos do SABE e dos coordenadores das BE, assim como, também, por vezes, de elementos dos departamentos de educação das Câmaras e das DRE e de coordenadores inter-concelhios da RBE.

Foi ainda referido o apoio dos SABE na divulgação de actividades realizadas pelas BE. Assim como, nalguns casos, a disponibilização dos recursos documentais das BM para requisição pelas escolas/BE com prazos alargados de entrega ou mesmo para itinerância entre elas. Numa BM incluída nos estudos de caso, por exemplo, existe um projecto de itinerância de livros pelas escolas, *Livros Andarilhos* – é seleccionado um conjunto de obras, todas subordinadas a um tema, que é colocado num saco de pano, para ser depois trabalhados nas escolas; para tal, cada saco é acompanhado de um dossier com fichas de leitura, sugestões de formas de trabalhar com os alunos e orientações para os professores.

No inquérito RBE aplicado em 2008, 51% das BE declararam que a biblioteca municipal empresta fundos documentais para circulação entre as escolas do agrupamento (Quadro 5.19).

Quadro 5.19 · Empréstimo de fundos documentais pela biblioteca municipal para circulação entre as escolas do agrupamento

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	688	51,0	353	51,1	335	50,8
Não	662	49,0	338	48,9	324	49,2
Total	1350	100,0	691	100,0	659	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Os SABE apoiam ainda as BE no tratamento documental dos seus fundos, catalogando-os ou dando orientação técnica a esse nível e formação em biblioteconomia. A formação é uma componente indicada por algumas BM, que promovem acções de formação dirigida a coordenadores e funcionários das BE e professores em geral, enquanto mediadores de leitura.

A criação de uma base de dados concelhia, um catálogo colectivo com os fundos de todas as bibliotecas do concelho, é também um projecto que tem vindo a ser desenvolvido crescentemente e que tem contado com a iniciativa ou o apoio das BM. Segundo o Gabinete Coordenador do Programa RBE, a constituição destes catálogos concelhios agrega esforços em seu redor, sendo um factor de coesão particularmente entre as BM e as BE.

A criação destas bases de dados concelhias constitui ainda um propósito e um desafio para algumas BM. Os seus bibliotecários identificam os elevados custos deste projecto como o principal obstáculo à sua concretização.

Algumas bibliotecas públicas e autarquias destacam o seu papel pioneiro no incentivo à criação de BE, enquanto um recurso educativo fundamental, e na prestação de apoio às mesmas. Em alguns concelhos, os serviços de apoio às bibliotecas escolares têm vindo a reforçar-se ao longo do tempo, o que se reflecte no aumento do número de técnicos afectos a esse serviço, incumbidos de estabelecer a ligação entre a BM e as BE do concelho. A existência da BM e do SABE é considerada determinante para um apoio estruturado e contínuo às BE.

O SABE tem prestado apoio às BE (...). Nós trabalhamos com as BE desde 1992, ainda nem havia SABE criados nem gabinetes da Rede, e [neste concelho] já se tinha a perspectiva de futuro de que se tinha de incentivar a BE como recurso

educativo. (...) Este foi um dos concelhos que arrancou com as BE, é um dos que está mais dentro deste conceito.

Responsável de SABE

A biblioteca municipal é a mãe, assim como o SABE e as bibliotecas escolares são determinantes no apoio à leitura. Antes de haver grandes bibliotecas havia aquilo que se chamava os apoios às bibliotecas nas escolas, os incentivos à leitura. Aí fomos pioneiros. Eu tenho 20 anos de autarquia e há 14 anos que andamos a criar aquilo a que se chama núcleos de leitura nas escolas. Ainda não tínhamos a biblioteca. Eu acho que agora as escolas têm apoios técnicos, têm orientação. O próprio SABE vai subir em visibilidade, ou seja, o apoio às BE, com o aparecimento da BM, deixou de ser uma coisa solta, tem uma lógica interna e pressupõe objectivos. O nível que nós vemos hoje na abordagem técnica da BE, subiu de patamar também porque existe uma biblioteca central!

Directora do Departamento Sócio-Cultural de CM

Contudo, a relação entre as BE e as BM poderá ser, nalguns casos, problemática. A Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) entende ser variável o tipo de relação mantida entre elas. Existem diferentes dinâmicas locais.

A distância geográfica, maior ou menor, entre as bibliotecas da rede de leitura pública e as escolas/BE é um factor também referido como podendo ser potenciador ou inibidor do desenvolvimento de uma relação de trabalho entre elas.

No que concerne às câmaras municipais, constatou-se, através das visitas efectuadas no âmbito dos estudos de caso, que estas têm vindo a apoiar as bibliotecas escolares de uma forma mais directa, para além do apoio da BM – embora as dinâmicas variem entre autarquias. Esse apoio passa, por exemplo, pelo incentivo e ajuda à criação dessas estruturas nas escolas – são feitas, por exemplo, intervenções pela Câmara quando o espaço físico das escolas é limitado para acolher a BE, no sentido de criá-lo ou adaptá-lo (no caso das escolas que estão sob a sua alçada – as de 1.º ciclo e, actualmente, os centros escolares) –, ou pelo apetrechamento de outras BE já existentes, pela atribuição de recursos financeiros, em geral, para a actualização e expansão dos seus fundos documentais ou para a aquisição de software bibliográfico. As CM apoiam ainda logisticamente, nalguns casos, projectos de rede de bibliotecas escolares, quando estes existem, ou outras iniciativas das BE, para além de todo o suporte que é dado directamente pelas BM.

A relação entre as BE e as BM é estimulada pelas câmaras municipais, percepcionando-se que essa cooperação resulta em benefícios para a população

dos seus concelhos. As próprias autarquias promovem também, por vezes, programas de promoção da leitura que envolvem as BM e as BE.

São referidos alguns casos em que as juntas de freguesia apoiam as BE em termos logísticos ou financeiros, com vista à consecução de actividades, como a ida de escritores às escolas ou à aquisição de determinados materiais. Nalguns casos, também as Associações de Pais apoiam as BE, oferecendo livros ou disponibilizando verbas para desenvolvimento de actividades.

Poucas escolas referem, nos estudos de caso, o apoio de outros organismos que não os já mencionados. Contudo, são de salientar colaborações com universidades e empresas de informática, principalmente relacionadas com o desenvolvimento de acções de formação e com a execução de bases de dados colectivas dos seus fundos documentais.

Relação com outras escolas, bibliotecas escolares e redes

Ao nível da relação entre BE, importa sublinhar a existência de redes de bibliotecas escolares concelhias. A RBE está actualmente a motivar os concelhos para a criação destas redes de bibliotecas (escolares, mas também públicas e outras), envolvendo a criação de um portal e de um catálogo concelhio. Foram já criadas redes em 17 concelhos. Apesar de não pretender retirar identidade a redes previamente existentes, nem impedir formas de funcionamento que já estejam cimentadas, o projecto da RBE para as redes de BE concelhias requer a adopção de alguns procedimentos mínimos, comuns a todas as redes.

A Rede de Bibliotecas Escolares do Porto (RBEP) é um exemplo de uma rede de bibliotecas já integrada no projecto das Redes Concelhias da RBE. A RBEP é um projecto que nasceu no âmbito de uma acção de formação e que foi criado com o objectivo de disponibilização de uma plataforma informática que se pretendia viesse a ser “alimentada”, ao longo dos anos, com o acervo documental das BE. Trata-se de um catálogo *online* através do qual cada escola da cidade do Porto pode ir inserindo os fundos documentais das suas bibliotecas. A disponibilização de um catálogo deste género permite a rentabilização de custos, facilita o empréstimo de fundo documental interbibliotecas e permite o acesso a ele de toda a comunidade.

Este projecto foi efectivado em 2005, com a cooperação da Câmara Municipal do Porto, que disponibilizou um servidor para o alojamento da base de dados. O projecto conquistou também muitas escolas de diferentes níveis de ensino e actualmente o site da RBEP já não alberga só o acervo documental das escolas do concelho do Porto mas começa também a alargar-se às escolas do distrito. Também a BM Almeida Garrett (Porto) disponibilizou o seu catálogo no site da RBEP, não só

para consulta, para possibilitar o empréstimo, mas também para apoiar os professores na catalogação dos fundos documentais das suas bibliotecas escolares, possibilitando que estes utilizem a informação, já catalogada, dos registos comuns.

Este é apontado como um projecto inovador e que trouxe muitas vantagens às BE do Porto. É um exemplo de uma boa prática que nasceu de uma iniciativa de professores e coordenadores de BE, face a uma necessidade sentida pelos próprios e que contou com o apoio da Câmara e da BM.

Alguns dos mentores desta iniciativa estão agora a colaborar com a RBE, no sentido de apoiar a construção de catálogos concelhios noutras localidades. O Gabinete da RBE refere a este propósito o objectivo de, a partir dos catálogos concelhios, construir o catálogo colectivo de todas as bibliotecas escolares. A inexistência de uma base de dados colectiva dos fundos documentais das BE é um aspecto também mencionado por alguns interlocutores dos estudos de caso, na opinião dos quais essa seria uma ferramenta de grande utilidade. Têm sido recentemente dados importantes passos pela RBE neste sentido, com a disponibilização de um servidor para alojar os catálogos em linha das BE e com a elaboração de um plano de acção para a criação de catálogos colectivos.

Como já referido, existem actualmente 17 redes concelhias que implicam a disponibilização de catálogos concelhios. Para além destes, existem actualmente 281 catálogos de bibliotecas em linha. Estes catálogos estão disponíveis no sítio da RBE e somam, no seu conjunto, mais de um milhão de registos. A colocação dos catálogos em linha permite que as bibliotecas escolares disponibilizem em todos os computadores da escola, com ligação à internet, o acesso ao catálogo. Para além de contribuir para melhorar a acessibilidade ao catálogo e também a gestão do fundo documental entre escolas, pretende-se facilitar a catalogação dos documentos, uma vez que os registos estão disponíveis para exportação/importação por outras BE. De Janeiro a Maio de 2009, a média de acessos mensais aos catálogos em linha foi de cerca de 15 mil.

Outras redes têm surgido, sem que estejam associadas à criação de catálogos colectivos, enquanto grupos de trabalho de BE a nível concelhio. É exemplo o Grupo de Trabalho das Bibliotecas Escolares do Concelho de Setúbal (GTBECS), o qual não está ainda integrado formalmente no Projecto das Redes Concelhias da RBE, mas que está a ser contactado nesse sentido.

O GTBECS, criado em 1992, é um grupo de trabalho que se assume como um espaço de cooperação e troca de experiências entre as bibliotecas escolares do concelho de Setúbal e destas com a biblioteca pública municipal. Esta cooperação e troca de experiências passa pela realização de reuniões mensais, em que participam os professores responsáveis das BE de cada escola do concelho de Setúbal, dois

elementos do SABE e um representante da RBE. Por vezes, marcam também presença uma representante da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Setúbal, um responsável pelas bibliotecas da parte da DREL e os responsáveis dos centros de formação de professores. Nas reuniões do GTBECS são discutidos vários assuntos respeitantes às BE e partilham-se ideias, experiências e materiais.

Uma das iniciativas do GTBECS é a organização da Feira de Bibliotecas Escolares do Concelho de Setúbal, cuja primeira edição foi realizada em 2004. Esta feira foi criada para chamar a atenção da importância da BE enquanto recurso educativo e para promover a partilha entre escolas através de uma mostra de materiais e trabalhos feitos nas diversas BE. No âmbito da feira decorrem ainda várias actividades de animação, dinamizadas por alunos para outros alunos, sendo esta também uma forma de cada escola partilhar com outras o trabalho que é realizado “dentro de portas”. A responsável do SABE da BM de Setúbal menciona a adesão muito positiva das BE e das escolas a esta iniciativa. Várias turmas participam nela e vão visitá-la e as opiniões são positivas.

Para além das relações estabelecidas no âmbito destas redes concelhias (e também do SABE, como já referido anteriormente), é de destacar a relação com os coordenadores interconcelhios da RBE. O apoio das apelidadas “andorinhas” é bastante sublinhado pelos professores bibliotecários. Esse acompanhamento é avaliado como muito positivo. Trocam-se ideias e informação, esclarecem-se dúvidas, são dadas orientações e sugestões para melhorar o funcionamento das BE, é fornecida ajuda na elaboração dos seus planos de actividades, etc.

A presença dos coordenadores interconcelhios faz sentir às equipas das BE uma proximidade em relação à RBE. Eles fazem a ponte entre as BE e o Gabinete da Rede. A montante, crê-se que o papel dos coordenadores interconcelhios tem contribuído para a criação de uma visão diferente da importância da BE na escola e para a sua legitimação nesse quadro, assim como para o fomento da relação com outros organismos, como a BM ou a CM, pelos contactos directos que estas “andorinhas” estabelecem no terreno.

É também reconhecido o trabalho da RBE na criação de outros instrumentos que visam o envolvimento e a troca de experiências entre BE, como a newsletter ou o blogue RBE. O sítio da RBE na internet é também considerado um recurso importante, onde são disponibilizadas orientações, guias, materiais úteis e onde são divulgadas boas práticas.

Eu acho que neste momento está a haver uma tentativa, e acho que está a ser bem conseguida, de estarem mais próximos das bibliotecas e em contacto com

as bibliotecas (...). Portanto, não sentimos que estão lá distantes no Gabinete e nós aqui nas escolas, quer dizer, sem termos apoio nenhum. Portanto, acho que o apoio e as medidas que têm tomado nesse sentido têm vindo a melhorar.

Coordenadora de BE de EB2,3

No que concerne à relação das BE com outras escolas e/ou Centros de Formação das Associações de Escolas, os dados do inquérito RBE de 2008 apontam para o estabelecimento de um trabalho de parceria em cerca de 81% das BE (Quadro 5.20). Os principais parceiros a este nível são as escolas do agrupamento – indicadas por 96% das BE do pré-escolar e 1.º ciclo e por 75% das BE dos restantes níveis de ensino (Quadro 5.21).

Quadro 5.20 · BE que trabalham em parceria com outras escolas e/ou Centros de Formação das Associações de Escolas

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1321	80,6	577	86,0	744	76,9
Não	317	19,4	94	14,0	223	23,1
Total	1638	100,0	671	100,0	967	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.21 · Parceiros das BE (outras escolas e/ou Centros de Formação das Associações de Escolas)

		Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
		n	%	n	%	n	%
Escolas do agrupamento	Sim	1113	84,3	556	96,4	557	74,9
	Não	208	15,7	21	3,6	187	25,1
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0
Outras escolas próximas	Sim	427	32,3	137	23,7	290	39,0
	Não	894	67,7	440	76,3	454	61,0
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0
Centro de formação de associação de escolas	Sim	331	25,1	95	16,5	236	31,7
	Não	990	74,9	482	83,5	508	68,3
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

As colaborações consistem essencialmente na partilha de recursos, na troca de informação e no desenvolvimento conjunto de actividades de animação pedagógica e cultural. Seguem-se o apoio técnico, o desenvolvimento de literacias (TIC, informação, leitura, visual, etc.), a formação e, por último, as publicações (Quadro 5.22).

Quadro 5.22 · Actividades desenvolvidas pelas BE em parceria com outras escolas e/ou Centros de Formação das Associações de Escolas

		Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
		n	%	n	%	n	%
Partilha de recursos	Sim	1146	86,8	538	93,2	608	81,7
	Não	175	13,2	39	6,8	136	18,3
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0
Formação	Sim	508	38,5	170	29,5	338	45,4
	Não	813	61,5	407	70,5	406	54,6
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0
Informação	Sim	989	74,9	426	73,8	563	75,7
	Não	332	25,1	151	26,2	181	24,3
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0
Apoio técnico	Sim	635	48,1	300	52,0	335	45,0
	Não	686	51,9	277	48,0	409	55,0
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0
Actividades de animação pedagógica e cultural	Sim	887	67,1	389	67,4	498	66,9
	Não	434	32,9	188	32,6	246	33,1
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0
Desenvolvimento de literacias (TIC, informação, leitura, visual, ...)	Sim	557	42,2	239	41,4	318	42,7
	Não	764	57,8	338	58,6	426	57,3
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0
Publicações	Sim	249	18,8	110	19,1	139	18,7
	Não	1072	81,2	467	80,9	605	81,3
	Total	1321	100,0	577	100,0	744	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Ainda segundo a base de dados RBE, em 58% das BE prevê-se no Regulamento Interno (RI) o empréstimo de documentos entre escolas do agrupamento (Quadro 5.23). Já a referência no RI das BE à articulação entre as equipas das diferentes bibliotecas do agrupamento ocorre apenas em 26% dos casos (Quadro 5.24). Dentro destes, mais de 80% afirmam existir circulação de fundos entre as bibliote-

cas e serem realizadas reuniões regulares para planificação de actividades e perto de 40% realizam reuniões periódicas para preparar o Conselho Pedagógico (Quadros 5.25, 5.26 e 5.27).

Quadro 5.23 · BE cujo Regulamento Interno (RI) prevê o empréstimo de documentos entre escolas do agrupamento

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	785	58,1	371	53,7	414	62,8
Não	565	41,9	320	46,3	245	37,2
Total	1350	100,0	691	100,0	659	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.24 · BE cujo Regulamento Interno (RI) refere a articulação entre as equipas das diferentes bibliotecas no agrupamento

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	348	26,2	205	30,5	143	21,8
Não	981	73,8	468	69,5	513	78,2
Total	1329	100,0	673	100,0	656	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.25 · Circulação de fundos entre as bibliotecas (base: BE cujo RI refere a articulação entre as equipas das diferentes bibliotecas no agrupamento)

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	282	81,0	169	82,4	113	79,0
Não	66	19,0	36	17,6	30	21,0
Total	348	100,0	205	100,0	143	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.26 · Realização de reuniões periódicas para planificação de actividades (base: BE cujo RI refere a articulação entre as equipas das diferentes bibliotecas no agrupamento)

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	296	85,1	179	87,3	117	81,8
Não	52	14,9	26	12,7	26	18,2
Total	348	100,0	205	100,0	143	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Quadro 5.27 · Realização de reuniões periódicas para preparar o Conselho Pedagógico (base: BE cujo RI refere a articulação entre as equipas das diferentes bibliotecas no agrupamento)

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	135	38,8	85	41,5	50	35,0
Não	213	61,2	120	58,5	93	65,0
Total	348	100,0	205	100,0	143	100,0

Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008.

Os interlocutores dos estudos de casos referiram precisamente que começam a surgir projectos de articulação entre as BE ao nível do agrupamento escolar. Segundo uma das coordenadoras entrevistadas, tem-se tentado promover mais recentemente essa articulação entre as BE, também por via do PNL, da RBE e das redes de bibliotecas escolares concelhias. A existência de um catálogo online com o fundo documental de todas as BE do concelho ajuda a promover um maior aproveitamento e partilha desse fundo. Apesar de a entrevistada encarar esta plataforma como uma mais-valia para as BE, reconhece que o caminho de articulação proposto – nomeadamente a utilização da BE do agrupamento por outras escolas que o integram e o trabalho de articulação entre elas – ainda demorará algum tempo a percorrer, embora acredite venha a dar os seus frutos.

Temos dentro do possível tentado articular e que se consiga fazer aquilo que hoje é pretendido, que a BE seja a BE do agrupamento, muito embora seja constituída por pólos diferentes, mas que se faça um trabalho de articulação. (...) Essa ideia da BE do agrupamento está a surgir agora a nível de bibliotecas, também tem a ver com o PNL, a nível da RBE e da RBEP. (...) A ideia é existir essa utilização recíproca, que está agora a começar... (...) É um trabalho que ainda é preciso limar, tem de ir aos bocadinhos, com persistência.

Coordenadora de BE de EB1/JI

No agrupamento em que está integrada, por exemplo, existem três BE. Duas escolas, contudo, não possuem esta infraestrutura, mas têm acesso ao fundo documental das restantes. Todavia, não é frequente a sua utilização recíproca. A deslocação é um dos constrangimentos identificados, assim como a existência de escolas de ciclos diferentes no agrupamento.

Também os coordenadores interconcelhios indicam a existência de constrangimentos em relação à circulação dos fundos entre BE do agrupamento e ao empréstimo inter-bibliotecas, sendo este um aspecto a melhorar.

A este nível, é necessário que a BE da escola sede defina uma política documental para o agrupamento, tendo em consideração todos os níveis de ensino nele existentes e auscultando as necessidades de cada escola, permitindo a rentabilização de custos. A lógica que o Programa RBE pretende implementar é cada vez mais a da BE como uma estrutura do agrupamento e não apenas da escola – não é necessário comprar os mesmos recursos, se se faz uma assinatura cara ela serve o agrupamento e não precisa de se multiplicar, faz-se um catálogo que é do agrupamento, gere-se o fundo documental itinerando.

O Programa RBE induz o relacionamento entre as BE ao nível do agrupamento, também no que se refere ao desenvolvimento de actividades e acções conjuntas, para além da circulação de fundos, mas ainda se verificam algumas debilidades neste domínio. Os técnicos do Gabinete pensam que, por um lado, há alguma resistência ao trabalho colaborativo pelos professores em geral e, por outro lado, chamam a atenção para o facto de a organização das escolas em agrupamentos ser relativamente recente.

Também através dos estudos de caso foi possível constatar algumas dificuldades de articulação e dinâmica entre as BE de cada agrupamento escolar:

Não há actividades coordenadas a nível do agrupamento. (...) Eu senti que havia essa lacuna, nós não nos reuníamos a nível de agrupamento, para termos uma estratégia comum de trabalho. Tenho a estratégia do Grupo de Trabalho das Bibliotecas Escolares, mas não de agrupamento. Cada um nas suas casinhas vai fazendo aquilo que lhe apetece.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Nota-se, contudo, que nos casos em que um mesmo professor assume a coordenação de diferentes BE do agrupamento, é proporcionada uma ligação especial entre essas BE e as suas escolas.

Exemplos de actividades promovidas pelas BE e desenvolvidas por várias escolas do agrupamento ou que incluem os seus alunos, são os concursos, os encontros com escritores na BE da escola sede ou a apresentação de trabalhos e leituras entre alunos de diferentes escolas. Regista-se também a criação de blogues na internet pelas BE, que pretendem ser espaços de partilha entre diferentes BE locais e espaço de discussão de ideias e intercâmbio de experiências e materiais.

Abertura das bibliotecas escolares à comunidade

Apesar de não muito frequentes, foram constatadas algumas boas práticas, em BE com um trabalho mais consolidado, ao nível da sua abertura à comunidade. As actividades mais frequentes têm como destinatários principais os pais/encarregados de educação dos alunos.

Na BE de uma escola de 2.º e 3.º ciclos, visitada no âmbito da realização dos estudos de caso, por exemplo, são desenvolvidas actividades à noite para os pais, seja para apresentar projectos da BE ou para falar sobre livros. Este último caso é exemplificado pela sessão *Chá & Livros*, em que pais e professores foram convidados a reunirem-se no espaço da BE, à noite, e a levarem um livro que os tivesse marcado e a falarem sobre o mesmo. O grupo foi de apenas 12 pessoas, mas a coordenadora considera que foi um encontro bastante positivo e interessante para todos os intervenientes.

Numa outra BE, a iniciativa *O verbo LER não suporta o imperativo*, consistiu numa acção de formação realizada à noite, promovida pela BE, que convocou a associação de pais e encarregados de educação do agrupamento para organizar o evento em parceria. Uma professora universitária foi convidada para falar às cerca de 50 pessoas presentes (pais e professores) sobre livros e leitura, sugerindo formas criativas para os pais promoverem a leitura junto dos seus filhos com base em actividades rotineiras do quotidiano. No final houve um espaço de discussão e partilha de “ansiedades” e de experiências entre pais e professores.

Uma outra experiência relatada foi a de uma BE que se abriu à comunidade por ocasião do Dia das Bibliotecas Escolares. Refere-se a impressão positiva com que os pais ficaram face a um espaço que evoluiu bastante em relação ao conceito de biblioteca de outros tempos:

Por exemplo, quando nós temos feito o Dia das Bibliotecas Escolares, um dia sempre aberto à comunidade, em que os pais podem vir à biblioteca, e vêm, e eles adoram estar aqui, na biblioteca! Porque não é a biblioteca do tempo deles, e gostam de estar aqui, gostam deste espaço. E depois nós dizemos: “Vocês devem procurar as bibliotecas.” Acho que é essa oportunidade que nós devemos dar também à família e começando pela escola, que está mais próxima.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Os encarregados de educação são também particularmente convidados a visitar a BE quando lá são expostos trabalhos dos alunos. Contudo, nem sempre a adesão é a pretendida, variando de escola para escola e dependendo do contexto

em que esta se insere. É também referido pelos coordenadores interconcelhios que a aproximação dos familiares dos alunos à BE (pais, avós, etc.) acontece essencialmente nas escolas de 1.º ciclo – acompanham mais os filhos, escolhem os livros com eles, etc. Nos JI são também destacados os esforços para envolver os pais nas requisições domiciliárias de livros na BE.

Já no que concerne à abertura das BE à comunidade local em geral, não especificamente a pais/encarregados de educação, os técnicos da RBE enunciam também algumas experiências, que decorrem essencialmente em zonas rurais do interior, onde a BE é o único equipamento cultural existente. A abertura da BE aos residentes locais e o alargamento do seu horário para poder servir a população adulta, ou mesmo a existência de um fundo documental dirigido a esse público, conferem-lhe, nestes casos, o estatuto de biblioteca pública. Os resultados, asseguram os técnicos, têm sido muito positivos, também ao nível do desenvolvimento de sociabilidades.

Nós temos alguns casos pontuais com experiências neste sentido, em Barrancos, em que se está a tentar fazer uma biblioteca única, simultaneamente escolar e municipal. Barrancos tem dois mil habitantes e portanto nunca na vida poderia almejar ter uma BM que fosse... não tem população nem fundos para isso... era um concelho sem leitura pública. Temos uma experiência em Moura em que temos bibliotecas em escolas do 1.º ciclo que estão abertas à comunidade a partir de uma certa hora (...), e é procurada por exemplo por imigrantes para usarem a internet para contactarem familiares, jovens que vêm de camioneta da escola 2,3 e vão para a biblioteca porque tem internet, por causa dos trabalhos, etc. E temos depois outra experiência em Portel, em que temos uma rede de oito BE, uma em cada freguesia, e essas bibliotecas estão também abertas a partir do período lectivo à comunidade, o ano passado até funcionava melhor nesse período do que no período lectivo, eram mais usadas, tinham um animador colocado pela autarquia (...).

Eu também tenho algumas escolas que abrem as bibliotecas à comunidade (...). Existe um protocolo entre a junta de freguesia, que põe lá um funcionário (...). É interessante que os três primeiros anos não foi fácil, mas começaram por dinamizar fazendo encontros, tertúlias na biblioteca... (...) ao sábado, de facto, aquela biblioteca é utilizada pela comunidade daquela localidade. (...) são de facto pontos de encontro, não só para estudar, aqui a internet é importantíssima, mas também para os pais irem com os filhos.

Coordenadoras interconcelhias

Algumas BE abrangidas nos estudos de caso evidenciaram ter projectos de futuro quanto à promoção da sua abertura à comunidade. É o caso do projecto da criação de um clube de leitura na BE de uma escola de 3.º ciclo e secundário, que estaria aberto a alunos, professores, funcionários e encarregados de educação. A participação esperada dos encarregados de educação incluiria elementos tais como partilhar experiências de leitura, acompanhar leituras em casa e acompanhar os alunos à BE.

Os responsáveis da RBE pensam que, neste domínio, a cooperação com as BM pode ser útil ao nível da disponibilização de fundos adequados a públicos adultos. Nas itinerâncias ou mesmo empréstimos feitos entre as BE, recomenda-se que sejam utilizados outros livros para além de livros infantis e juvenis, destinados, por exemplo, aos pais dos alunos e, também, não exclusivamente livros de ficção.

A abertura da BE à comunidade, ao meio envolvente, ainda é um ponto a fomentar em muitos casos. Este é um aspecto que os responsáveis das BE e os professores pensam que pode ser melhorado e constitui-se como um desafio de futuro. Expressa-se que seria positivo, nesse sentido, alargar os horários de funcionamento das BE e criar eventos que fomentassem uma participação regular da comunidade local.

A educadora de infância citada de seguida, por exemplo, exprimiu o seu desejo de que a BE da sua escola servisse uma população mais alargada, já que a escola fica a alguma distância da BM o que inibe muitos pais de lá se deslocarem com os seus filhos:

O meu sonho era realmente (...) poder abri-la uma bocadinha a esta comunidade, fora de horas. Disponibilizar à própria comunidade, aos avós, aos velhotes que aqui andam. (...) Porque este prazer e este ler mais têm que ser para todos.

Educadora de EB1/JI

Pretende-se que o quotidiano da BE seja mais dinâmico e mais aberto ao meio envolvente e isso passa por uma aposta na dinamização cultural da BE.

A vertente cultural da biblioteca às vezes fica muito esvaziada de sentido. Limitamo-nos a gerir e não tanto a dinamizar culturalmente.

Coordenadora de BE de EB3/S

O surgimento de iniciativas no âmbito do sistema educativo e de formação, como o Programa Novas Oportunidades, colocam também, a este nível, importantes desafios às bibliotecas no sentido da sua adaptação e necessidade de integração de

novos tipos de públicos. A disponibilização dos recursos e serviços das BE a estes alunos das Novas Oportunidades, jovens e adultos, poderá implicar, entre outros aspectos, o alargamento do seu horário, a disponibilização de pacotes de livros para as salas de aula, a reavaliação da adequação dos fundos documentais.

As bibliotecas escolares e o Plano Nacional de Leitura

As BE têm contribuído de forma muito significativa para a concretização do Plano Nacional de Leitura, sustentando a sua acção. O PNL surge na continuidade de uma dinâmica já existente nas escolas que vinha sendo desenvolvida pela RBE.

A biblioteca escolar desempenha um papel importante ao nível da organização e dinamização das actividades do PNL nas escolas. Segundo o inquérito realizado no âmbito do PNL, o coordenador da BE é frequentemente o professor de contacto para o PNL nas escolas. No ano lectivo de 2007/2008, esta situação acontecia em 66% dos agrupamentos/escolas não agrupadas. Já no caso do mais recente projecto *A Ler+*, que está numa fase experimental a ser desenvolvido em 33 escolas, é ao coordenador da BE que é incumbida a tarefa de coordenação do projecto na escola.

À BE cabe também, frequentemente, a responsabilidade central na selecção dos livros a adquirir. Em cerca de 50% ou mais das escolas a BE assumiu essa função, ainda que em articulação com outros agentes da escola – os professores/educadores e o conselho de docentes/departamento curricular – que tiveram um papel igualmente importante a este nível.

Os responsáveis das bibliotecas escolares são ainda identificados como um dos agentes responsáveis pela organização e dinamização das actividades do PNL nas escolas, além dos professores. O seu envolvimento nestas tarefas tem vindo, aliás, a crescer, tendo-se registado em 41% das escolas no ano lectivo de 2006/2007 e em 89% dos agrupamentos/escolas não agrupadas no ano lectivo de 2007/2008 (Quadro 5.28).

Quadro 5.28 · Agentes responsáveis pela organização e dinamização das actividades PNL na escola: Responsável(eis) da(s) biblioteca(s) escolar(es) – 1.º e 2.º anos PNL

	n	%
1.º ano PNL (unidade: escolas) (base=2696)	1100	40,8
2.º ano PNL (unidade: agrupamentos/escolas não-agrupadas) (base=828)	733	88,5

Fonte: CIES-ISCTE-IUL, Avaliação do PNL, Inquérito às escolas 2007 e 2008.

A biblioteca escolar é um dos principais locais onde se realizam as actividades do PNL. No segundo ano da sua implementação, declararam ter lá desenvolvido actividades 91% dos agrupamentos/escolas não agrupadas de 2.º ciclo, 81% dos de 3.º ciclo, 78% dos de 1.º ciclo e 58% no caso da educação pré-escolar. A BE é o segundo local mais utilizado para a realização destas actividades, a seguir à sala de aula. Importa também referir, a este nível, as percentagens significativas de agrupamentos/escolas não agrupadas que realizaram actividades do PNL noutras bibliotecas escolares que não a da própria escola e, ainda, em bibliotecas públicas/municipais – rondavam os 40/50% no caso da educação pré-escolar e do 1.º ciclo e os 20/30% no caso do 2.º e do 3.º ciclos (Quadro 5.29).

Quadro 5.29 · Realização de actividades do PNL em bibliotecas – 2.º ano PNL (unidade: agrupamentos/escolas não-agrupadas)

	Educação Pré-Escolar (base=682)		1.º ciclo (base=692)		2.º ciclo (base=671)		3.º ciclo (base=665)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Biblioteca da escola/ Centro de Recursos Educativos	392	57,5	540	78,0	612	91,2	539	81,1
Outra biblioteca escolar (por exemplo, biblioteca da sede de agrupamento)	293	43,0	351	50,7	211	31,4	154	23,2
Biblioteca pública/ municipal	314	46,0	368	53,2	171	25,5	125	18,8

Fonte: CIES-ISCTE-IUL, Avaliação do PNL, Inquérito às escolas 2008.

As bibliotecas escolares tiveram, de facto, um papel destacado nas actividades desenvolvidas pelas escolas no âmbito do PNL. O seu grau de envolvimento é bastante significativo: em 2007/2008, mais de 40% dos agrupamentos/escolas não agrupadas com 1.º, 2.º ou 3.º ciclo afirmaram que abrangeu todas ou a maioria das actividades; no caso do pré-escolar o grau de envolvimento é mais variável, mas também muito expressivo (Quadro 5.30).

Quadro 5.30 · Envolvimento das bibliotecas escolares nas actividades desenvolvidas no âmbito do PNL – 2.º ano PNL (unidade: agrupamentos/escolas não-agrupadas)

	n	%	
Educação Pré-Escolar	Todas ou a maioria	219	34,0
	Uma parte considerável	175	27,1
	Apenas uma pequena parte	194	30,1
	Nenhuma	57	8,8
	Total	645	100,0
1.º ciclo	Todas ou a maioria	279	40,7
	Uma parte considerável	199	29,1
	Apenas uma pequena parte	170	24,8
	Nenhuma	37	5,4
	Total	685	100,0
2.º ciclo	Todas ou a maioria	332	48,8
	Uma parte considerável	245	36,0
	Apenas uma pequena parte	96	14,1
	Nenhuma	7	1,0
	Total	680	100,0
3.º ciclo	Todas ou a maioria	265	45,5
	Uma parte considerável	185	31,7
	Apenas uma pequena parte	114	19,6
	Nenhuma	19	3,3
	Total	583	100,0

Fonte: CIES-ISCTE-IUL, Avaliação do PNL, Inquérito às escolas 2008.

A importância da participação das BE nas actividades promovidas nas escolas é amplamente reconhecida: no segundo ano do PNL, 99% dos agrupamentos/escolas não agrupadas atribuíam-lhe um carácter importante (20%) ou muito importante (79%) (Quadro 5.31).

Quadro 5.31 · Apreciação da importância da biblioteca escolar para o desenvolvimento das actividades PNL – 2.º ano PNL (unidade: agrupamentos/escolas não-agrupadas)

	n	%
Nada importante	5	0,6
Pouco importante	1	0,1
Importante	164	20,3
Muito importante	637	78,9
Total	807	100,0

Fonte: CIES-ISCTE-IUL, Avaliação do PNL, Inquérito às escolas 2008.

Também os diversos actores sociais, ouvidos pormenorizadamente no decurso dos estudos de caso, sublinharam o papel crucial das bibliotecas escolares e da Rede de Bibliotecas Escolares no desenvolvimento do PNL nas escolas.

A relação previamente existente de professores e alunos com as bibliotecas escolares, considerada em geral bastante positiva, foi referida como um elemento favorável ao desenvolvimento do PNL nas escolas. Além disso, também nas entrevistas foi salientado o papel dos coordenadores das bibliotecas escolares na promoção e organização das actividades do Plano, assim como o conjunto de apoios a essas actividades proporcionado pela estrutura e pelos técnicos da Rede de Bibliotecas Escolares.

Os coordenadores das BE participaram na selecção dos livros, na concepção dos projectos das escolas, na recolha e difusão de materiais e informação respeitante ao Plano, na planificação e dinamização das actividades. A BE funciona, muitas vezes, como organizadora do processo de requisição dos livros do PNL para a sala de aula e como “palco” para as actividades do PNL. Os professores bibliotecários participaram na própria divulgação das actividades desenvolvidas – nalguns casos, por exemplo, foram responsáveis pela criação de blogues onde divulgaram as actividades realizadas pelas escolas na Semana da Leitura.

Os bibliotecários recorreram também, frequentemente, aos coordenadores interconcelhios da RBE, por considerarem ser pessoas bem informadas acerca do Plano e por se encontrarem mais próximas deles, para esclarecer dúvidas relativas ao PNL. Muitas vezes, foi através dos técnicos da RBE ou da consulta do site da RBE que tiveram mesmo conhecimento do PNL e que foram sendo informados a seu respeito.

Foi referido que o facto de o PNL assentar em estruturas já existentes, que têm desenvolvido um trabalho importante e continuado na promoção da leitura, como são as bibliotecas escolares, é um factor muito positivo e que dá alguma garantia de que se possa alcançar os resultados desejados. O Plano é associado, em grande medida, ao projecto das bibliotecas escolares e à RBE, notando-se uma sintonia no que respeita às pessoas que estão envolvidas e aos objectivos que estão na origem de cada um dos projectos que os coordenadores das BE entendem tão interdependentes.

Por sua vez, o Plano Nacional de Leitura teve também impactos nas BE, nos vários domínios analisados nos pontos anteriores.

Os resultados de um inquérito, aplicado às escolas no primeiro e no segundo anos do PNL, revelam uma percepção muito favorável dos efeitos do Plano no que concerne à dinamização da biblioteca escolar, entre outros aspectos (como a intensificação do trabalho em equipa entre os professores). Mais de 50% das escolas consideraram que o PNL contribuiu de forma bastante significativa para dinamizar a BE (Quadro 5.32).

Quadro 5.32 · Avaliação dos efeitos/impactos das actividades PNL desenvolvidas: Dinamização da(s) biblioteca(s) escolar(es) – 1.º e 2.º anos PNL (%)

		Nada significativo	Pouco significativo	Bastante significativo	Muito significativo	Total
1.º ano PNL (unidade: escolas)	Educação Pré-Escolar (n=993)	6,5	20,0	54,3	19,1	100,0
	1.º ciclo (n=1473)	7,8	24,4	50,4	17,4	100,0
	2.º ciclo (n=326)	0,6	19,0	60,4	19,9	100,0
	3.º ciclo (n=194)	3,1	23,7	56,7	16,5	100,0
2.º ano PNL (unidade: agrupamentos/ escolas não- agrupadas)	Educação Pré-Escolar (n=579)	3,5	19,0	53,7	23,8	100,0
	1.º ciclo (n=645)	2,2	17,2	56,3	24,3	100,0
	2.º ciclo (n=679)	0,7	14,1	57,9	27,2	100,0
	3.º ciclo (n=589)	0,5	16,0	59,1	24,4	100,0

Fonte: CIES-ISCTE-IUL, Avaliação do PNL, Inquérito às escolas 2007 e 2008.

Segundo a apreciação de parte considerável dos entrevistados nos estudos de caso, o PNL contribuiu para o reforço das bibliotecas escolares e das relações de professores e alunos com elas. O PNL trouxe mais-valias essencialmente para as escolas que não funcionavam tão bem do ponto de vista da articulação entre a BE e a sala de aula. A atribuição de verbas para a aquisição de livros, em quantidade, nas escolas, veio estimular o trabalho dos docentes relacionado com a leitura e um trabalho cooperativo entre eles, uma vez que estão a trabalhar os mesmos livros, estão a desenvolver um mesmo projecto dentro da escola. O desenvolvimento desse trabalho, por sua vez, promoveu a colaboração entre o professor da sala de aula e o professor da BE que passaram a trabalhar com o mesmo objectivo.

O mais positivo para já que eu posso dizer é em relação à cooperação, partilha entre a biblioteca da escola e a sala de aula. (...) O PNL para já veio ajudar nesse sentido. Há mais cooperação entre o professor que está destacado na BE e o professor da sala de aula.

Responsável de SABE

Este projecto veio criar um elo muito forte entre os professores (...). Estão a trabalhar os mesmos livros, estão a trabalhar dentro de um projecto de escola... (...) Veio de algum modo fazer com que todos os intervenientes do processo educativo dentro da própria escola funcionem em uníssono, todos trabalham com o mesmo objectivo.

Coordenador de EB1/JI

A ideia de que o PNL veio aumentar a ligação do professor à BE, tornando inclusivamente mais frequentes as suas idas com alunos a este espaço, é também mencionada por actores sociais de referência no domínio da educação/promoção da leitura, como o representante da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP).

O PNL é ainda encarado como promotor de uma maior consciência da importância da leitura para os que se encontram directamente envolvidos na promoção da leitura, desde escolas e professores, bibliotecas escolares e bibliotecas públicas. As BE acabam por usufruir desse ambiente favorável à leitura. Pode, assim, o PNL ter proporcionado também uma maior consciencialização da importância da BE por parte de professores e de Conselhos Executivos das escolas. Em entrevista, o representante da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD) expressa isto mesmo:

Eu acho que no caso das bibliotecas escolares o PNL pode trazer esta mais-valia, que é... nós sabemos que no caso das bibliotecas escolares elas muitas vezes surgiam, apesar do Programa e do Gabinete a funcionar no Ministério da Educação, da vontade de um ou dois professores de uma determinada escola, às vezes pelos Conselhos Executivos, mas mais pelo dinamismo, vontade de um ou dois professores mais conscientes da importância das bibliotecas escolares. O PNL dá-me a impressão que, ao ter uma mensagem que atinge vários tipos de bibliotecas, atinge vários actores, bibliotecários, professores, animadores, dinamizadores da leitura, eu penso que cria uma maior consciência geral a nível de todo o tecido e de todo o sistema educativo da importância das bibliotecas escolares.

Representante da APBAD

Para além de contribuir para a integração da BE nos processos de ensino-aprendizagem e de fomentar a cooperação com as estruturas pedagógicas e os docentes, o Plano Nacional de Leitura teve também algumas repercussões na BE

particularmente relacionadas com o seu papel de promoção da leitura e formação de leitores.

Os resultados do inquérito aplicado às escolas no primeiro e no segundo anos do PNL revelam, como um dos efeitos das actividades desenvolvidas, o aumento da frequência de utilização da biblioteca escolar pelos alunos. A maioria das escolas envolvidas no Plano considerou “bastante significativo” esse aumento, independentemente do nível de ensino ministrado (Quadro 5.33).

Quadro 5.33 · Avaliação dos efeitos/impactos nos alunos das actividades desenvolvidas pelo PNL: Aumento da frequência de utilização da biblioteca escolar – 1.º e 2.º anos PNL (%)

		Nada significativo	Pouco significativo	Bastante significativo	Muito significativo	Total
1.º ano PNL (unidade: escolas)	Educação Pré-Escolar (n=978)	7,6	21,0	48,4	23,1	100,0
	1.º ciclo (n=1493)	7,4	22,4	49,3	20,9	100,0
	2.º ciclo (n=326)	1,2	20,9	58,6	19,3	100,0
	3.º ciclo (n=204)	2,0	36,3	48,5	13,2	100,0
2.º ano PNL (unidade: agrupamentos/ escolas não- agrupadas)	Educação Pré-Escolar (n=544)	6,8	27,0	43,4	22,8	100,0
	1.º ciclo (n=648)	1,5	20,5	49,7	28,2	100,0
	2.º ciclo (n=681)	0,6	11,7	59,8	27,9	100,0
	3.º ciclo (n=597)	1,5	24,0	53,8	20,8	100,0

Fonte: CIES-ISCTE-IUL, Avaliação do PNL, Inquérito às escolas 2007 e 2008.

O incremento da frequência da BE pelos alunos como um possível efeito do PNL é também referido nas entrevistas a actores sociais de referência no domínio da promoção da leitura. Considera-se que a leitura em sala de aula pode incentivar uma maior utilização das bibliotecas para leitura individual, promovendo assim o uso autónomo e espontâneo da biblioteca por parte do aluno.

Alguns professores entrevistados manifestam igualmente essa percepção e referem-se a casos concretos em que viram tal acontecer. O agrado pelos livros lidos em sala de aula ou na BE reflecte-se, depois, na procura e requisição desses livros na biblioteca.

Um livro trabalhado ou um livro contado na BE a seguir tem uma saída brutal.

Educadora e ex-coordenadora de BE de EB1/JI

Quando estão a fazer a requisição para leitura domiciliária é fatal como o destino: “eu queria o livro que a professora leu”. Sempre.

Coordenadora de BE de EB2,3

(...) um professor lê um excerto de um texto qualquer na sala de aula e diz de que livro é e eles vêm logo no intervalo à BE perguntar se há aquele livro para levar para casa porque a professora falou nele... Por isso é que é muito importante o trabalho de articulação.

Coordenadora de BE de EB1/JI

Também no que concerne à relação das BE com outros organismos, especialmente as bibliotecas públicas, é possível verificar o impacto do Plano Nacional de Leitura. Esse impacto é, contudo, relativo, já que o trabalho entre a BE e a BM já existia, em muitos casos de forma consistente, previamente ao PNL, pelo que ele terá sido sobretudo consolidado. Nalguns casos, indicou-se também um envolvimento relativo das BM no PNL, principalmente no seu primeiro ano.

No inquérito às escolas, realizado no primeiro e segundo anos do PNL, a intensificação do trabalho entre a escola/biblioteca escolar e a biblioteca pública era um dos itens passíveis de apreciação quanto ao seu significado enquanto efeito das actividades desenvolvidas no âmbito do Plano. Essa intensificação foi considerada por uma maior percentagem de escolas como pouco significativa, ainda que o peso dos que a qualificam de bastante significativa seja também expressivo.

Nos estudos de caso, foram observados, em geral, um incremento e uma consolidação, com o PNL, de relações pré-existentes entre bibliotecas públicas municipais e bibliotecas escolares. O PNL potenciou, por exemplo, a itinerância de recursos documentais da BM pelas BE, pelo menos daquelas com menos recursos.

O PNL surge como “agregador de vontades” e elo de ligação entre os diferentes actores envolvidos na promoção da leitura e entre as diferentes actividades que realizam. Nesse sentido, tem um forte potencial de criação de sinergias relativamente aos esforços de vários actores, designadamente na relação entre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas.

(...) um Plano Nacional que eventualmente cria sinergias relativamente aos esforços de vários actores (bibliotecários, professores), uma relação mais intensa que se

pode eventualmente criar entre bibliotecas públicas e escolares, ela também já existia ou estava prevista com a criação das bibliotecas escolares através dos SABE, nem todas têm, mas isso mais uma vez está contemplado, é de facto a intensificação das sinergias entre as bibliotecas públicas e escolares (...).

Representante da APBAD

Os interlocutores dos estudos de caso referem igualmente que o PNL contribuiu para fomentar a relação entre as BE ao nível do agrupamento. Várias actividades desenvolvidas, por exemplo, durante a Semana da Leitura, pressupuseram o intercâmbio entre bibliotecas. Foram, por exemplo, realizados encontros e actividades nas BE das escolas sede, onde alunos de outras escolas do agrupamento se deslocaram, ou actividades em conjunto ou em simultâneo em todas as escolas/BE do agrupamento. Para além disso, a gestão das verbas recebidas do PNL tem actualmente de ser feita ao nível do agrupamento. O PNL estará também a potenciar a circulação de fundos entre bibliotecas.

O PNL pode ainda ter predisposto uma maior ligação entre a BE e a comunidade, particularmente os encarregados de educação. O PNL é encarado como promotor de uma consciência da importância da leitura para a população em geral e de valorização de estruturas como as bibliotecas escolares. Segundo eles, o PNL veio aumentar o interesse público pela leitura e a literacia, o sentimento social da sua relevância nos dias de hoje, a valorização das actividades e dos agentes da sua promoção e, até mesmo, em certa medida, a disponibilidade de participação nessas actividades. Mais uma vez se recorre ao exemplo da Semana da Leitura, durante a qual muitos pais foram levados à BE para assistir ou participar em actividades lá decorrentes.

O Plano Nacional de Leitura tem tido, assim, importantes impactos nas BE. Contribuiu para dinamizar aqueles espaços, valorizar o seu papel, fomentar o trabalho cooperativo com os seus recursos humanos, aumentar a sua utilização e promover a leitura entre utilizadores e consolidar as suas relações com o exterior.

Há um intercâmbio muito favorável entre o Plano e a Rede, manifestam os elementos do Gabinete da RBE e da Comissão do PNL. O PNL confere dinamismo às BE e reconhecimento da sua importância, e as BE contribuem para o sucesso do PNL funcionando como uma base, um suporte estratégico para a sua aplicação, através, nomeadamente, da participação dos seus recursos humanos na organização e concretização das actividades previstas no âmbito do Plano. A leitura orientada na sala de aula, por exemplo, associou-se a toda a uma dinâmica que já vinha sendo

desenvolvida pelas BE, e o pano de fundo das BE ajudou a que as escolas considerassem que o PNL não era hostil e que era exequível.

As bibliotecas são consideradas a infraestrutura que sustenta o Plano e o PNL a superestrutura, que vem melhorar o trabalho na biblioteca. Têm em comum a representação da leitura, os grupos-alvo, os seus fins, que passam pelo incentivo da leitura enquanto uma prática da vida das pessoas que favorece todos os seus outros comportamentos.

Esta coordenadora interconcelhia descreve assim a relação entre o PNL e a RBE:

Se eu tivesse que representar num diagrama esta relação, eu faria um círculo, outro círculo, e os dois círculos sobrepunham-se numa intersecção... Há uma área que acho que é só do PNL, que tem a ver com a leitura orientada em sala de aula, que é apoiada do ponto de vista da logística pela biblioteca, e de facto quando a biblioteca participa com essa logística, acho que as coisas funcionam... (...) Depois, há uma área que é mais só da biblioteca, que é a parte que tem a ver precisamente com a articulação curricular, a tal questão da literacia da informação, das tecnologias... (...) E depois temos essa parte comum que é a parte da promoção da leitura, que se traduz depois naquelas actividades todas para além da sala de aula e para além daquilo que é mais específico da biblioteca e que eu acho que reúne as duas coisas... porque o PNL aí de facto tem um objectivo coincidente com o da biblioteca, não é uma coisa nova para a biblioteca, mas é uma coisa que agora se pode fazer com outra amplitude.

Coordenadora interconcelhia

Projectos lançados pelo PNL, como o *A Ler+*, estão a ser coordenados em conjunto pelo Gabinete do PNL e o Gabinete da RBE. Também os técnicos destes Gabinetes identificam a articulação existente e sentem que as BE têm sido uma infra-estrutura importante para sustentar, promover e desenvolver as actividades do PNL na escola. No caso dos projectos *A Ler+*, refere-se que os coordenadores das BE têm sido bons dinamizadores e têm conseguido envolver toda a comunidade educativa na promoção da leitura. Os resultados deste projecto de cooperação entre PNL e RBE têm sido bastante positivos.

6. Conclusões

- Em síntese, que avaliação se pode fazer, hoje, do Programa Rede de Bibliotecas Escolares? Os pontos seguintes procuram enumerar as principais conclusões a que foi possível chegar neste estudo de avaliação.

6.1

A avaliação de programas de políticas públicas, tão amplos e complexos como o Programa Rede de Bibliotecas Escolares, requer a análise de uma diversidade de parâmetros e a consideração de uma multiplicidade de critérios – e nem sempre é fácil consensualizar quais os mais pertinentes em cada caso. Será pouco controverso, porém, que a questão avaliativa básica é a de saber *em que medida o Programa foi efectivamente executado e até que ponto atingiu os objectivos para que foi criado*.

6.2

A evidência disponível a este respeito é esclarecedora e aponta para um grau muito elevado de concretização. O Programa RBE faz agora 13 anos, teve o seu início em 1996. Nessa altura, o país permanecia muito carenciado de bibliotecas escolares, situação que se vinha prolongando no tempo. Com poucas excepções, nas escolas não havia propriamente bibliotecas ou as que havia eram muito limitadas e antiquadas. Em contraste, há hoje no país *mais de 2 mil bibliotecas escolares integradas na RBE*, abrangendo o conjunto do sistema de ensino público, dos níveis básico e secundário. *Todas elas obedecem a parâmetros exigentes de qualidade* – o

que constitui, justamente, requisito indispensável para integração na Rede de Bibliotecas Escolares.

6.3

Cerca de 1 milhão de alunos é abrangido pela RBE. Quer isto dizer que uma grande maioria da população escolar do país tem, já hoje, à disposição serviços de biblioteca de boa qualidade, prestados seja por bibliotecas das suas escolas, seja por bibliotecas dos seus agrupamentos escolares. A taxa de cobertura ainda não é idêntica para todos os ciclos. Os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico estão abrangidos a 100%. Os do ensino secundário também estão quase todos abrangidos (um pouco acima dos 90%); os remanescentes ficarão também, logo que se complete a reestruturação em curso do parque escolar. A situação no 1.º ciclo ainda não é tão favorável, sobretudo devido à persistência de muitas escolas excessivamente pequenas e desprovidas de condições infraestruturais suficientes para comportarem equipamentos deste tipo. Em todo o caso, as grandes escolas do 1.º ciclo estão já quase todas integradas na Rede e, no conjunto, a cobertura dos alunos do 1.º ciclo está prestes a passar os 40%. O acréscimo recente da cobertura do 1.º ciclo tem também beneficiado da organização das escolas em agrupamentos (praticamente todas as sedes de agrupamento estão integradas na Rede) e tenderá a aumentar bastante com os novos centros escolares, os quais prevêem de raiz bibliotecas obedecendo aos parâmetros de qualidade da RBE, na concepção e apetrechamento das quais o Programa está directamente envolvido.

6.4

Impõe-se concluir, pois, que o *nível de execução do Programa RBE é muito elevado* e que o *objectivo nuclear do Programa, dotar o país de uma rede de bibliotecas escolares com características de qualidade reconhecidas, tem vindo a ser largamente atingido*.

6.5

Esta conclusão, porém, não esgota a avaliação do Programa. É também indispensável analisar e ponderar os *procedimentos e recursos* utilizados, evidenciar os *elementos fulcrais* que dão consistência e estrutura à Rede e identificar os *factores explicativos* do sucesso do Programa. Não menos importante é procurar averiguar os *impactos* da RBE e os *novos desafios* que se lhe colocam. Os pontos seguintes procedem a um balanço sintético das conclusões avaliativas a que se pôde chegar a respeito deste conjunto de aspectos.

6.6

Do um ponto de vista temporal, verifica-se que o *crescimento da Rede foi gradual e sustentado*, ainda que bastante rápido. O ritmo desse crescimento – ou, por outras palavras, o ritmo de concretização do Programa – dependeu de diversos factores. Os mais importantes parecem ter sido de dois tipos, aliás interligados: garantia de qualidade e mobilização de recursos.

6.7

A *garantia de qualidade* foi claramente assumida pela Coordenação da Rede de Bibliotecas Escolares como *critério fundamental de condução do Programa*. Esse critério está presente, desde logo, no conceito de biblioteca promovido e nos parâmetros pelos quais se devem pautar os projectos apoiados. Mas, além disso, ao longo do desenvolvimento do Programa, a integração de cada nova biblioteca na Rede dependeu, em larga medida, de se ter conseguido, a cada momento, reunir um conjunto de condições que dessem garantias suficientes de qualidade à concretização do projecto. Tais condições são de vária ordem. Incluem, nomeadamente, logística adequada, recursos humanos com formação e motivação (em especial, o coordenador de biblioteca ou professor bibliotecário, mas também a restante equipa de professores e auxiliares), relação favorável das direcções das escolas com o projecto, participação do responsável da biblioteca nas instâncias de coordenação pedagógica da escola e apoio camarário. Outras condições de qualidade são asseguradas directamente pelo próprio Gabinete da RBE e envolvem fornecimento de parâmetros de concepção, planeamento e funcionamento da biblioteca e apoio técnico continuado à sua instalação, gestão e actualização, assim como um papel fundamental de articulação com outras entidades (tais como serviços centrais e direcções regionais do Ministério da Educação, bibliotecas públicas e câmaras municipais).

6.8

Os *recursos financeiros* conseguidos pela RBE, não sendo muito elevados, foram significativos: não constituíram obstáculo à execução do Programa. O investimento directo na qualificação, remodelação e apetrechamento de bibliotecas escolares (espaços, mobiliário, equipamentos, fundos documentais, ferramentas informáticas de gestão) foi, até agora, de cerca de 40 milhões de euros. Em termos genéricos, esse valor representa uma média de 20 mil euros por biblioteca, o que se pode considerar bastante contido (note-se que este montante corresponde apenas a um cálculo aproximativo de um valor médio, para efeitos de avaliação da Rede como

um todo; os valores específicos variam de caso para caso, dependendo de diversos parâmetros, desde logo do tipo de escola e da sua dimensão). Em termos médios anuais, o investimento representa cerca de 3 milhões de euros por ano. No concreto, verificaram-se, ao longo do tempo, algumas oscilações, com maiores taxas de crescimento no período inicial (arranque e estabilização do Programa) e nos anos mais recentes (completamento da cobertura das escolas de 2.º e 3.º ciclo). Importa ainda registar outro conjunto de investimentos, de carácter mais indirecto mas igualmente de grande importância, quer em recursos humanos e respectiva formação, por parte do Ministério da Educação, quer em apoios financeiros, técnicos e outros, por parte de bibliotecas públicas e câmaras municipais.

6.9

Outro dos aspectos mais conseguidos do Programa Rede de Bibliotecas Escolares e que explica, em grande medida, os bons resultados alcançados, é o seu *modelo de operacionalização*. Neste, é importante destacar três vertentes fundamentais, a primeira das quais é o próprio *Gabinete da RBE*, constituído por uma coordenadora com elevada capacidade conceptual, relacional e de liderança e por um corpo técnico relativamente reduzido mas muito competente e motivado.

6.10

No modelo de operacionalização da RBE destacam-se, igualmente, duas outras vertentes. Uma delas é o *sistema de candidaturas*. No essencial, as escolas, por si sós ou com outras entidades, candidatam-se à integração na RBE e aos respectivos apoios. Deste modo, o Programa não impõe, oferece (a instalação e a qualificação das bibliotecas escolares, a integração na RBE). Em contrapartida, exige (designadamente, condições logísticas, empenhamento da escola, professores bibliotecários com potencialidades para assumir o projecto). Depois, apoia (apoios financeiros, técnicos e relacionais). No seguimento, continua a apoiar (acompanhamento, actualização, resposta a novos desafios e proposta de novos patamares de qualidade, como no caso das recentes “candidaturas de mérito”). Este procedimento propicia a compatibilização de princípios fortes transversais à Rede (sobretudo, padrões de qualidade) com a multiplicidade de situações específicas e preferências locais. As cartas de orientação e as fichas preparadas pela RBE para as candidaturas são documentos muito amadurecidos e bem estruturados que, em muito, ajudam a combinar padrões de qualidade elevados com bons níveis de operacionalidade.

6.11

Uma outra vertente de grande importância no modelo de operacionalização do Programa reside nos *coordenadores interconcelhios*. A par do Gabinete da RBE e em estreita colaboração com os seus dirigentes e técnicos, assim como com as Direcções Regionais, os coordenadores interconcelhios estão em permanência no terreno e a sua acção tem sido decisiva para o êxito do Programa. A figura do coordenador interconcelhio, aliás, não surgiu logo de início, mas emergiu da experiência de desenvolvimento e alargamento da RBE. A acção dos coordenadores interconcelhios traduz-se num apoio técnico qualificado, intenso, continuado e de proximidade às bibliotecas escolares. Deste modo, garantem enquadramento aos projectos do Programa RBE, apoiam directamente os professores bibliotecários, incentivam o envolvimento das escolas e dos seus responsáveis, fomentam o estabelecimento de relações e redes (por exemplo, entre escolas e com as bibliotecas públicas) e desempenham um papel altamente formativo, difundindo padrões elevados de qualidade, exigência e actualização.

6.12

No decurso do Programa Rede de Bibliotecas Escolares foi sendo desenvolvido, para além do Gabinete da RBE, do sistema de candidaturas e dos coordenadores interconcelhios, um outro conjunto de instrumentos também de grande importância para a sua concretização e para o seu contínuo auto-aperfeiçoamento. Enumerando, apenas: *o sistema de informação e comunicação* (o website da RBE, instrumento central da Rede e veículo de comunicação com os professores bibliotecários, as escolas e as autarquias, contém uma série crescente de secções e ligações, um blogue, uma newsletter, etc.); *a promoção da formação* (concepção de planos de formação, especificação de perfis de competências, organização ou apoio à formação em domínios relevantes para as BE, organização de bolsas de formadores. No conjunto, esta formação tem sido vasta, diversificada e apropriada, embora se tenham verificado oscilações nas prioridades estabelecidas anualmente pela tutela quanto à formação de docentes e não docentes na área das bibliotecas escolares); *os catálogos colectivos em linha* (apoio às bibliotecas escolares para a criação e gestão de catálogos bibliográficos electrónicos e à sua colocação em linha, estímulo e suporte à constituição de catálogos colectivos, nomeadamente associados a redes concehlias de bibliotecas, com a participação das BE, das bibliotecas públicas municipais e dos seus serviços de apoio às bibliotecas escolares, os SABE); *a base de dados* (actualizada anualmente por inquérito em linha, contendo informação pormenorizada sobre todas as bibliotecas integradas na Rede, os seus recursos e o seu funciona-

mento) e o *modelo de auto-avaliação* (concepção de um modelo de auto-avaliação e promoção da sua aplicação por parte das BE, nos domínios do apoio ao desenvolvimento curricular, da leitura e literacia, das actividades livres, parcerias e abertura à comunidade e da gestão da BE) – ambos de grande alcance tanto para a coordenação geral da Rede como para cada uma das bibliotecas, enquanto instrumentos de conhecimento próprio, formação e aperfeiçoamento.

6.13

Entre os factores explicativos do percurso e dos resultados da RBE, importa salientar: a) uma *concepção* avançada; b) uma *liderança* altamente competente; c) um *enquadramento político-administrativo* favorável. O documento fundador do Programa, intitulado *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*, de 1996, foi elaborado por um grupo de trabalho com conhecimento aprofundado da problemática, em sintonia com as referências internacionais mais relevantes e actualizadas neste domínio (nomeadamente, da UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization e da IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions). O documento propunha a criação de um programa para a promoção de uma rede de bibliotecas escolares, visando abranger todas as escolas do ensino básico e secundário. Defendia uma concepção actualizada de biblioteca escolar, como um elemento fundamental das aprendizagens dos alunos e da vida das escolas, um centro de recursos educativos para o acesso e trabalho com a informação e o conhecimento, de formas diversificadas e organizadas, em múltiplos suportes (desde os livros e jornais aos meios audiovisuais e informáticos), localizado em espaços agradáveis e multifuncionais, plenamente integrado na escola. Tal concepção sublinhava aspectos como a importância da biblioteca no desenvolvimento da leitura e das competências para a realizar e utilizar (literacia), como a plena integração da biblioteca nas diversas aprendizagens e na vida da escola, no projecto pedagógico desta e nas suas actividades, curriculares e não curriculares, ou como os recursos indispensáveis para o funcionamento com qualidade da biblioteca escolar. Para além dos princípios gerais, o documento propunha também orientações concretas relativamente a recursos humanos (professores bibliotecários e outros professores e funcionários da equipa da biblioteca), fundos documentais, instalações, equipamentos, funcionamento e gestão da BE. Propunha, também, articulações e apoios por parte da coordenação da RBE e dos serviços do Ministério da Educação, assim como por parte das bibliotecas públicas municipais, com a criação, nestas, de serviços de apoio às bibliotecas escolares (SABE).

6.14

Uma concepção promissora como a referida, sendo fundamental, não é suficiente, por si só, para explicar a concretização e os resultados atingidos pelo Programa RBE. A explicação parece estar, em grande medida, na *confluência que se verificou entre a concepção, a liderança e o enquadramento*. Por um lado, a coordenação do Programa tem sido assegurada por Maria Teresa Calçada, uma das autoras do documento de concepção e proposta da RBE (e que, aliás, também tinha feito parte, 10 anos antes, de um outro grupo de trabalho que elaborou o relatório conducente à criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas). Profundamente conhecedora da problemática, do quadro institucional e do terreno, tem coordenado o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares e dirigido o Programa com reconhecida capacidade de liderança. Por outro lado, o Ministério da Educação, a nível político e a nível administrativo, tem dado, desde a decisão inicial até ao presente, um enquadramento bastante favorável à concretização do Programa e ao desenvolvimento da Rede.

6.15

Para além dos pontos anteriores, importa que a avaliação do Programa se debruce sobre *os impactos da RBE* – pese embora o rigor analítico e avaliativo exigir, a este respeito, as maiores cautelas e grande contenção conclusiva. Esta precaução decorre do facto de esses impactos se interligarem de maneira complexa e sistémica com os de muitos outros vectores e actores (aos níveis societal e local, do sistema de ensino, das políticas públicas e da sociedade civil) e de, no tipo de fenómenos em causa (leituras, aprendizagens, literacias, educação, cultura), os principais impactos obedecerem sobretudo a uma lógica acumulativa de médio e longo prazo. Importa ainda procurar fornecer elementos de avaliação acerca dos *novos desafios* que se colocam à Rede de Bibliotecas Escolares, agora numa etapa já adiantada de concretização dos objectivos iniciais e num contexto social, cultural, tecnológico e comunicacional também já muito diferente, fortemente marcado por novas dinâmicas. Deste modo, o exercício avaliativo não poderia deixar igualmente de sondar um importantíssimo processo emergente, o da *renovação de objectivos* que, em resposta a uma nova situação e aos novos desafios que ela comporta, começa já claramente a desenhar-se nesta nova fase do Programa.

6.16

Apesar das precauções analíticas mencionadas, não oferece dúvida que o Programa Rede de Bibliotecas Escolares tem tido um conjunto de *impactos* positivos muito consideráveis, em diversos domínios. Desde logo, a própria criação da Rede,

objectivo central do Programa, teve um impacto extremamente significativo nas escolas e junto dos alunos, ao dotar aquelas de bibliotecas modernas e de qualidade e ao proporcionar a estes os serviços de biblioteca respectivos. Deste ponto de vista, os impactos são tanto mais relevantes quanto é *quantitativamente elevado* o grau de cobertura do sistema de ensino público já conseguido (6.2 e 6.3), quanto é *qualitativamente avançado* o tipo de bibliotecas instaladas e integradas (6.7 e 6.13) e quanto é *operativamente adequado* o conjunto de instrumentos desenvolvidos para a concretização do Programa (6.8 a 6.12).

6.17

A triangulação analítica da informação recolhida para este estudo de avaliação (através de análise documental, inquéritos extensivos às escolas, entrevistas a actores sociais envolvidos, estudos de caso junto de escolas, bibliotecas e câmaras municipais) permite concluir que as bibliotecas escolares são muito *frequentadas e apreciadas pelos alunos*, que, em geral, as consideram os espaços mais agradáveis das escolas. Permite concluir ainda que as BE constituem um importante elemento de inovação nas escolas, tendo produzido impactos relevantes na *promoção da leitura* de crianças e jovens, na difusão de *novas literacias* (audiovisual, mediática, informática, da informação), *nas aprendizagens* curriculares, em geral, e na *realização de actividades* não disciplinares (área de projecto, estudo acompanhado, etc.) ou de enriquecimento curricular – naturalmente, em graus variáveis de caso para caso. Um dos impactos mais relevantes da RBE nos últimos anos tem sido o contributo por ela dado como estrutura de suporte à concretização, nas escolas, do *Plano Nacional de Leitura* (este, por sua vez, alargou e actualizou os fundos documentais, intensificou a frequência das BE e aumentou significativamente a prática, a visibilidade e a legitimidade da leitura nas escolas e junto das famílias, das autarquias e da sociedade em geral).

6.18

Por último, que *novos problemas* e *novos desafios* se colocam à Rede? Os últimos anos suscitaram ao Gabinete da RBE a necessidade de repensar e renovar o Programa. Duas questões principais, de natureza diferente, parecem estar na base da nova etapa que assim começa a desenhar-se para a Rede de Bibliotecas Escolares. Uma delas decorre, em larga medida, da própria execução do Programa. Estando quase concluída a cobertura de escolas e agrupamentos por bibliotecas integradas na Rede, estar-se-á a esgotar a necessidade do Programa? Nada menos certo. Com efeito, *a própria dinâmica gerada pela instalação da Rede, com a qualifi-*

cação crescente que inseriu no sistema, tem vindo a suscitar novos objectivos, nomeadamente: de ampliação, diversificação e actualização dos fundos documentais; de renovação de instalações e equipamentos, em particular de equipamentos de nova geração tecnológica; de alargamento e aprofundamento da formação de professores bibliotecários, assim como de outros elementos (professores e funcionários) das equipas das BE; de densificação da rede de bibliotecas escolares e das redes concelhias de bibliotecas; de constituição de catálogos colectivos em linha; de expansão da Rede para as escolas profissionais e as escolas privadas; de intensificação de relações com a comunidade envolvente, promovendo colaborações relevantes de maneira sustentável, por exemplo com actividades de educação e formação de adultos, como as do Programa Novas Oportunidades.

6.19

A outra questão tem a ver com a presença crescente, no contexto social, nas vivências quotidianas e na própria escola, das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), com os seus diversos desdobramentos. A internet, o computador e o telemóvel fazem parte de um conjunto de dispositivos reciprocamente conectados, de forma cada vez mais densificada, em constante inovação. Alteram-se assim também, profundamente, mesmo que não em todos os aspectos, as maneiras de comunicar e de aprender. Neste contexto, os novos desafios e objectivos que se colocam à RBE, sendo certamente múltiplos e diversificados, parecem ter um centro de gravidade: o incentivo às bibliotecas escolares a constituírem-se, cada vez mais, em plataformas de articulação, no processo educativo, entre a leitura, as aprendizagens curriculares, as TIC e a literacia da informação e, do mesmo passo, em plataformas de articulação, no quotidiano dos alunos, entre as leituras/escritas escolares e as leituras/escritas relacionais das gerações juvenis contemporâneas – leituras e escritas estas que se estão a desenvolver de maneira intimamente integrada com as novas tecnologias de informação e comunicação. As bibliotecas escolares são elementos das escolas especialmente apropriados e qualificados para esse fim e a RBE tem vocação e capacidade para apoiá-las em tal processo. Este é cada vez mais decisivo, à medida que a proliferação das fontes e das tecnologias requer a constituição de organizadores da informação e do conhecimento. É, também, cada vez mais decisivo à medida que a inovação nas formas de comunicação e relacionamento social das gerações mais jovens passa pelo uso intenso e plural dos novos meios tecnológicos, não só no acesso à informação mas também na produção e partilha de conteúdos, assim como na interacção comunicativa e nas sociabilidades. Suscita-se, deste modo, a necessidade educativa de a escola e a biblioteca estabelecerem

aproximações dialógicas construtivas com estes universos culturais e relacionais, tecnologicamente mediados. A biblioteca ganha, assim, uma gama maior de significados. Em particular, pode ser, na escola, esse organizador e esse mediador por excelência: onde convivam suportes diversificados, onde a aproximação aos utilizadores e às suas culturas relacionais e tecnológicas se possa fazer não baixando mas elevando os níveis de leitura, onde o alargamento das disponibilidades de informação e comunicação por via electrónica possa combinar-se com a elaboração reflexiva, a capacidade crítica e o aprofundamento intelectual que a leitura proporciona. Em termos de instrumentos de política pública parece haver, pois, toda a vantagem em assegurar uma colaboração triangular efectiva entre o Programa da Rede de Bibliotecas Escolares, o Plano Tecnológico da Educação e o Plano Nacional de Leitura, colaboração essa que, em boa parte, já está concretizada mas que, noutros aspectos, poderá desenvolver-se muito mais.

6.20

No mundo e na escola de hoje é cada vez mais crucial não só o acesso à informação mas, também, a posse de capacidades para a pesquisar, localizar, avaliar, seleccionar e interpretar, assim como para a criar e comunicar – capacidades habitualmente designadas por *literacia da informação*. As bibliotecas escolares são sede privilegiada de saberes e potencialidades de formação a este respeito. A RBE encontra-se actualmente perante o desafio de as ajudar a promover nas escolas uma actividade de difusão da literacia da informação, de modo mais intenso e transversal do que em geral já fazem, em interligação estreita com a área das TIC (combinando a literacia da informação com a literacia digital) e, desejavelmente, em articulação com o conjunto das áreas curriculares.

6.21

A resposta aos novos desafios, referidos acima, requer um conjunto de meios humanos e organizacionais. A avaliação realizada permitiu dar conta da importância que, a este respeito, muito provavelmente terão os seguintes elementos: a) o reforço da capacidade de *gestão das BE* – o que implica, nomeadamente, envolvimento explícito das escolas e, em particular, dos seus dirigentes, instrumentos especializados de gestão e, ainda, formação específica dos professores bibliotecários e da sua equipa; b) a consagração e generalização da figura do *professor bibliotecário*, a tempo inteiro, dedicado fundamentalmente à organização e gestão da biblioteca escolar. Nos últimos anos, os coordenadores de biblioteca escolar a tempo inteiro aumentaram de cerca de 200 em 2005/2006 para perto de 500 em 2008/2009; para

o ano lectivo de 2009/2010 estão previstos aproximadamente 1500 professores bibliotecários. Este aumento exponencial surge em conjugação com a recente institucionalização do professor bibliotecário, a qual representa o nascimento de uma nova carreira profissional e a assunção plena, pelo sistema de ensino, da centralidade das BE nos processos de aprendizagem e na vida das escolas; c) o reforço da função dos *coordenadores interconcelhios*, cuja institucionalização foi agora também concretizada. Os coordenadores interconcelhios, com a sua acção de proximidade no terreno e com a competência, experiência e motivação que possuem, são elementos decisivos não só para a continuidade e consistência da Rede mas também para o apoio às bibliotecas e às escolas perante os desafios emergentes e os objetivos renovados que se lhes colocam nesta nova fase da RBE.

Bibliografia

- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1996), *As Bibliotecas Escolares - Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação (BAD)*, 2, Lisboa, APBAD.
- Ávila, Patrícia (2007/2008), “Os contextos da literacia: percursos de vida, aprendizagem e competências-chave dos adultos pouco escolarizados”, *Sociologia*, 17/18.
- Ávila, Patrícia (2008), *A Literacia dos Adultos. Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Celta Editora.
- Barroco, José Alves (2004), *As Bibliotecas Escolares e a Formação de Leitores*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho.
- Baudelot, Christian, Marie Cartier e Christine Detrez (2000), *Et Pourtant ils Lisent*, Paris, Editions du Seuil.
- Benavente, Ana, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (1996), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.
- Blattmann, Ursula, e Aline S. Cipriano (2005), “Os diferentes públicos e espaços da biblioteca escolar: da pré-escola à universidade”, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 21, Anais, Curitiba.
- Brasão, Inês, Nuno Domingos e Tiago Santos (2004), *Leitores de Bibliotecas Públicas: Inquérito à Rede de Leitura Pública na Região de Lisboa*, Lisboa, Edições Colibri.
- Brites, Cláudia, e Vera Silva (2007), “Bibliotecas escolares: um projecto a (a)creditar”, em APBAD, Actas do 9.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
- Calixto, José António (1996), “O Perfil Profissional e a Educação do Bibliotecário Escolar”, *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação (BAD)*, 2, Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, pp. 91-99.
- Calixto, José António (1996), *A Biblioteca Escolar e a Sociedade da Informação*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Canário, Rui, Cristina Barroso, Fernando Oliveira e Ana Maria Pessoa (1994), *Mediatecas Escolares. Génesis e Desenvolvimento de uma Inovação*, Lisboa, Ministério da Educação.
- Capucha, Luís (2008), *Planeamento e Avaliação de Projectos: Guião Prático*, Lisboa, DGIDC-ME.
- Capucha, Luís, e outros (1996), *Metodologias de Avaliação*, n.º temático da revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, 22, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Carvalho, Helena Paz dos Reis (2007), *Biblioteca Escolar: À Procura da sua Acção Pedagógica. Uma Visão Sobre o Percurso de Bibliotecas Escolares Integradas na RBE*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Cassany, Daniel (2006), *Rere les Línies*, Barcelona, Empúries.
- Cassany, Daniel (2008), *Prácticas Letradas Contemporáneas*, México, Ríos de Tinta.
- Castanho, Maria da Graça B. (2007), “O ensino da leitura nas escolas do 2.º ciclo em Portugal: o contributo das bibliotecas públicas e escolares”, em APBAD, Actas do 9.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
- Castro-Caldas, Alexandre, e Alexandra Reis (2000), “Neuropsicologia do analfabetismo. Considerações a propósito de um projecto em desenvolvimento”, em Maria Raquel D. Martins, Glória Ramalho e Armanda Costa (orgs), *Literacia e Sociedade*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 155-183.
- Clemente, Luís (2008), *A Biblioteca na Escola*, Lisboa, SeteCaminhos.

- Costa, António Firmino da Costa (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (2003), “Competências para a sociedade educativa: questões teóricas e resultados de investigação”, em Fundação Calouste Gulbenkian, *Cruzamentos de Saberes. Aprendizagens Sustentáveis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, António Firmino da, e Patrícia Ávila (1998), “Problemas da/de literacia”, *Ler História*, 35, pp. 127-150.
- Costa, António Firmino da, Elsa Pegado e Patrícia Ávila (com a colaboração de Ana Caetano, Ana Rita Coelho, Eduardo A. Rodrigues e João Melo) (2008), *Avaliação do Plano Nacional de Leitura*, Lisboa, GEPE-ME.
- Costa, Maria da Luz M. C. Fragoso (2008), *A Promoção da Inovação e Mudanças nas Escolas do 1.º Ciclo, em Agrupamento, no Concelho de Loures*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Curto, Diogo Ramada (dir.) (2006), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Department for Education and Skills (2004), *Improve your Library: A Self-Evaluation Process for Primary Schools*, London, DfES.
- Department for Education and Skills (2004), *Improve your Library: A Self-Evaluation Process for Secondary School Libraries and Learning Resource Centres*, London, DfES.
- Despacho conjunto n.º 43/ME/MC/95, de 29 de Dezembro.
- Despacho conjunto n.º 5/ME/MC/96, de 9 de Janeiro.
- Despacho conjunto n.º 184/ME/MC/96.
- Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (2009), *Prioridades de Formação Contínua Destinada ao Pessoal Docente e ao Pessoal Não Docente dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Não Superior para o Ano de 2009*, <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=417&fileName=prioridades_da_formacao_continua.pdf>.
- Encarnação, Francisco de Assis Ruivo da (2006), *Gestão do Espaço e Ambientes de Trabalho no CRE*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Enguita, Mariano Fernández (2007), *Educação e Transformação Social*, Mangualde, Edições Pedagogo.
- Everhart, Nancy (1998), *Evaluating the School Library Media Center. Analysis Techniques and Research Practices*, Englewood, Libraries Unlimited.
- Fayol, Michel, e José Morais (2004), “La lecture et son apprentissage”, em Observatoire National de la Lecture, *L'évolution de l'enseignement de la lecture en France, depuis dix ans (Actes des Journées de l'Observatoire)*, Paris, Observatoire National de la Lecture, pp.13-59.
- Fernández, Cristina Novoa (2007), “Educación, lectura e compromiso: biblioteca escolar, espazo para a utopía”, *Revista Grial*, 173, Santiago de Compostela, Editorial Galaxia.
- Freire, Adelina da Conceição (2007), *Biblioteca Escolar e Sala de Aula: Intersecção de Duas Realidades Através do Trabalho Colaborativo: Estudo numa Escola Secundária*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Freitas, Eduardo de (1998), *As Bibliotecas em Portugal: Elementos para uma Avaliação*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Freitas, Maria Filomena Abreu de (2007), *Espaços de Leitura e Formação de Leitores: Estudo de um Projecto em Escolas do 1.º Ciclo do Concelho de Chaves*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Gomes, Maria do Carmo, Patrícia Ávila, João Sebastião e António Firmino da Costa (2002), “Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais”, em Associação Portuguesa de Sociologia (org.), *Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em cd-rom).

- Gonçalves, Maria José V. (1998), *Bibliotecas, Mediatecas, Centros de Recursos nas Escolas - Com Quem? Orientações de Apoio à Concepção e Gestão de Formação Contínua de Professores*, Lisboa, Gabinete RBE (policopiado).
- Gonçalves, Maria José V. (2007), "Agora toda a gente vai à Escola. Bibliotecas Escolares, Desenvolvimento e Cidadania. Portugal 2007", em APBAD, Actas do 9.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
- Graça, Esmeralda M. C. da Silva (2005), *Bibliotecas Escolares e Área de Projecto*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho.
- HM Inspectorate of Education e Scottish Library and Information Council (2005), *Libraries Supporting Learners, How Good is our School? - Self-Evaluation Series*, Livingston, HMI, <<http://www.hmie.gov.uk/documents/publication/hgioslsl.pdf>>.
- Instituto Português do Livro e das Bibliotecas / Observatório das Actividades Culturais (1999-2001), *Sobre a Leitura*, 3 séries, 13 vols, Lisboa, IPLB / OAC.
- Lages, Mário F., Carlos Liz, João H. C. António e Tânia Sofia Correia (2007), *Os Estudantes e a Leitura*, Lisboa, GEPE/Ministério da Educação.
- Lahire, Bernard (org.) (2004), *Sociología de la Lectura*, Barcelona, Gedisa.
- Lahire, Bernard (2008), *La Raison Scolaire. École et Pratiques d'Écriture, Entre Savoir et Pouvoir*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Linuesa, Maria Clemente, *Leitura e Cultura Escrita*, Mangualde, Edições Pedagogo.
- Lopes, João Teixeira, e Lina Antunes (1999), *Bibliotecas e Hábitos de Leitura: Balanço de Quatro Pesquisas, Sobre a Leitura*, 1ª série, vol. 4, Lisboa, OAC/IPLB.
- Lopes, João Teixeira, e Lina Antunes (2000), *Bibliotecas e Hábitos de Leitura: Instituições e Agentes (Relatório Síntese), Sobre a Leitura*, 2ª série, vol. 5, Lisboa, OAC/IPLB.
- Magalhães, Ana Maria, e Isabel Alçada (1994), *Os Jovens e a Leitura nas Vésperas do Século XXI*, Lisboa, Caminho.
- Maia, Maria Adelina Azevedo (2006), *A Biblioteca Escolar como Pivó de um Processo de Ensino/Aprendizagem Construtivista Suportado por Tecnologias Multimédia e Distribuídas*, Tese de Mestrado, Porto, Universidade do Porto.
- Marchesi, A., e I. Miret (dir.) (2005), *Las Bibliotecas Escolares en España. Análisis y Recomendaciones*, Parte III - "Estudio de Campo de las Bibliotecas Escolares en España", Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, pp. 120-298.
- Melo, Daniel (2004), *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, ICS-UL.
- Melo, Luiza Baptista (2003), "Avaliação da qualidade em bibliotecas e serviços de informação: metodologias e instrumentos", Comunicação na *I Jornada GABUP - Gabinete de Apoio às Bibliotecas da Universidade do Porto*, Porto, <http://eprints.rclis.org/archive/00005141/01/4_lbm.pdf>.
- Meneses, Ana Maria (2004), *A Biblioteca Escolar nas Novas Práticas Educativas Face à Sociedade de Informação: Um Estudo Empírico no Concelho de Viseu*, Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu.
- Miquelino, Cristina (2004), *O Papel Socializante das Bibliotecas Escolares (1.º Ciclo) no Processo de Ensino-Aprendizagem*, Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Morais, José (1997), *A Arte de Ler: Psicologia Cognitiva da Leitura*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Moura, Maria José (coord.), Pedro V. Almeida, Joaquim M. Portilheiro e M. Teresa Calçada (1986), *Leitura Pública. Rede de Bibliotecas Municipais*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura.
- Neves, José Soares, Maria João Lima e Vera Borges (2007), *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE*, Lisboa, GEPE/Ministério da Educação.

- Nina, Isabel Feliz Andrade (2008), *Da Leitura ao Prazer de Ler: Contributos da Biblioteca Escolar*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Nunes, Joana Saldanha, e José Soares Neves (2005), *As Bibliotecas Municipais de Cascais*, Lisboa, OAC.
- Nunes, Manuela Barreto (2007), "Bibliotecas públicas, leitura e inclusão social", em João Teixeira Lopes (org.), *Práticas de Dinamização da Leitura*, Porto, Sete-Pés - Projectos Artísticos e Culturais.
- Nunes, Manuela Barreto (2007), "Novas coleções e novas formas de acesso à informação na Biblioteca Escolar", *Elo: Revista do Centro de Formação Francisco de Holand*, 15, pp. 35-38.
- OECD e Statistics Canada (2000), *Literacy in the Information Age. Final Report of the Internacional Adult Literacy Survey*, Paris, OECD.
- Ofsted - The Office for Standards in Education, Children's Services and Skills (2006), *Good School Libraries: Making a Difference to Learning*, London, Ofsted.
- Pereira, Angelina Maria M. Rodrigues (2007), *As Escolas e o Programa Rede de Bibliotecas Escolares: Um Estudo Sobre os Processos de Desenvolvimento das Bibliotecas Integradas na RBE*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Poslaniec, Christian (2005), *Incentivar o Prazer de Ler*, Porto, Asa.
- Rede de Bibliotecas Escolares, <<http://www.rbe.min-edu.pt/>>.
- Rede de Bibliotecas Escolares, Blogue RBE, <<http://www.rbe.blogspot.com/>>.
- Rede de Bibliotecas Escolares (2002), *Rede de Bibliotecas Escolares. Relatório do Questionário de Avaliação, Ano Lectivo 2000/2001* (policopiado).
- Rede de Bibliotecas Escolares (2006), "RBE - 10 anos: balanço e análise prospectiva", <http://www.rbe.min-edu.pt/eventos/10anos_rbe/rbe_10_anos.htm>.
- Rede de Bibliotecas Escolares (2007), *Bibliotecas Escolares para o Ensino Secundário. Documento de Trabalho Destinado ao Programa de Modernização das Escolas de Ensino Secundário*.
- Rede de Bibliotecas Escolares (2007), *Bibliotecas para Escolas Básicas Integradas. Documento de Trabalho com Orientações para a Instalação de Bibliotecas*.
- Rede de Bibliotecas Escolares (2007), *Bibliotecas para os Centros Escolares. Orientações para a Instalação*.
- Rede de Bibliotecas Escolares (2008), *Bibliotecas Escolares: Modelo de Auto-Avaliação* (policopiado).
- Rede de Bibliotecas Escolares (2008), *Rede de Bibliotecas Escolares / School Libraries Network* (policopiado).
- Rede de Bibliotecas Escolares / Ministério da Educação (2008), *Memorando Recursos Humanos para o Programa Rede de Bibliotecas Escolares 2008/2009*, <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=259&fileName=Memo_Recursos_Humanos_2008_2009.pdf>.
- Rodrigues, Eduardo A. (2007), "A biblioteca e os seus públicos. Uma proposta interpretativa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, José Soares Neves, Maria João Lima e Margarida Carvalho (2007), *A Leitura em Portugal*, Lisboa, GEPE/Ministério da Educação.
- Santos, Vespertina do Futuro S. Carvalho de (2008), *Problemática de Gestão e Desenvolvimento de Coleções de Bibliotecas Escolares em Rede: Desafios Emergentes*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Saunders, Jeremy (2006), "The School Libraries Network in Portugal", *School Libraries in View*, 22.
- Scholastic Library Publishing (2006), *Research Foundation Paper: School Libraries Work!*, New York, Scholastic Library Publishing.
- Scott, Elspeth S. (2002), "How Good is your School Library Resource Centre? An Introduction to Performance Measurement", *68th IFLA Council and General Conference*, Glasgow, IFLA, <<http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/028-097e.pdf>>.

- Scottish Library and Information Council (2002), *Best Value - Quantitative Indicators. Performance Information in School Library Resource Centres*, Hamilton, SLIC.
- Sequeira, Maria de Fátima (org.) (2000), *Formar Leitores. O Contributo da Biblioteca Escolar*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional/Ministério da Educação.
- Silva, Lino Moreira da (2000), *Bibliotecas Escolares. Um Contributo para a sua Justificação, Organização e Dinamização*, Braga, Livraria Minho.
- Sim-Sim, Inês (coord.) (2006), *Ler e Ensinar a Ler*, Porto, Asa.
- Sim-Sim, Inês, e Fernanda Leopoldina Viana (2007), *Para a Avaliação do Desempenho de Leitura*, Lisboa, GEPE/Ministério da Educação.
- Sim-Sim, Inês, e Glória Ramalho (1993), *Como Lêem as nossas Crianças? Caracterização do Nível de Literacia da População Escolar Portuguesa*, Lisboa, GEP/Ministério da Educação.
- Snowling, Margaret J., e Charles Hume (eds.) (2005), *The Science of Reading: A Handbook*, Malden, Blackwell.
- Stern, Elliot (ed.) (2005), *Evaluation Research Methods*, 4 vols., London, Sage Publications.
- Todd, Ross J., e Carol C. Kuhlthau (2004), *Student Learning Through Ohio School Libraries. A Summary of the Ohio Research Study*, Ohio Educational Library Media Association.
- Todd, Ross J., e Jannica Heinstrom (2006), *Report of Phase Two of Delaware School Library Survey: Student Learning Through Delaware School Libraries. Part 1: Background, Theoretical Framework, Methodology and Findings*, New Jersey, Center for International Scholarship in School Libraries.
- Tomé, Maria da Conceição D. A. Ferreira (2008), *A Biblioteca Escolar e o Desafio da Literacia da Informação. Um Estudo Empírico no Distrito de Viseu*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- UNESCO (1999), *IFLA/UNESCO School Library Manifesto*, Paris, IFLA/UNESCO, <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/manifest.htm>> (trad. port. do Gabinete RBE: <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>>).
- UNESCO (2002), *The IFLA/UNESCO School Libraries Guidelines*, Paris, IFLA/UNESCO, <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/school-guidelines.htm>> (trad. port. de M. José Vitorino: <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt.pdf>>).
- Veiga, Isabel (coord.), Cristina Barroso, José A. Calixto, Teresa Calçada e Teresa Gaspar (1996), *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*, Lisboa, Ministério da Educação.
- Ventura, João J. B. (2002), *Bibliotecas e Esfera Pública*, Oeiras, Celta.
- Whelan, Debra Lau (2004), "13,000 Kids Can't Be Wrong. A new Ohio study shows how school libraries help students learn", *School Library Journal*.
- Zybert, Barbara E. (2002), "Quality school libraries", *EBIB Bulletin - Electronic Information Bulletin for Librarians*, 2, Polish Librarians Association, <<http://ebib.oss.wroc.pl/english/grant/zybert.php>>.

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares foi lançado em 1996 com o objectivo de instalar e desenvolver bibliotecas e serviço de biblioteca nas escolas, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em diferentes suportes.

A biblioteca escolar desempenha um papel central no desenvolvimento das literacias, no suporte à aprendizagem, na aquisição de competências de informação e na formação de leitores.